





**oficinadoinconfidência**  
revista de trabalho



**oficinadoinconfidência**  
revista de trabalho



Oficina do Inconfidência | Ouro Preto-MG | Ano 1 | Nº 0 | p. 1-180 | dez.1999 | ISSN 1517-6029

OFIVINA DO INCONFIDÊNCIA – REVISTA DE TRABALHO  
ISSN 1517-6029

Presidente da República  
**Fernando Henrique Cardoso**

Ministro da Cultura  
**Francisco Weffort**

Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas - MinC  
**Octávio Elísio Alves de Brito**

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
**Carlos Henrique Heck**

Diretor do Museu da Inconfidência  
**Rui Mourão**

Projeto gráfico e formatação  
**Paulo Schmidt**

Revisão  
**Olga Maria Alves de Sousa**

**Museu da Inconfidência, Praça Tiradentes, 139**  
**CEP: 35.400-000 - Ouro Preto - MG - Brasil**  
**Telefone: (31) 551-5233 - Fax: (31) 551-1121**  
**E-mail: museuinc@ouropreto.feop.com.br**







## sumário

<b>Apresentação</b>		11
	Rui Mourão	
<b>Dos bandeirantes aos modernistas: um estudo histórico sobre Vila Rica</b>		17
	Carla Maria Junho Anastasia	
	Carmem Silvia Lemos	
	Letícia Julião	
	Vila Rica: ocupação improvisada	26
	Vila Rica: espaço do poder	42
	Vila Rica: aspectos culturais	59
	Inconfidência Mineira	84
	Imagens de Ouro Preto	109
<b>Projeto de reformulação da exposição permanente do Museu da Inconfidência</b>		133
	Rui Mourão	
	Exposição de motivos	135
	Textos para caracterização temática	141
	Apresentação da exposição por sala	164



---

## **apresentação**

Rui Mourão



O Museu da Inconfidência sai hoje a público com nova publicação, na esperança de estar dando mais um passo para alargar as possibilidades da sua missão cultural. *Oficina do Inconfidência - Revista de Trabalho* pretende ser um espaço de polarização, na medida em que se dispõe a veicular produção cultural nos campos da museologia, musicologia, patrimônio, restauração, arte brasileira tradicional, história, sociologia e antropologia de Minas Gerais. Com aspiração tão abrangente, não deixará de priorizar os assuntos mais estreitamente vinculados às atribuições do Museu. Encontram-se no final desse volume as recomendações para quem deseje encaminhar matéria para publicação. A partir do próximo número será instituído o Conselho Editorial que participará da seleção dos artigos. *Oficina do Inconfidência* alcançará seu objetivo maior se puder se converter em instrumento de difusão do acervo concentrado na Casa de Câmara e Cadeia e nos Anexos, de objetos museológicos e documentos em papel, no último caso, pondo à prova a imensa riqueza dos nossos arquivos. A intenção é sustentar a periodicidade anual. Mas não seremos escravos desse programa. Antes de tudo, deve ser mantida a qualidade da publicação.

O Museu da Inconfidência, no momento, dá passo decisivo para alcançar uma modificação estrutural de vulto. Iniciada na década de 70, a sua revitalização estaria incompleta se não chegasse a propor uma exposição permanente, atualizada tanto na sua filosofia quanto na sua apresentação museográfica. Essa providência de acabamento de uma obra, por ser mais arrojada, conscientemente vinha sendo retardada. Era necessário deixar que o tempo amadurecesse a idéia, a partir de um esforço crítico que procurava digerir sugestões e aconselhamentos vários. Foi considerada até mesmo a hipótese de se manter intacto o que uma grande aprovação pública, talvez complacente diante dos problemas da renovação, tendia a consagrar como definitivo.

As peças conservadas pelo Museu de uma maneira geral eram conhecidas, mas pesquisas que vieram se fazendo, sempre reveladoras de novas perspectivas de significado, terminaram por redescobri-las. Da maior importância para isso foram as exposições temporárias de acervo incluídas na programação da Sala Manoel da Costa Ataíde. Explorando um tema até as suas últimas conseqüências, tornaram-se evidentes as possibilidades de certos agrupamentos e patente a significação maior de certos conjuntos. Na verdade, o esforço de investigação não ficou limitado a essas realizações exemplares e acompanhou o trabalho diário do corpo técnico, particularmente de Maria José de Assunção da Cunha, Yára Mattos, Carmem Silvia Lemos e Celina Santos Barboza. Para a pesquisa destinada especificamente ao projeto de reestruturação museográfica, atuaram com determinação concentrada as três últimas.

O estudo das coleções nos levou a concluir que, para a compreensão total do significado do nosso acervo e do Museu da Inconfidência como um todo, era imprescindível manter um estreito relacionamento com o fenômeno histórico de Ouro Preto nos séculos XVIII e XIX. Providenciado o contrato de especialistas de fora —Carla Maria Junho Anastasia, da Universidade Federal de Minas Gerais, e Letícia Julião, do Museu Histórico Abílio Barreto — que passaram a trabalhar ao lado de Carmem Silvia Lemos, desenvolveu-se grande esforço para a consolidação das informações sobre a origem e evolução do núcleo urbano que se tornou capital da Região das Minas. A ação de coleta de dados em arquivos e leitura sistemática da bibliografia existente se

fez acompanhada de reflexão crítica permanente, de forma que o resultado, se não trouxe a revelação de fatos novos, contribuiu, e muito, para uma compreensão global de Vila Rica, além de pôr em relevo aspectos até então de pouca visibilidade.

Como resultado geral, o projeto museológico de reformulação da exposição permanente teve condições de propor, com intenção ao mesmo tempo estética e ideológica, um profundo reordenamento de peças, que altera inclusive a atual destinação dos salões da antiga Casa de Câmara e Cadeia.

A proposta recebeu decisivo apoio do ministro Francisco Weffort e do seu secretário para Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, Octávio Elísio Alves de Brito, que imediatamente tomaram providência para o contrato de Pierre Catel, consagrado museógrafo francês, que aceitou a tarefa de cuidar da nova exposição. E neste momento em que o País se prepara para celebrar a passagem dos seus quinhentos anos e é projeto do governo brasileiro plantar um marco comemorativo em cada Estado da Federação, a obra da reformulação do Museu, que dará maior realce ao estudo da Inconfidência, está sendo considerada como iniciativa que veio muito a propósito. A contribuição político-cultural mais relevante de Minas Gerais foi a de Vila Rica. No Museu da Inconfidência deverá ficar a inscrição que porá em destaque esse fato.





# **Dos bandeirantes aos modernistas: um estudo histórico sobre Vila Rica**

---

Carla Maria Junho Anastasia

Carmem Sílvia Lemos

Letícia Julião



Relatório final de uma pesquisa feita entre os anos de 1995 e 1997, este trabalho tem o objetivo de fornecer subsídios históricos ao projeto de reformulação da exposição permanente do Museu da Inconfidência. Trata-se de uma tarefa desafiante, considerando-se a sólida tradição dessa exposição que há anos vem atraindo grande visitação do público, constituindo-se mesmo em uma memória da museologia no Brasil. Mudar o perfil da exposição significou adotar uma abordagem que espelhasse as reflexões contemporâneas sobre o processo de construção da memória e da história. E mais, olhar os objetos do acervo como documentos históricos, vestígios da cultura material, a partir dos quais é possível operar com a história na forma de conhecimento, firmando o compromisso do Museu com a formação de uma consciência crítica do passado.

Sem desconhecer o legado das formulações museológicas acumuladas ao longo da existência do Museu, a intenção desse estudo é prestar-se como uma referência nas discussões e reflexões interdisciplinares que acompanharão o processo de reformulação

da exposição, revelando possibilidades de construção de um discurso histórico-museológico renovado. O trabalho envolveu escolhas que deixam lacunas as quais, com o tempo, poderão ser preenchidas, assim como alguns aspectos abordados poderão ser melhor realçados no futuro, especialmente em se tratando da pluralidade e riqueza do universo do acervo. Espera-se, assim, que esse trabalho seja ajustado às demandas da nova exposição, acrescido das contribuições de outras áreas de conhecimento. Convém lembrar que cabe aos museus fazer um exercício permanente de reformular conceitos e interpretações, de reconstruir sempre seu discurso histórico. Nas palavras de Ulpiano Bezerra de Menezes,

... no museu, principalmente no museu histórico que superou a função de repositório e dispensador de paradigmas visuais, a inteligibilidade que a história produzir será sempre provisória e incompleta, destinada a ser refeita. Daí, porém, sua fertilidade. Por tudo isso, talvez o museu histórico já esteja maduro para fazer aquilo que só o museu pode fazer bem (...): explorar, não sínteses históricas sensoriais, mas a transformação dos objetos em documentos históricos. Em vez de teatro, laboratório, com tudo aquilo de criador que essa idéia contém.<sup>1</sup>

Dividido em cinco partes, este estudo tratou de Vila Rica desde os primórdios de sua ocupação, no século XVII, até a elevação de Ouro Preto a patrimônio nacional, no século XX. Essa divisão corresponde a recortes teóricos definidos, procedimento necessário para se evitar uma abordagem histórica de caráter panorâmico, episódico ou celebrativo, que faz tradição nos museus.

A primeira parte, denominada “Vila Rica: ocupação improvisada”, compreende os anos de 1693 a 1730. Neste período prevalecem a aventura, o nomadismo, a violência e os conflitos, a despeito das tentativas da Coroa de organizar economicamente a exploração do ouro. A precariedade da vida no alvorecer das Gerais estampou-se na paisagem urbana, no modo de vida e nas relações que se estabeleceram entre

<sup>1</sup> MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, jan./dez. 1994. v.2, p.41.

os seus personagens. Apesar do aspecto provisório dos povoados, iniciava-se um processo de urbanização ímpar na Colônia, resultado não apenas da atividade mineradora, mas também das incursões pelo território, do comércio e da atuação da Igreja e da Coroa.<sup>2</sup>

A segunda, “Vila Rica: espaço do poder”, trata do momento em que ocorre uma institucionalização da sociedade de Vila Rica, a partir de 1730, quando a Metrópole consolida a presença de sua máquina administrativa na região e a vila experimenta uma relativa acomodação social, acompanhada de uma expansão urbana. “Vila Rica: aspectos culturais”, parte seguinte do trabalho, procurou contemplar o universo material que cercava a vida cotidiana e formas de sociabilidade, valores e representações dominantes na alma do homem setecentista naquela sociedade. Na quarta parte, a “Inconfidência Mineira” foi examinada como fato histórico e como memória construída, referência primordial no processo de formação da nacionalidade. A abordagem de Ouro Preto nos séculos XIX e XX, última parte do trabalho — “Imagens de Ouro Preto” —, restringiu-se à ordem do simbólico. Isso porque, com o fim do período colonial, são construídas imagens da cidade pelos viajantes, defensores da mudança da Capital e, mais tarde, pelos modernistas, que vão da idéia de decadência até a sua celebração como patrimônio nacional.

Tratar da reformulação da exposição do Museu da Inconfidência implicou em tecer, preliminarmente, algumas considerações sobre a história e a memória, a partir das quais o trabalho pudesse ser conceituado. Tais considerações são necessárias, sobretudo quando se concebe o museu como um dos agentes responsáveis pela produção e consagração da memória.

A memória pode ser entendida como a formação de imagem relativa aos processos de constituição de identidade pessoal, coletiva ou nacional. Não pode ser confundida com a história, que é uma forma intelectual de conhecimento, uma operação cognitiva. A ligação da história com a memória se encontra em uma dinâmica de reconstituição

<sup>2</sup> RAMOS, Donald. *A social history of Ouro Preto: stresses of dynamic urbanization in colonial Brazil, 1695-1726*. Michigan: University of Florida, 1989. (Parte III).

do tempo ido a partir do presente.<sup>3</sup> A identificação entre memória e história marca uma historiografia que praticava um “modelo de rememoração, da anamnese e da memorização”.<sup>4</sup> Segundo Eliana Regina de Freitas Dutra, por esse modelo “o trabalho dos historiadores fornecia o substrato necessário às grandes mitologias coletivas”. Assim, memória e história acabavam por se confundir no culto e na exaltação dos feitos extraordinários que “estreitavam o assento da memória coletiva e sustentavam seus fundamentos místicos”.<sup>5</sup>

Para Sílvia Lara, a ostentação e a celebração do poder e da glória fazem dos museus um memorial, onde são reverenciadas uma determinada memória e uma determinada história. Não se pode afirmar que haja uma história e uma memória no singular. Existem memórias e histórias, várias versões e muitas possibilidades. Ambas precisam ser tomadas no plural.<sup>6</sup>

Os bens culturais, a exemplo de Ouro Preto, exercem o papel de mediar distintas dimensões do tempo. As relíquias e os monumentos têm a capacidade de evocar o passado, fundada na “arte da memória” pela qual “idéias são associadas a espaços imaginários como recursos mnemônicos”.<sup>7</sup> Nesse caso, é possível que o passado seja simbolicamente utilizado com o objetivo de fortalecer determinada identidade coletiva, estabelecendo o que Hobsbawm chama de “tradições inventadas”, que criam e comunicam identidades nacionais.<sup>8</sup>

Procuramos orientar nosso trabalho na perspectiva apontada por essas reflexões, nas quais a história crítica deve libertar-se da memória, “tomando-a como um objeto

<sup>3</sup> NEVES, Lucília de Almeida. História oral: memória e política. *Varia Historia*, Belo Horizonte: UFMG, 12, p.95-103, 1993.

<sup>4</sup> NORA, Pierre. Memória coletiva. In: LE GOFF, Jacques et al. *A nova história*. Coimbra: Almedina, 1990. p.452. Citado por DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Inconfidência Mineira. Memória e contra-memória. *Varia Historia*, Belo Horizonte: UFMG, 12, p.66-79, 1993.

<sup>5</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. op. cit. p.66.

<sup>6</sup> LARA, Sílvia Hunold. História, memória e museu. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 200, p.99-113, 1992.

<sup>7</sup> Ver GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2, p.264-275, 1988.

<sup>8</sup> Ver a respeito HOBBSBAWN, Eric, RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

de uma história possível e não como a história, fixadora de um passado tal como este quis ser fixado”.<sup>9</sup> Isso implica em fazer o discurso histórico-museológico migrar do celebrativo e do mitológico para o interpretativo, visando a produção de conhecimento crítico; em desidentificar a história da memória sem, contudo, esquecer a permanente e oscilante interação entre ambas na sua pluralidade.

Entendida como um fenômeno plural e precioso *suporte da memória*, Vila Rica foi contemplada nesse trabalho como principal objeto da pesquisa, sendo abordada em dois níveis: como expressão do mundo material e do universo simbólico. O trabalho procurou decodificar a realidade urbana que Vila Rica evoca, entendendo-a como invólucro virtual, expressão e síntese da experiência colonizadora nas Minas.

A cidade é um dos mais ricos artefatos da criação do homem, constituindo-se em testemunho da sua continuidade no tempo e no espaço. Muito mais que um emaranhado de casas, ruas, templos, na cidade estão consubstanciadas as instituições do poder, a vida religiosa, o universo doméstico e público, o mundo do trabalho e do lazer, a ordem e a desordem. A história da cidade descortina o pluralismo da sociedade, da qual emergem experiências diferenciadas e, muitas vezes, contrapostas.<sup>10</sup>

Em se tratando de Vila Rica, a compreensão de sua realidade urbana envolve procedimentos complexos. Segundo Falcon, os trabalhos sobre a cidade colonial têm se apresentado descritivos ou factuais, restringindo-se a recuperar e preservar a memória local através da coleta e organização de informações, as mais variadas, expostas em seqüência cronológica, sem nenhum critério analítico. Não menos problemática é a carência da pesquisa documental. Os poucos trabalhos que tratam do tema desprezam fontes cruciais para o desvendamento da sua história, tais como as atas dos senados da câmara, os testamentos, os inventários e outros registros públicos.<sup>11</sup>

<sup>9</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. op. cit. p.78.

<sup>10</sup> Ver a respeito CAMPA, Ricardo. *A reta e a curva*. São Paulo: Max Limonad, 1986. p.67-69. PECHMAN, Robert Moses (Org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. p.3.

<sup>11</sup> FALCON, Francisco J. C. A cidade colonial: algumas questões a propósito de sua importância político-administrativa (séculos XVII-XVIII). In: *Históricos. Anais do I Colóquio de Estudos Brasil-Portugal*. Belo Horizonte: PUC/MG, 1994.

Atento a estes riscos apontados por Falcon, o trabalho buscou identificar Vila Rica como um espaço burocrático-mercantil, no qual coexistem variados atores sociais. Lugar onde se concentraram funcionários civis, militares e eclesiásticos, fruto da obra colonizadora a cargo do Estado e da Igreja, instrumento e território do domínio português. Se foi um espaço burocrático, sede de múltiplos poderes, não o foi menos o *locus* da apropriação do excedente sob as formas de tributo, lucro, propinas e soldos. Sua história está associada à ordem — produção de riquezas, tributação e controle social — e também à desordem, às transgressões inscritas no seu dia-a-dia. Aqui, tratou-se de revelar a história e a memória da Inconfidência Mineira, ambientadas neste contexto cotidiano da ordem e do seu avesso.

Não menos importante, a cidade apresenta-se, enquanto expressão da cultura material, verdadeiro inventário de um conjunto de artefatos, desde os mais simples, como os utensílios, até os mais complexos, como os templos e as casas.<sup>12</sup> A pesquisa tentou restituir os laços destes vestígios com a sociedade que os produziu, buscando descortinar, a partir destes fragmentos, um retrato, ainda que incipiente, da vida cotidiana em Vila Rica.

Mas a cidade não pertence apenas ao mundo material. Ela figura também na ordem do simbólico.<sup>13</sup> O trabalho dirigiu um olhar sobre a cultura setecentista, especificamente o discurso barroco da cidade que, para além das palavras e dos recursos plásticos, esteve presente nos rituais, nas festas, nos gestos e convenções da vida social em Vila Rica, encenando uma verdadeira representação teatral do mundo.

Ao eleger a cidade como eixo da pesquisa, acredita-se assim que o Museu da Inconfidência e Ouro Preto, enquanto lugares da memória, espaços consagrados à construção e guarda das experiências histórico-culturais, estabelecem uma comunicação entre si que pode ser resumida na idéia do “Museu na cidade e a cidade no Museu”.<sup>14</sup>

<sup>12</sup> BENEVOLO, Leonardo. *A cidade e o arquiteto*. São Paulo: Perspectiva, 1984. p.17.

<sup>13</sup> RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.50.

<sup>14</sup> MENEZES, Ulpiano Bezerra de. O museu na cidade x a cidade no museu; para uma abordagem histórica dos museus de cidade. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.5, n.8/9, p.197-205, set. 1984, abr. 1985.



E é nessa perspectiva que se quer registrar uma sugestão de trabalho que poderá complementar este estudo: mapear o cenário urbano de Ouro Preto, com o objetivo de estabelecer itinerários da memória de Vila Rica. Por meio de determinados artefatos urbanos — ruas, edificações, paisagens —, o morador e o turista poderão reconhecer e decifrar a escrita de Ouro Preto, fazendo uma leitura das “pedras da cidade” que, quando permanecem, “sustentam a memória”.<sup>15</sup>

| <sup>15</sup> BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade; lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983. p.363.

## Vila Rica: ocupação improvisada<sup>16</sup>

As primeiras notícias de incursões em território mineiro datam de 1553, trazidas pela expedição de Francisco Bruza de Spinosa que partiu de Porto Seguro penetrando os sertões pelo rio Jequitinhonha, na região de Araçuai, Minas Novas, Diamantina e Serro, que posteriormente se revelaria grande produtora de ouro e diamantes.<sup>17</sup>

Seguiram-se outras entradas no século XVI, lembradas nos nomes de seus líderes: Martim Carvalho, em 1567; Sebastião Fernandes Tourinho, em 1572, este último responsável pelas notícias confirmatórias da imensa riqueza de ouro e pedras preciosas no sertão. Expedições diversas se formaram à procura de esmeraldas, seguindo sempre as margens dos rios Doce, Caravelas e Jequitinhonha. Antônio Dias Adorno, em 1576; Diogo Martins Cão; Gabriel Soares de Souza, em 1591, e possivelmente outras tantas sem memórias ou relatos. As expedições eram montadas com grande número de homens brancos, presença de religiosos, e um número ainda maior de indígenas, conhecedores das coisas do sertão, auxiliares indispensáveis nessas empreitadas.

Na primeira metade do século XVII, há um refluxo das entradas, em razão da crise interna e externa vivida por Portugal, permanentemente ameaçado por invasores estrangeiros em seus domínios ultramarinos. É de 1664 o primeiro documento oficial que faz referência explícita ao descobrimento das minas dos Cataguazes e sertões do Caeté, denominação primitiva para a região que viria a se chamar Minas Gerais.<sup>18</sup>

<sup>16</sup> Essa parte do trabalho teve a colaboração de Mercedes Estela Gomes Rainho, que levantou e transcreveu documentos da Biblioteca Nacional.

<sup>17</sup> CARTAS avulsas dos jesuítas. Biblioteca Nacional. In: VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1897. v.1. p.371.

<sup>18</sup> *Ibidem*. v.1. p.372.

Bandeiras se sucederam com maior intensidade a partir de 1672: Fernão Dias Paes Leme, o conhecido descobridor das esmeraldas; Manoel de Borba Gato; Rodrigo de Castelo Branco são apenas algumas das muitas que ficaram registradas. As penetrações que, até então, vinham sendo feitas pela Capitania da Bahia migraram para a região de São Paulo, o que conferiu aos paulistas absoluta primazia na ocupação do território mineiro, somente ameaçada a partir de 1700, quando se tornou incontável o fluxo migratório para as Minas.

Segundo Boxer, os povoadores de São Paulo possuíam características distintas dos demais habitantes da Colônia, sofrendo de uma “paixão ambulatória”, sempre propensos à aventura e ao nomadismo.<sup>19</sup> Os paulistas penetravam nos sertões com crescente determinação e precisão, pontuando as trilhas que se tornariam o primeiro caminho para se chegar às Minas. Deste período, tem-se notícias esparsas de descobrimento de metais e pedras preciosas, em locais diferentes e por grupos diversos.

Os pioneiros paulistas levavam aproximadamente dois meses para chegar às Minas, marchando do amanhecer ao início da tarde, quando paravam para providenciar alimento e preparar pouso.<sup>20</sup> Nesta longa caminhada, os índios funcionavam como bússolas, abrindo picadas, orientando caminhos, e ainda coletando alimentos e carregando as *tralhas* da viagem. A presença feminina das índias fazia-se sentir na cozinha e no leito dos paulistas. A bagagem que acompanhava os bandeirantes era leve e reduzida, adequada para enfrentar passagens estreitas, serras quase intransponíveis, despenhadeiros, animais e indígenas selvagens, enfim, imprevistos que, algumas vezes, faziam com que estes aventureiros abandonassem todo o seu carregamento no caminho. Armas de fogo e flechas eram adereços inseparáveis da vestimenta simples do explorador, composta de chapelão de abas largas, camisa e ceroula, barbados, andando quase sempre descalços e não de botas como iconograficamente são representados.<sup>21</sup>

<sup>19</sup> BOXER, C. R. *A idade do ouro do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1963. p.46.

<sup>20</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Salvador: Progresso, 1950. p.257.

<sup>21</sup> BOXER, C. R. op. cit. p.47.

A pobreza com que viviam os primeiros exploradores paulistas não permitia que possuíssem escravos suficientes para o trato da lavoura, estimulando-os a adentrarem cada vez mais pela imensidão do sertão para a captura de mão-de-obra *natural*. É ilustrativo o inventário de 1651, de Valentim de Barros, nobre da Vila de São Paulo, do ambiente modesto em que viviam:

Um leito de jacarandá, com sua grade, onde se vê estendida a colcha de sobrecama de chamalote e ramagens de flores de ouro, forrada de tafetá amarelo tostado, a que serve de remate a franja de ouro fino. Protegem-no umas cortinas de tafetá azul, com sobrecéu guarnecido de franjas de retrós vermelho e amarelo. Adiante, o espelho grande de duas portas, o cofrezinho chapeado de ferro, duas arcas que servem de guarda-roupa. Isso, na alcova conjugal. Na sala de visitas, um tamborete e seis cadeiras de espaldares com suas pregaduras de latão. Na sala de jantar, para o serviço de mesa, duas tamboladeiras, um púcaro, seis colheres de prata. E mais nada.<sup>22</sup>

Para Sérgio Buarque de Holanda, foram as bandeiras que desempenharam papel fundamental na nova configuração geográfica colonial. Isto porque, nos dois primeiros séculos, a exploração restringiu-se ao latifúndio rural litorâneo. Não houve, por parte do colonizador português, a preocupação em fincar raízes nos sertões povoados pelo gentio. Povoar, para a Coroa, representava feitorizar a costa, de extensão invejável e que permitia fácil escoamento de mercadorias extrativas. O trabalho que demandava esforço, não interessava ao empreendedor lusitano, que via a Colônia como lugar de passagem e, por isso mesmo, provisório.<sup>23</sup>

A ocupação de Minas Gerais, a partir dos últimos anos do século XVII, ocorreu, nas palavras de Caio César Boschi, “ao sabor dos locais onde se deram os achados de ouro, ao sabor da mineração, sem que o homem pudesse optar”.<sup>24</sup> Apesar das condições topográficas adversas e das distâncias, às descobertas do final do século XVII

<sup>22</sup> MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. p.74.

<sup>23</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1994. p.61-100.

<sup>24</sup> BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986. p.29.

se seguiu um vertiginoso deslocamento de pessoas para a região, sem precedentes na Colônia. A corrida do ouro, com seu ritmo acelerado, chegou a se constituir em ameaça de despovoamento e desequilíbrio econômico para vários pontos da Colônia e do próprio Reino, forçando, inclusive, a Metrópole a lançar mão de dispositivos legais, que se mostraram ineficazes para frear o movimento migratório.<sup>25</sup> Segundo Antonil, a

... sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das Minas, que dificultosamente se poderá dar conta do número de pessoas que atualmente lá estão ... Cada ano, vêm nas frotas quantidades de portugueses e de estrangeiros, para passarem às Minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos ...<sup>26</sup>

Na conjuntura de declínio da economia açucareira no litoral e de empobrecimento da Metrópole, deslocamento de tal proporção se explica pela oportunidade que a mineração representava, sobretudo, pelo fato do ouro ser extraído de depósito de aluvião, o que permitia a qualquer indivíduo, sem necessidade de muitos recursos, ingressar na atividade mineradora.<sup>27</sup> A descoberta das minas de ouro, seguida da crescente necessidade de comunicação, determinou o roteiro do primeiro caminho para a região, o Caminho Velho, percorrido em aproximadamente dois meses.<sup>28</sup>

<sup>25</sup> Cf. COSTA, Iraci del Nero. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: Ipe/USP, 1981. p.25-28.

<sup>26</sup> ANTONIL, André João. Citado por LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores*. São Paulo: Ipe/USP, 1981. p.11.

<sup>27</sup> COSTA, Iraci del Nero. op. cit. p.28-34.

<sup>28</sup> Partindo de São Paulo, seguia-se por Taubaté, Guaratinguetá, Passa Vinte, Pinheiros, Estalagem do Rio Verde, Boa Vista, Ubaí, Ingaí, rio Grande, rio das Mortes, serra do Itatiaia, a partir de onde havia uma vertente que seguia para as minas do Ouro Preto e outra que chegava às minas do rio das Velhas. ANTONIL, André João. op. cit. p.258-260.

Antonil em 1711, referindo-se ao caminho, descreve uma paisagem fechada por matas e serras, com belas vistas, animais e plantas silvestres, plantações de milho, abóbora, feijão, batata e mandioca, provisões indispensáveis para o abastecimento dos viajantes. Nas roças que o circundava, eram criados porcos e galinhas, algumas possuindo vendas para comerciar e ranchos-estalagem para acomodação de passageiros, descanso dos cavalos e mulas.

O grande fluxo de pessoas que corriam às minas de ouro, embaladas pelo mito do enriquecimento fácil e rápido, instigou os representantes da Coroa portuguesa a promoverem a abertura, por volta de 1701, do Caminho Novo do Rio de Janeiro, sede do governo geral, reduzindo em 40 dias a viagem. Além dessa vantagem, o novo caminho apresentava-se como uma alternativa mais segura para a arrecadação dos quintos reais.<sup>29</sup> Assim como o Caminho Velho, as roças predominavam também neste percurso, seguindo o padrão da agricultura da época:

... os métodos agrícolas eram igualmente simples e podem ser definidos como de fogo e enxada. Arados eram peças desconhecidas, pás e escavadeiras raramente são mencionadas, e o machado, o podão, a faca e a enxada constituíam as principais ferramentas empregadas (...) O ciclo consistia em abater, queimar, limpar, semear e colher.<sup>30</sup>

Segundo Carlos Magno Guimarães, a circulação nas estradas propiciou o surgimento de atividades agro-pastoris, que além da subsistência constituíam também a possibilidade de aferir rendas ao atender as demandas dos viajantes.<sup>31</sup> Com o tempo essas unidades produtivas exercerão um papel fundamental na economia das Minas, ao se tornarem centros de abastecimento dos núcleos mineradores.

<sup>29</sup> Partindo do Rio, seguia para o sítio do Couto, Pousos Frios, roça do Alferes, roça Pau Grande, roça e venda de Garcia Rodrigues, roça, venda e ranchos do rio Paraibuna, roça do alcaide-mor Tomé Correa, roça do Bispo, roça do coronel Domingos Rodrigues Fonseca, roça de Manoel Araújo, podendo seguir para o arraial do rio das Mortes ou continuar o caminho passando pelo Itatiaia para chegar ao campo de Ouro Preto. ANTONIL, André João. op. cit. p.264-265.

<sup>30</sup> BOXER, C. R. op. cit. p.60.

<sup>31</sup> GUIMARÃES, Carlos Magno, REIS, Liana Maria. Agricultura e caminho de Minas (1700-1750). *Revista do Departamento de História*, FAFICH/UFMG, 4, p.91, 1987.

Diferente do Caminho Novo, no qual a roça era o elemento referencial do trajeto, o caminho do São Francisco vinha pontuado de currais. Partindo das Capitânicas da Bahia, Pernambuco e Maranhão podia-se chegar por terra ao rio São Francisco, na altura do arraial de Matias Cardoso, seguindo pelas margens deste rio até atingir o rio das Velhas. Era considerado o melhor caminho para transporte de criações e escoamento de mercadorias, por ser mais plano, abundante em águas e bastante povoado em sua extensão.<sup>32</sup> Em princípios do século XVIII, tentou-se, sem sucesso, impedir a circulação nesta via como medida para evitar o extravio do ouro e assegurar a cobrança de impostos.<sup>33</sup> Os caminhos para as Minas, embora tenham se constituído em ameaça à Coroa, foram decisivos para a penetração do território aurífero e para as novas descobertas.

A última década do Seiscentos marcou a fase das bandeiras vitoriosas. Ao taubateano Antônio Rodrigues Arzão são atribuídas, em 1693, as amostras de “ouro preto” que anunciavam para o continente europeu a promessa do eldorado americano.

As descobertas na região de Vila Rica ocorreram no final do século XVII, com a exploração de paulistas no Tripuí e encostas do Itacolomi. Sua fundação pode ser atribuída a Antônio Dias de Oliveira, ao padre João Faria Fialho e a Francisco da Silva Bueno, que realizaram descobertas nos ribeirões ditos de Antônio Dias, Padre Faria, Bueno e rio das Pedras, entre 1698 e 1699. De fato, foram vários desbravadores que, com os achados auríferos, deram origem aos pequenos povoados, reunidos, mais tarde, com o nome de Vila Rica.<sup>34</sup>

O viajante que chegasse, na segunda década do Setecentos, ao Passadez e às Cabeças, pequenos núcleos populacionais estabelecidos ao longo do caminho que ligava Vila Rica a Sabará e outras vilas das Minas, avistaria duas fileiras de casas em cada lado do caminho, cercadas de roças e de criação de animais, que configuravam um espaço híbrido, com a presença de elementos urbanos e rurais.

<sup>32</sup> BOXER, C. R. op. cit. p.53.

<sup>33</sup> INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: MEC, 1935. v.57, p.178.

<sup>34</sup> COSTA, Iraci del Nero. op. cit. p.200.

O aspecto rudimentar de Vila Rica, nessa época, era o retrato de uma ocupação provisória e caótica, feita mais por aventureiros do que por povoadores, interessados em auferir ganhos imediatos. Como nas demais áreas mineradoras, o esgotamento rápido do ouro obrigava a um deslocamento contínuo das catas e, com elas, o das moradias, o que imprimia à atividade mineratória e aos arraiais um caráter de improvisação e itinerância.<sup>35</sup> Arraiais movediços desapareciam e reapareciam acompanhando os bandos de aventureiros que, com seus escravos, seguiam as minas.

O nomadismo na exploração do ouro deveu-se às técnicas primitivas de extração que rapidamente esgotavam os depósitos do metal. Na região das minas, a grande possibilidade de encontrar ouro quase na superfície permitiu que a exploração fosse realizada com métodos e maquinário rudimentares. Os depósitos de ouro dividiam-se em duas categorias principais: os veios e os leitos de rios. Predominava a exploração dos leitos, sendo mais fáceis de minerar aqueles nos quais as partículas de ouro se encontravam misturadas com o cascalho cerca de um metro de profundidade. Eram extraídos ouro preto, ouro podre, ouro branco, entre outros, classificação que se baseava na avaliação de sua cor, forma e toque.

Os primeiros bandeirantes falcavam com gamelas, pratos de madeira normalmente usados para preparar e servir alimentos. Mais tarde foram substituídas por bateias, de madeira ou estanho, que se tornaram de uso generalizado. A técnica era simples. O cascalho era colocado na bateia que era rodada dentro da água. A areia e os seixos, mais leves, eram lançados para fora do recipiente com a água, e o ouro, mais pesado, depositava-se no fundo. Mesmo as técnicas mais sofisticadas realizavam sua última etapa com a bateia.

Quando os depósitos eram mais profundos, tornava-se necessário represar a água do córrego, o que podia ser feito com o trabalho manual dos escravos ou com uma roda d'água, denominada rosário, que aumentava a eficiência do processo.

Nos morros, a exploração se fazia com escavações chamadas catas. A água era levada até o local e o cascalho era trabalhado por pressão hidráulica. O material removido passava por uma série de comportas, que retinham as partículas de ouro. Os

<sup>35</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p.66/67; COSTA, Iraci del Nero. op. cit. p.34-36.



escravos, finalmente, usavam a bateia para resgatá-las, processo que apresentava os melhores resultados mas, em contrapartida, exigia maior investimento inicial.

Gradativamente as atividades agrícolas e comerciais passaram a imprimir um caráter mais estável aos arraiais. Ao esgotamento do ouro de aluvião seguiu-se sua extração em grupiaras e catas, modalidades de exploração que ensejaram uma relativa fixação do homem naquele ambiente.<sup>36</sup>

Até que tais modalidades se tornassem preponderantes, a paisagem dos arraiais era dominada pelos ranchos-residência, expressão do nomadismo e da provisoriedade. Eram moradias precárias, abrigos erguidos muitas vezes na própria cata, para a guarda dos instrumentos de mineração e para repouso. Representativo de um momento de instabilidade, os ranchos espalhavam-se pelos caminhos, quase como um prolongamento da natureza, lugar de passagem, onde aventureiros, com seus apetrechos de mineração, acampavam para realizar a exploração aurífera, quando não pernoitavam apenas para seguir viagem pelas inóspitas rotas das Minas Gerais.

A construção do rancho utilizava sempre os mesmos materiais: a madeira, o barro, o sapé e o cipó de embira para amarração. Tratava-se de um único cômodo, espaço amplo e aberto à luz do dia, onde conviviam animais, homens e suas tralhas, guarnecido apenas de trempe e catre ou jirau para o descanso. Nestas construções, os mascates carregavam o seu baú e sua matraca, os comboieiros cuidavam dos escravos, mercadoria preciosa, e os boiadeiros vigiavam seus rebanhos. Os mineradores, por sua vez, guardavam seus instrumentos de minerar e descansavam ao final dos longos dias de busca e esperança.<sup>37</sup>

Nesse período de assentamento precário das vilas, três aspectos emblemáticos retratam a provisoriedade do cotidiano. Primeiro, a ausência de laços familiares entre a população, constituída predominantemente por homens. O número reduzido de mulheres deu origem a uma expressiva prostituição, configurando uma sociedade distinta daquela que se formara na zona açucareira, assentada na base familiar. A ausência destes laços era motivo de preocupação das autoridades que procuravam promover o

<sup>36</sup> COSTA, Iraci del Nero. op. cit. p.36.

<sup>37</sup> Sobre a descrição dos ranchos ver CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Contagem: "origens"*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1991. P.47-48: Cultura material.

casamento como uma forma de estabilizar, normatizar e enraizar a população para melhor controlá-la.<sup>38</sup>

O segundo aspecto foi o generalizado desabastecimento na região. O grande afluxo de pessoas, a concentração de esforços na atividade mineradora, aliados às dificuldades de transporte, acarretaram a carência de gêneros, que resultou em duas graves crises de fome nos períodos de 1697-1698 e 1700-1701. Anos de extrema dificuldade, muitos povoados foram abandonados, propiciando, inclusive, novas descobertas. A experiência destas crises acabou por estimular o cultivo de roças próximas às datas e aos caminhos, e a regularização do abastecimento pelo comércio com a Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro.<sup>39</sup>

O terceiro, e que irá perdurar por todo o Setecentos, foi a violência na região mineradora. A presença de grande número de fiscoiros escravos, trabalhando sem fiscalização, era um fator gerador de desordem. Insultos, mortes e formação de muitos quilombos tornaram a região das minas extremamente violenta.<sup>40</sup> Nos primórdios do povoamento, em 1699, o rei de Portugal escrevia ao governador geral do Rio de Janeiro, comentando os “roubos e malefícios cometidos nas estradas pelos negros fugidos”, os quais se reuniam nas serras e, à noite, desciam aos caminhos, colocando em pânico os viajantes.<sup>41</sup> Assim como os negros, da mesma forma agiam os bandos armados e os malfeitores.

A imprevisível ordem social das Minas, marcada por conflitos e rebeldia, pode ser explicada pela grande densidade populacional e pelas disputas inerentes à aventura da mineração. Somava-se ainda o apetite desmesurado da Coroa portuguesa, exteriorizado na cobrança de tributos, provocando a desobediência, o contrabando e, não poucas vezes, o levante da população.

Em meio a esse ambiente avesso à ordem, de assentamentos caóticos, de paisagem inorgânica e de instabilidade social, foi decisivo o papel do comércio e da Igreja

<sup>38</sup> SOUZA, Laura de Mello e. op. cit. p.113-115; SCARANO, Julita. *Cotidiano e solidariedade*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.16.

<sup>39</sup> SOUZA, Laura de Mello e. op. cit. p.24, 25; COSTA, Iraci del Nero. op. cit. p.35.

<sup>40</sup> Cf. RAMOS, Donald. op. cit. p.53 passim; RUSSELL-WOOD, A. J. R. The gold cycle. 1690-1750. In: BETHELL, Leslie (Org.). *Colonial Brazil*. Cambridge University Press, 1987. p.222-227.

<sup>41</sup> CARTA do rei ao governador geral do Rio de Janeiro de 24 set. 1699. APM. Seção Colonial. *Códice SG 02*, fl.171-172.

para a implantação das bases de uma estrutura urbana. Ao iniciarem a consolidação do espaço urbano, conseqüentemente, tais fatores contribuíram, ainda que lentamente, para o processo de estabilização da sociedade mineradora.

A importância da atividade comercial para o desenvolvimento urbano de Vila Rica deveu-se tanto aos substantivos depósitos de ouro, que sustentavam um razoável mercado interno, quanto à sua localização nos principais caminhos comerciais de Minas. O grande número de estabelecimentos comerciais nos locais de mineração davam sinais de fixação do homem no território. Em Vila Rica, o arraial de Ouro Podre contava com 23 estabelecimentos em 1715; do outro lado da montanha, o de Ouro Bueno possuía 21 e o de Rio das Pedras contava com 9.

Ao demarcarem áreas de povoamento é inegável o papel do comércio na consolidação urbana. Entretanto, era alvo de desconfiança, vigilância e perseguição da Coroa em todo o período colonial, lugares identificados com a desordem, potencialmente ameaçadores aos interesses da Metrópole.

A presença de vendas localizadas nos morros auríferos foi duramente combatida. Estes estabelecimentos, misto de loja e armazém, foram o principal meio de abastecimento das populações dos núcleos mineradores. As vendas comercializavam tanto os “secos” — tecidos, utilidades domésticas, ferramentas — quanto os “molhados” — bebidas e comestíveis — e acabaram por multiplicarem-se onde existia possibilidade de consumo para seus artigos. Eram freqüentadas por escravos, forros, prostitutas e oficiais mecânicos que bebiam aguardente da terra e promoviam grandes tumultos. Ali os escravos planejavam fugas e vendiam o produto da mineração, furtado de seus proprietários; os quilombolas compravam pólvora e chumbo para resistir às autoridades. Também nelas eram realizados bailes e batuques que atraíam um grande número de pessoas, facilitando a generalização das desordens.

A vigilância ao comércio não se restringia às vendas e lojas. Nas áreas de mineração a proibição ao comércio ambulante foi precoce. Edital da Câmara de Vila Rica insistia na execução dos bandos e outras proibições sobre a prática do comércio ambulante, em razão do grande número de “vendas ocultas, frasqueiras de boleiros,

cestos de comestíveis” que andavam continuamente pelos morros e lavras naquela vila “por onde se desvanecem as multiplicadas vendas que desertam [de lá] por esta tão urgente circunstância”.<sup>42</sup>

Os vendedores ambulantes, “homens de capa em colo por andarem vendendo em sacos e trouxas, metidos pelos buracos ...”, foram severamente reprimidos. Mas as determinações atingiram, em especial, as negras de tabuleiro, forras ou escravas, que transitavam pelas lavras e faisqueiras, gerando reclamações dos proprietários de escravos. Eram acusadas principalmente do desvio de jornais em razão dos cativos, ao consumirem quitutes e aguardentes, gastarem parte do ouro devido aos senhores. No governo de Antônio de Albuquerque proibiu-se

de irem mulheres com tabuleiros às lavras do ouro com pastéis, bolos, doces, mel, aguardente e mais bebidas, que algumas pessoas mandam às ditas lavras e sítios em que se tira ouro dando ocasião a este se desencaminhar de seus senhores e ir dar a mãos que não pagam quintos a Sua Majestade.<sup>43</sup>

Mas foram as proibições ao comércio de estabelecimento que influíram no processo de urbanização de Vila Rica. Ouro Podre e Ouro Bueno poderiam ter se expandido e constituído núcleos urbanos significativos, atraindo homens e capitais das áreas onde o ouro se esgotasse, caso não houvesse a intervenção da Coroa no sentido de forçar o desenvolvimento urbano centrífugo, a partir da criação da vila, em 1711. Com a alegação de que era necessário deter o crescimento destas áreas, em favor do desenvolvimento de Vila Rica, a Câmara, em 1713, adotou medidas para evitar a expansão dos dois núcleos, proibindo, em especial, vendas e lojas. Já as câmaras subseqüentes justificaram tais medidas tendo em vista as ameaças dos negros.<sup>44</sup>

Em janeiro de 1718, a Câmara de Vila Rica determinou que as vendas localizadas em Ouro Fino, Córrego Seco, Ouro Podre, Rio das Pedras e Ouro Bueno fechassem

<sup>42</sup> CÓDIGOS CMOP 06, fl.31, 32 e CMOP 49, fl.20-21. Citado por CHAVES, Cláudia M. G., VIEIRA, Vera L. D. *Tropas e tropeiros no abastecimento da região mineradora no período de 1693 a 1750*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1991. p.32. (Relatório apresentado a PRPq/CNPq).

<sup>43</sup> BANDO do governador Antônio de Albuquerque de 1º dez. 1710. APM. Seção Colonial. *Código SG 07*, fl.12-13.

<sup>44</sup> Cf. RAMOS, Donald. op. cit. capítulo 10 passim.

suas portas e viessem se estabelecer em Ouro Preto. Um motim da população impediu que a ordem fosse cumprida, o que somente veio a ocorrer em 1720, quando da repressão ao levante de Vila Rica. Ao permanecerem como meras áreas de mineração, esses arraiais entraram em colapso com o esgotamento dos depósitos aluvionais.

Se o comércio, como fator de urbanização, sofreu severas restrições da Coroa, a Igreja, por sua vez, ligada ao Estado, era uma espécie de instrumento de urbanização face a uma política genérica e evasiva da Coroa, em relação ao planejamento, construção ou ordenamento das cidades coloniais.

A Igreja, através de seus representantes, se fazia presente nas bandeiras, plantando, com a construção de templos, os marcos da obra colonizadora, antes mesmo da Coroa. Erguidas quase que simultaneamente às descobertas do ouro, as capelas figuravam como expressão de permanência e assentamento no espaço em meio a um processo de ocupação marcado pelo efêmero e pelo desapego ao lugar.

Quando a bandeira de Antônio Dias chegou à serra de Ouro Preto, em 24 de junho de 1698, foi armado um altar improvisado e rezada, por padre Faria, uma missa, em lugar onde seria construída uma capela, provavelmente a de São João. A exemplo deste gesto simbólico que inaugurava a ocupação do lugar, se seguiram outros tantos. À medida que ocorriam novas descobertas de ouro eram providenciadas as construções de pequenos templos, que dariam origem aos vários arraiais na região.

A implantação dessas capelas primitivas propiciaram a aglomeração de moradias e comércio, constituindo importantes espaços públicos em torno dos quais gravitava a vida social. Responsáveis pela configuração física dos povoados, a sua construção, ao obedecer uma série de normas da Igreja, referentes à sua localização, áreas contíguas e vizinhanças, acabaria por induzir o tipo de ocupação nas proximidades, determinando as feições dos arraiais.<sup>45</sup>

Nas palavras de Salomão de Vasconcelos, Vila Rica não passava de uma aldeia “de casas de sapé, como de palha eram também as capelinhas, algumas já arboradas em matriz ...”<sup>46</sup> Descrições do povoado retratam a lógica do sementeiro, de que fala Sérgio

<sup>45</sup> MARX, Murilo. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Edusp, 1991. p.11-48.

<sup>46</sup> VASCONCELOS, Salomão de. Os primeiros aforamentos e os primeiros ranchos de Ouro Preto. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, n.5, p.241, 1941.

Buarque de Holanda.<sup>47</sup> O desinteresse português em zelar pela fundação de cidades como instrumento de colonização explica o aspecto acanhado de Vila Rica, com suas ruas irregulares, moradias improvisadas, concentradas em torno de pequenos templos, com uma disposição espacial aleatória que se amalgamava à topografia. Segundo Sílvio de Vasconcelos, os arraiais que deram origem a Vila Rica brotaram ao longo da estrada tronco e dos seus atalhos e bifurcações. A ocupação se deu em um movimento centrípeto, em cujos extremos estavam fixadas duas matrizes: Nossa Senhora do Pilar e Nossa Senhora da Conceição.<sup>48</sup>

A força aglutinadora da Igreja era de tal ordem que aqueles povoados que não se desenvolveram em torno de capelas logo perderam sua identidade e foram absorvidos por outros núcleos. Em muitos casos, as capelas emprestaram seus nomes aos arraiais, delimitaram as fronteiras entre os mesmos, inscrevendo no território a cartografia da ocupação. Ainda hoje, uma descrição de Vila Rica toma as igrejas e as matrizes como elementos de identificação dos locais.

No percurso deste eixo longitudinal, partindo-se do Passadez em direção a Padre Faria, encontravam-se os seguintes templos, centros de pequenos arraiais: São Miguel e Almas, capela do Rosário, matriz de Nossa Senhora do Pilar, capela de Santa Quitéria, matriz de Nossa Senhora da Conceição, capela de Nossa Senhora do Rosário, capela Nossa Senhora do Bom Parto e capela do Bom Jesus das Flores. Outras capelas foram construídas próximas às minerações, localizadas nos morros que circundam o vale de Ouro Preto: Sant' Ana, Piedade, São João e São Sebastião.<sup>49</sup>

Apesar dos prédios modestos, que seriam mais tarde substituídos por edificações mais sólidas, as igrejas destacavam-se na paisagem urbana, composta de toscos ranchos-residência. A sua disposição topográfica e os espaços abertos dos adros concorriam para o seu predomínio arquitetônico. Essa posição de relevo na estrutura urbana refletia, de fato, o domínio da Igreja sobre um ambiente fragilmente controlado pelo poder público. Afinal, ela era, até 1711, a única instituição efetivamente presente

<sup>47</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. op. cit. p.75-83.

<sup>48</sup> VASCONCELOS, Sílvio de. *Vila Rica*. São Paulo: Perspectiva, 1977. p.102-122.

<sup>49</sup> MENEZES, Joaquim Furtado de. *Igrejas e irmandades de Ouro Preto*. Belo Horizonte: IEPHA, 1975. p.12-18.

na região. Até adquirirem o *status* de município, os núcleos urbanos desenvolviam-se norteados pela Igreja. Segundo Murilo Marx,

... não indo, geralmente, além de vagas recomendações sobre o feitio urbano, suas vias, suas parcelas de termo, suas construções principais, a Coroa na prática delegava à Mitra o desenvolvimento físico de nossos arraiais, vilas e cidades, a confecção de sua paisagem familiar. Não tem essa nos templos e nas casas religiosas em geral, nas matrizes em particular, o referencial maior da tradição? Referências consubstanciadas e reiteradas pela evolução da sede municipal. A expansão e o adensamento urbanos se deram em torno desses marcos, ainda que novos elementos de cunho leigo sobreviessem e constituíssem outros pólos de interesse.<sup>50</sup>

A Coroa demorou para perceber a dimensão do empreendimento minerador e traçar uma política para a área, tendo, portanto, uma presença débil na região nos primeiros anos. Foi a partir da sua intervenção no conflito conhecido como Guerra dos Emboabas que a Metrópole adota medidas mais efetivas de controle nas Minas. Isso significou elevar, entre 1711 e 1715, vários povoados à categoria de vila de forma a permitir a disseminação da máquina administrativa. Vila Rica foi criada neste momento, 1711, a partir da reunião dos dois arraiais mais importantes: Antônio Dias e Ouro Preto.

No ano seguinte era criada a praça, no Morro de Santa Quitéria, para abrigar os marcos do poder público, constituindo-se caso raro na Colônia. O mais comum era localizar as instituições seculares nos centros já consagrados pelos templos, de modo a formar um conjunto articulado, no qual estaria equilibrado o papel preponderante tanto das edificações públicas quanto das religiosas na estrutura urbana.<sup>51</sup>

O fato de Vila Rica ter surgido da unificação de arraiais distintos explica certamente a criação da praça, primeira intervenção efetiva do Estado no espaço urbano da Vila. Ela representava a instituição de um lugar para o poder municipal, equidistante e neutro em relação aos dois povoados — Antônio Dias e Ouro Preto — sobrepondo-se a possíveis rivalidades e, ao mesmo tempo, induzindo a integração dos mesmos.

<sup>50</sup> MARX, Murilo. op. cit. p.12-13.

<sup>51</sup> Ibidem. p.13, 64.

O local escolhido, o Morro de Santa Quitéria, não passava de uma área coberta de arvoredos quando o governador Antônio de Albuquerque a escolheu para fixar o Pelourinho em 1712. Esse novo referencial, sem dúvida, induziu a expansão urbana da área, ocorrendo entre os anos de 1713 e 1719, um aumento significativo de concessões de terra na região.<sup>52</sup>

A ocupação, antes centrípeta, adquire um caráter centrífugo, tendo a praça como seu foco irradiador, capaz de unificar e articular em torno de si arraiais dispersos constituídos pelas paróquias.<sup>53</sup> Ilustrativa é a posição das matrizes de Nossa Senhora do Pilar e Nossa Senhora da Conceição, ambas voltadas para direções opostas, reveladora da formação urbana originalmente independente e distinta das duas freguesias. Inaugurando uma nova centralidade, a praça é marco simbólico do poder temporal, representativa da disposição do Estado Metropolitano em se impor como força ordenadora, face a uma sociedade que se instituía à sua revelia.

Ao fixar o Pelourinho na praça, símbolo da instauração da justiça e da autonomia municipal, estabelecia-se centro de gravidade do território urbano, marco a partir do qual se delimitava a sesmaria da vila, que era concedida à Câmara. Medindo geralmente uma légua quadrada, a sesmaria era o alicerce da autoridade da Câmara para fazer concessões de lotes e estabelecer o código de edificação. Demarcada a gleba, configuravam-se três categorias de propriedades do solo: o patrimônio religioso e do governo, o rócio<sup>54</sup> e as concessões particulares, únicas a serem tributadas.<sup>55</sup>

Tradicionalmente, a Casa de Câmara e Cadeia era erguida junto ao Pelourinho. Em Vila Rica, se não há dúvidas de que este último foi fixado na praça, o mesmo não acontece com a Câmara e Cadeia. É provável que, nos primeiros tempos, ela tenha

<sup>52</sup> RAMOS, Donald. op. cit. p.146-147.

<sup>53</sup> VASCONCELOS, Sílvio de. op. cit. p.111.

<sup>54</sup> Terra comunal, usada pelos moradores para o plantio, pasto e recolhimento de madeiras, podendo também ser parcelada para concessões individuais. Constitua, na verdade, área para a expansão urbana, destinada à construção de ruas, caminhos e praças.

<sup>55</sup> A respeito do estabelecimento da sesmaria municipal e das propriedades urbanas ver MARX, Murilo. op. cit. p.62-86; RAMOS, Donald. op. cit. p.134-135.



funcionado em uma residência particular. Em 1712, foi escolhido um terreno, presumidamente na praça, e arrematado o contrato para a construção de sua sede. Segundo Sílvio de Vasconcelos, dois anos depois estava concluída a obra, o que parece procedente, considerando a referência ao prédio da Câmara e Cadeia em aforamentos na praça, nos anos de 1714 e 1715. Mais tarde, em 1723, teria sido iniciada a obra de uma nova sede do governo municipal, também na praça.<sup>56</sup>

Com a criação da praça ocorreria, mesmo que lentamente, uma mudança no modelo construtivo. Além de ostentar as edificações públicas mais importantes, erguidas com maior apuro arquitetônico, nas suas proximidades concentraram-se as residências mais elegantes, do tipo sobrado, moradia de gente abastada. A despeito disso, Vila Rica manteve o caráter improvisado das suas edificações, pelas duas décadas seguintes. Nos aforamentos concedidos entre 1712 e 1719 predominavam a construção e reforma dos ranchos-residência.<sup>57</sup>

Ao assumir o encargo da organização urbana em 1711, a Coroa pouco fez em relação ao desenvolvimento da vila, como de resto da Colônia, o que em parte explica a permanência dessas construções. As Ordenações do Reino além de estabelecerem atribuições da municipalidade e as formas de apropriação do solo urbano, tratavam muito vaga e difusamente da disciplina cidadina. Basicamente procuravam resguardar os direitos de vizinhos e transeuntes.<sup>58</sup>

<sup>56</sup> Ver a respeito da Casa de Câmara e Cadeia: VASCONCELOS, Sílvio de. op. cit. p.37-39; RAMOS, Donald. op. cit. p.146-147.

<sup>57</sup> Cf. VASCONCELOS, Salomão de. op. cit. p.241-257.

<sup>58</sup> MARX, Murilo. op. cit. p.55-56.

## Vila Rica: espaço do poder

Na década de 1730 iniciava-se uma nova fase de urbanização para Vila Rica. A aventura e a improvisação começavam a ceder lugar à estabilidade e, pouco a pouco, a cidade adquiria uma dinâmica independente das contingências da empresa mineradora. A realização do Triunfo Eucarístico, a implantação do sistema de capitação e o tombamento da sesmaria evidenciaram a tentativa de estabelecimento da ordem que deveria se sobrepor àquela sociedade caótica e inquieta dos primeiros tempos, inaugurando um período de relativa acomodação social. Até aproximadamente 1770, Vila Rica experimentou um processo de expansão, consolidando uma estrutura urbana próxima daquela que conhecemos hoje.<sup>59</sup>

O evento do Triunfo Eucarístico pode ser considerado um marco do apogeu da sociedade mineradora. A festa, realizada em Vila Rica, no ano de 1733, celebrou a inauguração da reforma da matriz de Nossa Senhora do Pilar e a trasladação do Santíssimo Sacramento, provisoriamente depositado na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, para o novo templo. O texto *Triunfo Eucarístico*, de autoria de Simão Ferreira Machado, publicado em 1734, dá uma idéia do espetáculo de luxo e pompa da festa, nunca visto nas Minas. Cerca de um mês antes, mascarados saíram pela vila anunciando a festa ao público e, em seguida, bandeiras com imagens de Nossa Senhora do Rosário e da custódia do sacramento foram expostas à veneração da população. A vila exibiu, ainda, luzes nas janelas das casas, as chamadas luminárias, por seis noites sucessivas. O ponto alto foi a procissão no dia 24 de maio. As ruas foram enfeitadas de arco, as janelas de sedas e damasco. O cortejo encenou verdadeira coreografia composta de danças, diversos instrumentos musicais, carros alegóricos, figuras a cavalo, representações de

<sup>59</sup> MINAS GERAIS. Fundação João Pinheiro. Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto. *Relatório Síntese*. Belo Horizonte, IPHAN/IEPHA/Prefeitura Municipal de Mariana, [s.d.]. p.11.

Ouro Preto, dos planetas e dos ventos, tudo guarnecido de aparato ornamental e ricas vestimentas, numa profusão de cores e recursos cenográficos. Além do numeroso clero, integravam a procissão as irmandades, o governador conde de Galvêas, a elite militar e literária, o Senado e a Companhia de Dragões. Seguiram-se mais dois dias de festas com cavalhadas, comédias, touros e serenatas.<sup>60</sup>

Mais que a celebração do Santíssimo Sacramento, Vila Rica festejava o sucesso da aventura mineradora. A procissão se inscrevia em um discurso exaltatório da riqueza, que apelava, como era característica das festas barrocas, para as linguagens do teatro, da dança, da música, conjugando-as em uma trama de símbolos e emblemas, que resultava em um espetáculo capaz de persuadir a população. Tudo parecia concorrer para a afirmação da imagem de uma sociedade opulenta. O mito da riqueza se impunha em uma conjuntura favorável à sua propagação; afinal, a produção de ouro alcançara níveis elevados, ainda que a pobreza fosse a regra para a maioria. Sobretudo, o Triunfo Eucarístico constitui registro excepcional de uma cidade que se tornara um espaço institucionalizador do poder e da cultura. Isso é legível no enredo da própria procissão: a Igreja e o Estado, pilares da estrutura colonial, fazem uma demonstração monumental de seu poderio. Responsável pela cobertura ideológica da colonização, a Igreja tem na procissão a oportunidade de propagar o espírito da contra-reforma e afirmar sua força temporal. O Estado, representado pelo governador, militares e senadores, integra o séquito, numa comunhão entre a religião e o rei, exibindo e reforçando o poder metropolitano nas Minas.<sup>61</sup> A festa é uma espetacularização pedagógica do domínio da autoridade sobre a desordem do aventureirismo.

Apesar da imagem de uma sociedade opulenta celebrada pelo Triunfo, ao se iniciar os anos 30, o volume do ouro arrecadado na Capitania estava muito aquém das expectativas de D. João V. Consultas aos ex-governadores das Minas indicaram a possibilidade de se adotar o imposto da capitação, de acordo com as diretrizes

<sup>60</sup> MACHADO, Simão Ferreira. Citado por MENEZES, Joaquim Furtado de. op. cit. p.36-57.

<sup>61</sup> ÁVILA, Afonso. *O lúdico e as projeções do barroco*. São Paulo: Perspectiva, 1980. p.113-125; SOUZA, Laura de Mello e. op. cit. p.19-27.

traçadas pelo secretário real, Alexandre de Gusmão. A implantação desse sistema, em 1736, visava aumentar e garantir a arrecadação dos tributos e somada a outras medidas consolidou a presença da Coroa na região das Minas, disseminando a máquina administrativa-fiscalizadora.

Várias e diferentes as investidas do governo português tentaram assegurar o recolhimento dos impostos. Desde 1700, no governo de Arthur de Sá e Menezes, com o início da cobrança do quinto, foram difíceis os acordos entre os atores coloniais a respeito da forma da tributação do metal. Na Carta Régia de 24 de julho de 1711 foi determinado que a cobrança do quinto se faria por bateias. Segundo Diogo de Vasconcelos, “pela palavra bateia se [designavam] os escravos, de sorte que o quinto por bateia ou por cabeça de escravo vinha a ser uma rigorosa capitação”.<sup>62</sup> Contudo, o então governador, Antônio de Albuquerque, ciente das dificuldades de se cobrar o quinto desta forma, suspendeu a execução da Carta Régia, explicando ao rei as razões da adoção da medida. A capitação se manteve suspensa até o governo de D. Brás Baltasar da Silveira, que convocou uma junta em Vila Rica a 7 de dezembro de 1713, com o intuito de lembrar a promessa que os mineradores haviam feito ao seu antecessor de pagarem dez oitavas de ouro por bateia. Como os povos estavam indispostos com a nova taxa, a junta apresentou uma contra-proposta ao governador pela qual os mineradores se dispunham a arcar com 30 arrobas de ouro pelos quintos de um ano. A taxa foi finalmente ratificada em 6 de janeiro de 1714, regulando-se a forma da sua arrecadação.

Não obstante a concordância de D. Brás com o pagamento proposto pelos mineradores, o rei, por Carta Régia de 16 de novembro de 1714, insistiu na imposição do sistema de bateias, estabelecendo que cada escravo seria tributado em 12 oitavas de ouro.

Tamanho era o repúdio à cobrança do quinto pelo novo modo de arrecadação, que os mineradores ofereceram, em nova junta de 13 de março de 1715, vinte e cinco arrobas sobre as trinta já acordadas. No entanto, as ordens do rei foram taxativas. D. Brás pressionou as câmaras para que aceitassem a cobrança por bateias e conseguiu sua

| <sup>62</sup> VASCONCELOS, Diogo de. Minas e quintos do ouro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 6, p.856, 1901.

concordância com o pagamento de 12 oitavas de ouro por escravo, o que ficou ajustado em termo feito na Câmara de Vila Rica em 15 de março de 1715.

Imediatamente os moradores de Morro Vermelho, termo de Vila Nova da Rainha, levantaram-se em motim, que se estendeu para Sabará, Vila do Carmo e Vila Rica. Preocupado com a desordem, o governador suspendeu a medida e retornou ao ajuste do pagamento das trinta arrobas de ouro anuais.

Até 1717, manteve-se esta forma de arrecadação. Em 1718, ficou combinado que seriam pagas 25 arrobas e ainda a renda derivada dos contratos das entradas, até então administrados pelas câmaras, o que representou um volume adicional de ouro extremamente significativo para a Coroa. Este sistema prevaleceu até 1721.

O Decreto Régio de 11 de fevereiro de 1719 definiu o estabelecimento das Casas de Fundição. A Metrópole buscava evitar os descaminhos do ouro em pó com a fundição do ouro em barras e cobrança do quinto nas próprias Casas de Fundição. A ameaça de se alterar a forma da cobrança do tributo foi responsável pelo movimento ocorrido em Vila Rica no ano de 1720. Esta sedição acabou por postergar a implantação das fundições que só se concretizaram em 1724. Entre 1725 e 1730, a população das Minas pagou, pelo quinto, 20% das barras de ouro e, entre 1730 e 1732, 12%. Em 1732, retornou-se ao pagamento dos 20% das barras.

Com a intenção de adotar a capitação, foi enviado para as Minas, em 1733, Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. Diante dessa possibilidade, as câmaras apresentaram uma contra-proposta ao então governador André de Melo e Castro, conde de Galvêas, de aumentar a contribuição dos quintos para um mínimo de 100 arrobas anuais, permanecendo as Casas de Fundição. Aceita a contra-proposta, esta vigorou em 1734 e 1735.

A Coroa persistia no propósito de estabelecer o sistema de capitação, o que se efetivou a partir de 1736. Aprovado o regulamento da capitação, este foi mandado cumprir por bando de 1º de julho de 1735 e, em razão das exigências do novo sistema, outro bando da mesma data determinou o retorno à circulação do ouro em pó, após o fechamento das Casas de Fundição e proibiu a circulação de moedas na Capitania.

Gomes Freire de Andrade assinou o regimento da capitação em 1735, o qual foi confirmado por carta do secretário de Estado de 15 de agosto de 1736.

O regimento constava de 41 capítulos que dispunham sobre o processo de cobrança da taxa, o alcance do poder dos intendentess e as medidas punitivas aos sonegadores do imposto. Pelo novo sistema, homens livres, oficiais de qualquer ofício e escravos ficavam obrigados ao pagamento de  $4\frac{3}{4}$  de ouro *per capita*. As vendas eram taxadas proporcionalmente aos seus cabedais. Em cada distrito deveria haver um intendente ao qual eram subordinados os oficiais da Intendência, tesoureiro, fiscal, escrivão, meirinho e todos os moradores. O governador encarregava-se de distribuir aos intendentess os bilhetes da matrícula de capitação que se realizaria nos primeiros dias dos meses de janeiro e julho. Da matrícula deviam constar o nome e a pátria dos escravos, seus respectivos proprietários e suas residências.

Segundo Boxer, “a taxa de capitação mostrou ser altamente impopular”. Incidia de forma mais contundente sobre os pobres do que sobre os ricos, pois, independente dos resultados da extração do ouro, o imposto recaia sobre o número de escravos. Igualmente os proprietários de estabelecimentos deficitários arcavam com os mesmos ônus daqueles que “retiravam grandes proventos”. Os lavradores, por sua vez, sofriam uma dupla taxação ao pagarem os dízimos sobre sua produção e sobre a capitação dos seus escravos.<sup>63</sup> Comprovava essa análise a representação dos oficiais da Câmara de Vila Rica ao rei, na qual tratavam da

... opressão universal dos moradores destas Minas, involuta no arbítrio atual de se cobrarem os quintos de Vossa Majestade devidos, podendo ser pagos com alguma suavidade de outra forma, sem diminuição do que, por direito, está Vossa Majestade recebendo, na consideração de que ainda sejam lícitos os fins se deve abraçar os meios mais toleráveis; é pois geral o sentimento com que se vem decrescer as forças do povo ...<sup>64</sup>

<sup>63</sup> BOXER, C. R. op. cit. p.217.

<sup>64</sup> REPRESENTAÇÃO. APM. Seção Colonial. *Códice CMOP* 49, fl.42.

Os oficiais finalizavam o documento pedindo a real “piedade e compaixão” na providência e suspensão do “insofrível e continuado castigo que [atormentava] até a própria alma dos pobres habitantes destas Minas”.<sup>65</sup>

Concretamente, o estabelecimento da capitação vinha coroar o ímpeto fiscalista da Metrópole. Além de buscar aumentar a arrecadação, diminuindo os descaminhos, o sistema representou uma tentativa de instituir um maior controle sobre a população, agora submetida ao censo e vigilância da máquina tributária.

No ano seguinte, em 1737, a sesmaria de Vila Rica foi finalmente tombada, sendo sua demarcação concluída em 1742. Fixavam-se, assim, as fronteiras do território urbano, sob a jurisdição municipal. O espaço da cidade deixava de ser uma dimensão fluida e indefinida para se transformar em uma área claramente delimitada e identificável para o controle urbano.

A demarcação da sesmaria, ao lado da capitação, constituiu-se em mais um fator para o efetivo estabelecimento da máquina administrativa, cuja implantação se iniciou, em 1711, no governo de Antônio de Albuquerque. A tentativa pioneira de fazer valer o poder metropolitano nas Minas explicitou-se na criação das primeiras vilas na Capitania de São Paulo e Minas do Ouro.<sup>66</sup> Essa medida teve três propósitos principais: prover efetivamente o governo aos níveis local e regional; administrar a justiça e fazer cumprir as obrigações reais.

Em Portugal, o município representava estabilidade, a garantia da aplicação da justiça, um certo grau de autodeterminação local e, por meio das câmaras, a presença da Coroa nas vilas. A criação das municipalidades significou impor aos ex-arraiais os símbolos do poder real: a constituição do Senado da Câmara, com a conseqüente edificação da Casa de Câmara e Cadeia e o levantamento do Pelourinho.

Em junta realizada a 11 de julho de 1711, ficou determinado que no arraial de Nossa Senhora do Pilar, “junto ao de Antônio Dias, se fundasse [Vila Rica], pois era sítio de maiores conveniências que os povos tinham achado para o comércio”. A decisão

<sup>65</sup> REPRESENTAÇÃO. APM. Seção Colonial. *Códice CMOP 49*, fl.44.

<sup>66</sup> A Capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas do Ouro foi desmembrada no ano de 1711, em razão do conflito entre paulistas e emboabas, vindo a constituir a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro.

de levantar a vila fora tomada “para que seus moradores e os mais de todo o distrito pudessem viver arreglados e sujeitos com toda alva forma às leis de justiça”.<sup>67</sup>

A sesmaria da Câmara foi doada ao Senado, pouco depois da criação da vila que

se achava sem ter recreio nem terra alguma, assim para a criação dos gados como para venda e aforar aos moradores ... e ... porque da passagem do ribeirão até terreno da dita vila e da serra do Itacolomi até a de Antônio Pereira, correndo até entestar com o capitão Manoel de Matos se achava muita terra devoluta, a qual era necessária para [o] Senado e a queria por sesmaria, com todos os campos, seus cantos e recantos ...<sup>68</sup>

Somente em 1736 o rei confirmou a doação, limitando-a a uma “légua de terra em quadro, a qual fará pilão no Pelourinho da dita vila, correndo para todas as partes na distância de meia légua”.<sup>69</sup> O Pelourinho de Vila Rica e os marcos de sua sesmaria foram a princípio simples esteios de madeira, tendo sido substituídos por outros de pedra em 1747. Seis marcos foram assentados: dois em Tapanhoacanga; um no Morro Tripuí; um na região do Taquaral, próximo ao caminho para Ribeirão do Carmo; um no caminho para Santa Quitéria e outro na estrada para o arraial do Itatiaia.<sup>70</sup>

Com o propósito de garantir a eficácia da administração, foram instituídos o Senado da Câmara, Junta da Fazenda Real, Junta dos Recursos, Intendência e Junta de Justiça. A vila possuía, ainda, ouvidor, juiz de órfãos e vigário da vara.

A Câmara era composta por dois juízes ordinários que exerciam, em meses alternados, a função de presidente; três vereadores, procurador e escrivão, além de contar com contínuo, tesoureiro e alcaide. Os juízes ordinários tinham alçada no cível e no crime, serviam com escrivão e três tabeliães do judicial e notas. Concediam audiências às terças e às sextas, pela manhã, e assistiam às câmaras às quartas e aos sábados. Os

<sup>67</sup> AUTO de ereção de Vila Rica. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano II, p.84. Citado por VASCONCELOS, Sílvio de. op. cit. p.25.

<sup>68</sup> Idem.

<sup>69</sup> Idem.

<sup>70</sup> CARVALHO, Feu de. Vila Rica. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 171, p.45-46, 54, 1939.



oficiais do Senado da Câmara nomeavam o almotácel, responsável pela fiscalização do comércio dos gêneros de primeira necessidade, pela higiene e limpeza públicas. Nomeavam também o juiz de vintena, com jurisdição nas freguesias do termo, atribuições semelhantes às dos juízes ordinários, mas com alçada menor.

Os oficiais da Câmara tinham algumas regalias. Nas funções em que deviam estar presentes, saíam dos Paços do Conselho em corpo, com suas varas e estandarte arvorados. Por decisão régia, o diácono era obrigado a dar-lhes dutos, o subdiácono a paz em missas solenes a que assistissem. Por costume antigo, o pároco devia recebê-los e despedi-los à porta da igreja, a repique de sinos, “o que foi introduzido em obséquio das armas reais de que usam em seu estandarte”.<sup>71</sup> Nas festas públicas, pertencia à Câmara o camarote à direita do governador.

As considerações devidas ao Senado eram levadas muito a sério pelos seus oficiais, o que fica patente no acórdão firmado na Câmara de Vila Rica em 1742, em virtude da “desatenção que tiveram os padres da matriz de Ouro Preto com o dito Senado”.<sup>72</sup> A Igreja de Nossa Senhora da Conceição era a mais antiga de Vila Rica e a primeira que o rei mandara erigir em Vigaria Colada e, como tal, se faziam nela todas as funções que o Senado assistia e mandava celebrar. Contudo, os oficiais da Câmara haviam mudado as funções para a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, sob o pretexto de que este templo era mais suntuoso e com maior comodidade.

A querela iniciou-se quando o Senado, em corpo de Câmara, acompanhado do ouvidor geral e corregedor da comarca, foi à Igreja de Nossa Senhora do Pilar render graças a Deus pela melhora da saúde do soberano. Na missa solene os padres faltaram com as cortesias habituais, privando os oficiais dos direitos que lhes eram garantidos no momento do ofertório e da paz. Depois, o coadjutor da Igreja e o sacristão desataram o vereador mais velho da Câmara, com insultos e injúrias. Em vista destes

<sup>71</sup> VASCONCELOS, Diogo de. *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. p.96.

<sup>72</sup> A respeito da querela ver CARTA do Senado a sua majestade sobre a desatenção que tiveram os padres da matriz de Ouro Preto com o dito Senado de 17 nov. 1742. APM. Seção Colonial. *Códice CMOP 49*, fl.36-38.

desagradáveis acontecimentos mandaram celebrar outra missa em ação de graças pela saúde do soberano na Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Os problemas com as câmaras não se restringiram às dificuldades de serem respeitados os seus privilégios. Criadas como órgãos de colaboração da Coroa, com raríssimas exceções, acabaram por se constituir em obstáculos ao poder real. Como afirmava D. Pedro de Almeida, conde de Assumar, em carta ao rei de Portugal, “... encostando-se às câmaras, as opiniões dos povos acham nelas um grande apoio”.<sup>73</sup> Os senados, muitas vezes, tomaram o partido dos moradores das vilas, nos enfrentamentos destes com os ministros metropolitanos, ou fizeram vista grossa às desordens e atos de desobediência ao rei. Exemplo foi o comportamento da Câmara de Vila Rica durante a Sedição de 1720. Embora não tenha apoiado formalmente os motins, tampouco tomou medidas eficazes para os conter, merecendo a severa admoestação do governador da Capitania:

... todos foram cúmplices no pouco zelo que mostraram e esta é cousa bastante para que não seja injusta a indignação de sua majestade, e que afronta será para Vila Rica se virem privilegiosa todas as outras câmaras menos a esta, ou de servir a afronta de Vila Rica de glória às demais vilas, particularmente daquelas que souberam distinguir-se nesta ocasião para fazer mais negra e mais feia a nódoa de infidelidade que nesta vila foi pública e manifesta.<sup>74</sup>

A tal ponto chegou a autonomia dos Senados da Câmara em relação à política metropolitana que D. Lourenço de Almeida, primeiro governador da Capitania das Minas do Ouro, acreditava, em 1722, ser inconveniente a criação de novas vilas na região mineradora. Em carta ao rei, o governador ponderava:

... que por nenhum caso convém ao real serviço de Vossa Majestade que se criem de novo mais vilas, porque todos estes povos, enquanto são arraiais,

<sup>73</sup> SOBRE o estado deste governo e da eleição das câmaras dele. Carta de D. Pedro de Almeida ao rei de Portugal de 14 jan. 1721. APM. Seção Colonial. *Código SG 04*, fl.906-909.

<sup>74</sup> TERMO de Vereança de 17 ago. 1720. Atas da Câmara de Vila Rica. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, XXV, p.146, 1937.

vivem sossegadamente, por não terem ambição de entrarem nas governanças, porque, em sendo vilas, logo se formam parcialidades sobre quem há de ser juiz e vereadores, e o pior é que, tomando o pretexto do bem comum e do povo, não querem consentir nada que seja em conveniência do real serviço de Vossa Majestade e aumento de sua Real Fazenda ...<sup>75</sup>

Criados como órgãos de controle, os Senados da Câmara se aproximaram mais dos interesses da população do que daqueles defendidos pela Coroa. A Câmara de Vila Rica não foi, entre todas, a mais desobediente. Seu comportamento foi moderado, talvez pelo fato de a vila ser sede do governo da Capitania, e a presença física das autoridades metropolitanas cercear seus ímpetos de independência.

Além do Senado, outro instrumento utilizado por Portugal, para ordenar a região das Minas, foram as Juntas de Justiça, que possuíam jurisdição para decretar sentenças de morte para crimes cometidos por negros, mulatos, índios e brancos de classe social inferior, buscando minimizar os conflitos cotidianos entre brancos e negros.

Em 1725, os oficiais de Vila Rica representaram ao rei solicitando que, tendo em vista as “... tão repetidas insolências [e] mortes que nestas Minas sucedem feitas por escravos aos seus senhores e com o pouco temor do castigo ...”, fosse permitido que por estes delitos os negros merecessem morte natural e se executasse a sentença sumariamente nas Minas.<sup>76</sup> Em 1731, D. João V conferiu aos ouvidores gerais das comarcas a mesma jurisdição dos governados do Rio de Janeiro e São Paulo “... que sentenciassem em última pena aos delinquentes (...) convocando à Junta os ouvidores das quatro comarcas e o juiz da vila do Ribeirão do Carmo, com o provedor da Fazenda” ...<sup>77</sup>

As dificuldades de reunir a junta e os constantes atos sediciosos cometidos pelos escravos resultaram no afrouxamento das exigências para a punição dos negros. Em

<sup>75</sup> CARTA de D. Lourenço de Almeida ao rei de Portugal de 14 out. 1722. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, XXXI, p.131-132, 1980.

<sup>76</sup> CARTA dos oficiais da Câmara de Vila Rica ao rei de Portugal de 29 dez. 1725. APM. Seção Colonial. *Códice CMOP 09*, fl.12.

<sup>77</sup> REGISTRO de uma ordem de sua majestade que Deus guarde ao ouvidor geral para se fazer junta em que se condenassem à morte as pessoas nela declaradas de 24 fev. 1731. APM. Seção Colonial. *Códice CMOP 07*, fl.92-93.

1735, uma revolta escrava em Catas Altas, área próxima de Vila Rica, do que resultou a morte de alguns brancos e a constatação da “... liberdade com que vivem os escravos nessas Minas, sendo principal motivo de suas desordens o verem que não se punem os atroz delitos que escandalosamente cometem” ..., motivou D. João a ordenar que se sentenciassem os negros nas Minas com o número de quatro ministros, da mesma forma que fora decidido para outras capitanias. A junta poderia ser composta pelo ouvidor de Vila Rica, o juiz de fora do Ribeirão do Carmo e outros dois ministros que se achassem mais acessíveis, um dos quais, se possível, o juiz do fisco.<sup>78</sup>

Com a resolução do Conselho Ultramarino de 1735 pretendia-se infundir temor aos negros e controlá-los pelas facilidades da execução de sentenças sumárias. Entretanto, as determinações não foram eficazes: relações cotidianas conflituosas permaneceram e, algumas vezes, foram até agravadas pelas decisões das juntas.

Exemplo foi o assassinato, em abril de 1740, de duas mulheres, uma branca grávida e uma mulata, cometido por negros quilombolas. Como vingança à decretação da sentença de morte por esartejamento de um negro, cinquenta escravos armados dirigiram-se ao lugar marcado para o suplício “para tirar a justiça do réu”. Ao meio do caminho, resolveram

vingar-se por modo mais bárbaro, pressionando ao pé da vila duas mulheres e, levando-as a um mato não muito distante, as degolaram e despedaçaram uma, declarando aos negros que encontravam [que] por cada negro que fosse justicado, justiciariam dois brancos.<sup>79</sup>

Não deve ser esquecida como medida administrativa para garantir a previsibilidade da ordem social na Capitania, a criação do Tribunal da Relação, ou Relações. Presidido pelo governador, contava com ouvidores e vários membros desembargadores, possuindo alçada judiciária e administrativa. Instância superior, funcionava predominantemente como tribunal de recursos, subordinado à Casa de Suplicação que ficava no Reino.

<sup>78</sup> ORDEM do rei de Portugal ao governador da Capitania de Minas de 31 dez. 1735. APM. Seção Colonial. *Códice SG 46*, fl.27.

<sup>79</sup> CARTA do governador Gomes Freire de Andrade de 20 abr. 1740. APM. Seção Colonial. *Códice SG 65*, fl.100-101.

A interiorização da cultura do colonizador, o aprimoramento do aparato administrativo e a definição da território urbano são reveladores da progressiva institucionalização da sociedade de Vila Rica. De vila provisória, ela se transformou em espaço do poder, passando a exibir novos elementos em sua paisagem e estrutura. Pouco a pouco Vila Rica perdeu o aspecto de acampamento e ganhou ares de núcleo urbano, vencendo os imperativos da paisagem natural e as vicissitudes da vida rude e improvisada dos primeiros tempos.

As construções residenciais tornavam-se mais apuradas, novas ruas eram abertas e começavam a surgir edificações e obras públicas de destaque. No ano de seu tombamento, 1737, a cidade contava com 563 aforamentos,<sup>80</sup> número indicativo de expansão urbana expressiva. A vila tornava-se um pólo gerador de riqueza, poder e cultura. Diferente dos núcleos litorâneos, crescidos à sombra da economia agrário-exportadora, na região das minas adquiriram uma dinâmica própria, com relativa independência em relação ao mundo rural-minerador.

Se a Metrópole se importara pouco em planejar e ordenar as cidades, empenhando-se apenas em extrair lucros imediatos da Colônia, esse quadro irá mudar, com a urbanização crescente. A administração não mediu esforços para ordenar e disciplinar a população e o território citadinos, embora muitas vezes sem sucesso. O espaço urbano tornara-se o lugar da concretização do fisco e da irradiação do domínio português, constituindo-se em importante engrenagem da política da Coroa. Ao mesmo tempo, foi palco de tensões, desobediências e descontentamentos. Essa ambigüidade, partilhada pelas cidades mineradoras, condensou-se na história de Vila Rica, síntese do poder colonial e do seu avesso.

No processo de ordenamento do território urbano, as câmaras municipais produziram uma legislação que com o tempo se tornou mais específica e detalhada, consolidando a paisagem das vilas. Elas se encarregaram de completar as determinações das Ordenações do Reino, que dispunham, apenas, sobre normas para as construções particulares.<sup>81</sup> A configuração espacial de Vila Rica, após 1730, resultou dessas norma-

<sup>80</sup> MINAS GERAIS. Fundação João Pinheiro. op. cit. p.11.

<sup>81</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil* (1500-1720). São Paulo: Pioneira/USP, 1968. p.102-121; VASCONCELOS, Sívio de. op. cit. p.129-131.

tizações, cujas bases haviam sido lançadas nos primeiros decênios do povoamento. A Câmara definia a apropriação do solo urbano e também estabelecia limites ao direito de construir. Os telhados das casas não podiam escoar água para os vizinhos; era proibido abrir fachadas para os becos; a testada dos lotes deveria ter aproximadamente 10 metros e as construções estar alinhadas com as vias públicas. Estavam, ainda, sob sua jurisdição os caminhos, ruas, chafarizes, pontes, calçadas, fontes, a limpeza das vias públicas e a captação, canalização e escoamento das águas.<sup>82</sup>

Todas essas disposições não foram, entretanto, suficientes para impedir que os proprietários construíssem alheios às determinações da lei. Segundo Sílvio de Vasconcelos: “Em Vila Rica, a topografia, a desobediência dos súditos, o relativo afastamento da Metrópole, o desenvolvimento rápido e a improvisação levariam ao menosprezo normas assim tão rígidas.” Procurando evitar tais irregularidades a Câmara legislou em escala crescente, chegando a ocupar-se, em 1795, com a aparência das construções, quando determinou a apresentação de prospecto para a obtenção de licença em caso de edificação de casa ou outro edifício.<sup>83</sup>

A proximidade da Câmara com os moradores das vilas permitiu atuar na normatização de vários aspectos da vida cotidiana, a exemplo da taxaçaõ de preços, aferição de pesos e medidas, inspeção do comércio, taxaçaõ de oficiais mecânicos e jornaleiros e concessão de licença para lojas, vendas e exercício de ofícios.

A imposição da ordem a uma sociedade vista como turbulenta e sediciosa se não alcançou pleno sucesso assegurou, pelo menos, uma relativa acomodação. Entre 1730 e 1770, Vila Rica experimentou período de estabilidade e de autoridade consolidada. Foram anos do auge da sua urbanização que, paradoxalmente, coincidiram com o apogeu fugaz e o declínio lento da produção aurífera, que nos anos 70 se tornaria incontornável.

<sup>82</sup> D'ASSUMPÇÃO, Livia Romanelli. Considerações sobre a formação do espaço setecentista nas Minas. *Revista do Departamento de História*, 9, p.134-135, 1989; BARRETO, Paulo Thedim. Casas de Câmara e Cadeia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 11, p.31, 1947; VASCONCELOS, Sílvio de. op. cit. p.131-135.

<sup>83</sup> VASCONCELOS, Sílvio de. op. cit. p.135, 137.

Quando Gomes Freire de Andrade iniciou seu governo, em 1735, Vila Rica acabara de celebrar, com o Triunfo Eucarístico, sua riqueza. Estava, no entanto, a caminho de submeter-se à severidade do fiscalismo da Coroa, com o estabelecimento da capitação e de assistir aos primeiros sinais de um processo irreversível de escasseamento do ouro. É nesse quadro que a cidade irá presenciar o surgimento de importantes obras públicas e edificações que, pouco a pouco, configuraram uma paisagem urbana sólida, marcada pelo signo da permanência.

Entre os anos de 1740 e 1760, foram construídos vários chafarizes e pontes, em sua maioria de pedra.<sup>84</sup> Tão logo assumiu o governo, Gomes Freire providenciou a construção do Palácio dos Governadores. Desde a separação da Capitania, em 1721, os governadores residiam, provisoriamente, em casas do capitão-mor Henrique Lopes de Araújo, conhecidas como Palácio Velho, situadas no arraial de Antônio Dias. Em 1735, a residência dos governadores mudou para a antiga Casa de Fundação, localizada na praça. Na década seguinte, em 1741, Gomes Freire trouxe a Minas o sargento-mor engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim, que organizou o projeto para o Palácio dos Governadores, iniciando-se as obras um ano depois, no mesmo local da primitiva Casa de Fundação e Moeda. Em 1744, estava concluída a obra principal do Palácio, sendo realizados, posteriormente, serviços de acabamento, alguns acréscimos ou adaptações e a reinstalação do sistema de abastecimento de água. A partir de 1751, com o restabelecimento da Casa de Fundação, a parte de baixo do Palácio foi destinada para as suas dependências.<sup>85</sup>

<sup>84</sup> São dessa época as pontes de S. José ou dos Contos (1744), do Padre Faria (1750), do Rosário ou do Caquende (1753), de Antônio Dias ou de Marília (1755) e do Pilar ou Ponte do Ouro Preto (1756). Também o são os chafarizes do Alto do Padre Faria (1742), de Henrique Lopes (1742), do Fundo do Padre Faria (1744), da praça, já demolido (1744), de S. José ou dos Contos (1745), de Santana (1745), dos Quartéis ou das Flores ou dos Cavalos (1746), da rua Ouvidor (1752), da Ponte (1752), Fonte do Ouro Preto (1752) e do Alto da Cruz (1757). Ver a respeito VASCONCELOS, Sílvio de. op. cit. p.114; CARVALHO, Feu de. Reminiscências de Vila Rica. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, XIX, p.152-162, 1921.

<sup>85</sup> LOPES, Francisco Antônio. *Os palácios de Vila Rica; Ouro Preto no ciclo do ouro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955. p.9-36.

O edifício do Palácio constitui a única edificação nas Minas, com uma arquitetura que se assemelha à de uma fortaleza militar, próxima àquelas espalhadas no litoral. O projeto previu, inclusive, locais para canhões e quatro guaritas. Não parece fortuita a construção de um palácio-fortaleza na sede de governo de uma capitania vista como em permanente risco de rebelião.<sup>86</sup>

Defronte ao Palácio estava a antiga Casa de Câmara e Cadeia, construída entre 1723 e 1725 em pau-a-pique. No período, a praça era menor, não passando de um largo e, segundo Feu de Carvalho, o prédio da Câmara e Cadeia não tinha a mesma localização daquele que o substituiria e que hoje sedia o Museu da Inconfidência.<sup>87</sup>

Junto à Casa de Câmara e Cadeia estava a capela de Santa Rita. Devido à sua proximidade, prestava assistência religiosa aos presos, que ouviam as missas da Cadeia. Localizavam-se também na praça a Casa de Misericórdia, posteriormente sede da Assembléia Provincial e, à sua frente, no início da rua das Flores, a capela de Sant'Ana. À direita do Palácio foi erguido o chamado "Conjunto Alpoim", sobrados com pavimentos intermediários, provavelmente construídos na mesma época do Palácio.<sup>88</sup>

Em 1745, Alpoim projetou uma nova Casa de Câmara e Cadeia, sendo a obra arrematada no mesmo ano, mas não executada. Apenas em 1784 iniciou-se a construção da terceira sede da administração municipal, com projeto do governador Luís da Cunha Menezes, em local onde estavam as casas de Domingos Gonçalves, situadas à rua Direita que, à época, atravessava a atual praça. Por falta de recursos, a Coroa concedeu loterias à Câmara, viabilizando a construção, que contou com mão de obra gratuita de galés, vadios e delinquentes, arregimentados para extração de pedra. Em 1786 a primeira parte do prédio estava pronta e demolida a antiga Casa de Câmara e Cadeia. Em meio a fraudes, a construção arrastou-se por anos, o que resultou na alteração do projeto original. Somente em meados do século XIX a obra foi dada como concluída.<sup>89</sup>

A construção do Palácio, na década de 40, conferiu à praça o estatuto de cenário capaz de colocar o poder em evidência, sobrepondo-o e irradiando-o para o restante

<sup>86</sup> Sobre a arquitetura do Palácio dos Governadores ver: D'ASSUMPÇÃO, Livia Romanelli. op. cit. p.133.

<sup>87</sup> CARVALHO, Feu de. op. cit. p.294.

<sup>88</sup> Ibidem. p.293; D'ASSUMPÇÃO, Livia Romanelli. op. cit. p.134.

<sup>89</sup> CARVALHO, Feu de. op. cit. p.270-344; BARRETO, Paulo Thedim. op. cit. p.9-195.



da cidade. Diferente de outros núcleos urbanos, os edifícios públicos formavam um cenário naquele espaço, sem a concorrência dos monumentos religiosos. A capela de Santa Rita, por exemplo, além de uma construção acanhada, já na década de 50 teria sido demolida. Em 1797, com parte do prédio da Casa de Câmara e Cadeia construído, a praça valorizou-se notadamente, com as obras de reforma, que a aterraram e a ampliaram.<sup>90</sup>

Além de sediar eventos recreativos e festivos, a praça era o centro cívico da cidade, espécie de palco para as cerimônias do poder. Nela estavam as principais instituições políticas: o Palácio, a Casa de Câmara e Cadeia e o Pelourinho, fixado entre ambos. Teatro para os rituais da Câmara, a praça se prestava para dar publicidade às decisões do Conselho, fossem elas os pregões ou a leitura e fixação de suas resoluções. Junto à Câmara estavam o sino do povo e, mais tarde, o relógio público, dois elementos importantes na época, que comandavam o tempo da cidade, regulando a vida dos seus moradores. Com tal significação, não surpreende que tenha sido dispensado a ela um tratamento arquitetônico e urbanístico apurado. Seu esquema era de um espaço aberto, de traçado próximo ao xadrez, a partir do qual as ruas percorriam diferentes pontos da vila. Todos os caminhos pareciam conduzir à praça, concentrando a atenção no lugar que reunia o poder. A praça constitui um raro exemplar, na Colônia portuguesa, da estética principesca barroca, como convém a uma cidade desenhada pela vontade absolutista.<sup>91</sup>

Também o quartel não deve ser esquecido como elemento integrante da arquitetura do poder em Vila Rica, embora construído em período anterior, na década de 20. Se nas cidades litorâneas a construção de fortificações e muradas correspondiam à necessidade de defender o território do ataque de estrangeiros, nas Minas tratava-se de proteger a riqueza, assegurar a ordem interna, submeter a população a uma vigilância permanente. Em lugar das fortalezas, os quartéis ganham o papel relevante de abrigar as tropas.

É sintomático que a construção do quartel em Vila Rica tenha sido logo após ao motim de Filipe dos Santos. Reprimido o movimento, em 1720, o conde de Assumar

<sup>90</sup> Sobre a demolição da capela de Santa Rita ver: RAMOS, Donald. op. cit. p.147. A respeito da reforma da praça ver: CARVALHO, Feu de. op. cit. p.325-326.

<sup>91</sup> Sobre os usos da praça ver REIS FILHO, Nestor Goulart. op. cit. p.131-137; a respeito de seu traçado ver D'ASSUMPÇÃO, Livia Romanelli. op. cit. p.134 e sobre a cidade barroca ver MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 1982. p.419-424.

providenciou 30 cavalos para fazerem a ronda em Vila Rica e novas tropas, vindas do Rio de Janeiro, para a fiscalização do descaminho do ouro. Sem alojamento, os moradores foram obrigados a hospedar os Dragões, em troca de pagamento de aluguel pela Câmara, o que, aliás, parecia ser comum na Colônia. Em 1722, a Câmara abriu um livro de donativos para a construção do quartel, sendo a obra arrematada no mesmo ano e iniciada em 1723, no largo onde, mais tarde, foi erguido o Colégio Pedro II. Não se sabe ao certo quando o prédio foi concluído, mas há informações de arrematação de obras em 1734, provavelmente referentes ao acabamento ou adaptações.<sup>92</sup>

Se entre 1730 e 1770 Vila Rica experimentou um processo de renovação urbana, no qual o poder temporal inscreveu sua presença no espaço, também a Igreja deixou marcas de sua força e influência na paisagem citadina. Os prédios religiosos passaram a partilhar o cenário urbano com os equipamentos do Estado, sem contudo perder seu papel original de elemento aglutinador e de identidade dos lugares. Progressivamente as capelas primitivas foram substituídas e novos templos surgiram. Erguidas, em grande parte pelas irmandades, as igrejas desse período ganharam um tratamento monumental, o que lhes conferiu a posição de destaque na estrutura urbana. Ao contrário das edificações públicas, os templos se espalharam pela cidade, demarcando os diferentes territórios das freguesias, das irmandades, dos espaços socialmente representativos.

Algumas igrejas, de construção iniciada ou mesmo concluída nessa época, figuram como exemplares significativos da cultura barroca, tanto no campo da arquitetura, como da escultura, pintura ou ornamentação. A título de exemplo, as igrejas de Nossa Senhora do Carmo (1766-1772) e de São Francisco de Assis (iniciada em 1766) exibem trabalhos de dois grandes mestres do barroco mineiro, Antônio Francisco Lisboa e Manoel da Costa Ataíde.<sup>93</sup>

<sup>92</sup> LOPES, Francisco Antônio. op. cit. p.165-177.

<sup>93</sup> São ainda desse período as seguintes igrejas: Santa Efigênia ou Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, construção iniciada por volta de 1730 e concluída em 1790; matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, erguida entre 1727 e 1746; São José (1752-1811); matriz de Nossa Senhora do Pilar, inaugurada em 1733; Nossa Senhora das Mercês e Perdões, edificada entre 1740 e 1772 e capela do Nosso Senhor do Bonfim, construída em meados do século XVIII. Cf. OURO PRETO; cidade monumento mundial. 2.ed. Ouro Preto: MMF Empreendimentos, 1996. p.16, 17.

## Vila Rica: aspectos culturais

### A casa e a rua<sup>94</sup>

O processo de consolidação urbana não se limitou às edificações e obras públicas, fossem oficiais, militares ou religiosas. A casa e a rua, elementos fundamentais na organização espacial, integraram esse processo, apresentando mudanças significativas no período.

Assentada a população, estabilizando-se, inclusive, os núcleos familiares e consolidado o processo de urbanização, a casa tipo rancho, dos tempos aventureiros, cedeu lugar a outros tipos de construção, de caráter mais sólido e permanente. Também novas técnicas e materiais aos poucos vão sendo empregados, como a madeira, a pedra, telhas e raramente o tijolo, em substituição ao uso de vegetais e do pau-a-pique. A casa se expande, ganhando cômodos com funções específicas; as fachadas tornam-se mais cuidadas, embora o interior permaneça simples e despojado.<sup>95</sup>

Construídas em alinhamento com as ruas, com paredes laterais sobre os limites dos lotes, as residências formavam uma espécie de massa compacta, de fachadas uniformes e contínuas, que funcionava como um fundo na paisagem urbana, ficando reservada aos edifícios públicos a arquitetura escultural e de dimensão em grande escala. A uniformidade se repetia nas plantas, praticamente iguais. Os lotes tinham, em geral,

<sup>94</sup> Essa parte do trabalho contou com a colaboração de Suely Maria Perucci Esteves, que fez as transcrições documentais e foi uma interlocutora nas suas análises e discussões.

<sup>95</sup> As informações sobre as residências estão baseadas em VASCONCELOS, Sílvio de. op. cit. p.192-219; REIS FILHO, Nestor Goulart. op. cit. p.153-161.

10 metros de frente e grande profundidade, não existindo recuos ou jardins. Nos fundos eram comuns quintais com pomares, hortas e criação de animais domésticos, expediente que solucionava, em parte, o problema de abastecimento na cidade.

A casa térrea e mais tarde o sobrado eram os principais tipos de residências. A diferença entre ambas era o número de pavimentos, sendo a casa térrea, geralmente, de chão batido e o sobrado assoalhado.

Na casa térrea, à frente tem-se a sala, seguida dos dormitórios, que podiam ser alcovas ou não. Nos fundos, o cômodo de serviços e a varanda, que fechada se transformava em sala de jantar. Um corredor longitudinal, espinha dorsal da planta, estabelecia a comunicação entre os cômodos, conduzindo da porta da rua ao fundo. A sala da frente era utilizada para os contatos com o mundo exterior e os fundos reservados à permanência das mulheres e aos serviços. Muitas casas aproveitavam a declividade dos terrenos e estabeleciam porões. Era comum que a cozinha ficasse separada ou integrada à casa através de “puxados”, espaço de trabalho escravo, não merecedor, portanto, de maiores cuidados. As casas não contavam com cômodos sanitários e, quando muito, tinham uma latrina afastada, no quintal, construída com madeira sobre uma fossa ou rego. Daí a presença nos quartos de peças higiênicas móveis: bacias, gamelas, urinóis, cadeiras, bacias e jarros e poltronas com assentos perfurados que faziam as vezes dos toaletes.

A planta do sobrado não diferia muito da casa térrea, repetindo-se, nos andares superiores, o esquema já descrito. A escada, geralmente de dois lances, fazia a comunicação entre os andares, podendo se instalar em um vestíbulo, embora fosse raro. Em alguns casos, havia o terceiro pavimento, situado na parte central da casa, decorrente do aproveitamento dos desvãos da cobertura. Na fachada principal aparecem as sacadas e balcões, além de varandas nas laterais ou nos fundos, apoiados em pilares ou esteios sobre o andar inferior. Em Vila Rica, muitas destas residências resultaram de acréscimos e adaptações em primitivas casas térreas.

Os sobrados figuravam como emblemas de riqueza e *status* social, daí se localizarem nos melhores lotes, em geral na área central. A moradia se limitava ao andar

superior, pois habitar o rés-do-chão simbolizava desprestígio e pobreza. O pavimento inferior era destinado à senzala, depósito ou abrigo de animais. Também se prestava ao uso comercial, solução transplantada de Portugal, que conjugava em um mesmo lote a moradia e o trabalho. No caso das residências térreas, o cômodo frontal, muitas vezes, sediava a loja.

Além destes dois tipos de residências, convém ressaltar as chácaras, muito comuns no período colonial. Residências de famílias abastadas, situadas nos arredores das vilas, as chácaras ofereciam as facilidades do abastecimento e serviço das casas rurais e, ao mesmo tempo, permitiam aos seus moradores partilharem da vida urbana. Casas mais espaçosas comportavam maior número de cômodos em relação às moradias das vilas, tendo a varanda de frente como sua marca. Encontra-se ainda preservada, em Ouro Preto, a chácara de Água Limpa, exemplar representativo desse tipo de morada.

Esses tipos de residências não apenas redesenharam a paisagem citadina mas, sobretudo, são indícios de mudanças na vida doméstica e cotidiana de Vila Rica. A maioria dos ranchos primitivos tinha apenas um cômodo, que se oferecia a diversos usos, constituindo expressão material de uma estrutura social e familiar acentuadamente fluida. A casa térrea e o sobrado atestam um sentido de fixação no espaço e uma crescente valorização do núcleo familiar. O maior número de aposentos denota uma exigência de maior refinamento no convívio da família. As plantas se tornam mais complexas, correspondendo a uma necessidade de especialização e funcionalização dos espaços, dando sinais de intimidade, ainda que incipiente. É o caso da alcova, que permitia o isolamento, e do corredor e do vestíbulo que faziam a comunicação independente entre os aposentos. Se o rancho era apenas um pouso que acomodava, muitas vezes, pessoas em excesso, partilhando o mesmo espaço sem qualquer privacidade, a casa se presta à permanência e constitui um testemunho do processo, ainda que tímido, de afirmação de uma maior privacidade da família.<sup>96</sup>

<sup>96</sup> A respeito da casa como expressão de privacidade ver: ARIES, Philippe. Por uma história da vida privada e COLLOMP, Alain. Famílias, habitações e coabitações. In: CHARTIER, Roger (Org.). *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v.3. p.13-14, 501-541.

Esse processo de valorização do espaço privado tem na residência de João Rodrigues de Macedo sua expressão máxima. Um dos mais importantes prédios civis da Capitania de Minas provavelmente foi projetado por José Pereira Arouca, sendo concluído por volta de 1787. Em pedra, com pinturas interiores, a casa, situada à rua São José, se sobressai na paisagem urbana de Vila Rica pela sua monumentalidade, em uma clara concorrência com os prédios públicos, contradizendo a regra da uniformidade de fachadas e plantas das residências. Ainda que a ostentação arquitetônica estivesse praticamente reservada às demonstrações do poder temporal e religioso, a casa é indício de uma sociedade que buscou concretizar suas aspirações de luxo, distinção e poder privado, em meio à tirania do Estado Absolutista.<sup>97</sup> Contratador da cobrança de dízimos e direitos de entrada, João Rodrigues de Macedo envolveu-se com o movimento da Inconfidência, embora tenha ficado livre dos tribunais. Em decorrência de suas dívidas com a Coroa, teve todos os seus bens seqüestrados, inclusive a casa, que passou a ser ocupada pela Junta da Fazenda Real em 1792. Para lá foram transferidos os cofres públicos, ficando o prédio conhecido como a Casa dos Contos.<sup>98</sup>

Se a documentação iconográfica e as edificações preservadas possibilitam reconstituir, com alguma segurança, a arquitetura das moradias, o mesmo não acontece com a vida familiar no interior dessas residências. São poucos os registros, à exceção dos inventários e documentos esparsos, sobre o universo doméstico e a intimidade do habitante de Vila Rica: como moravam, o que comiam e vestiam, que móveis e utensílios eram usados no dia-a-dia.

O exame de oito inventários dos anos de 1714, 1719, 1721, 1722, 1723, 1726, 1733<sup>99</sup> fornece uma amostra dos objetos que estavam inseridos no cotidiano dos moradores

<sup>97</sup> A respeito da busca de ostentação da sociedade civil, em um processo de emancipação da tirania do Estado Absolutista ver: CHARTIER, Roger (Org.). op. cit. p.166.

<sup>98</sup> Sobre a Casa dos Contos ver: LOPES, Francisco Antônio. op. cit. p.69-86; VASCONCELOS, Sílvio de. op. cit. p.295-297.

<sup>99</sup> Transcritos por Suely Maria Perucci Esteves, foram examinados os seguintes inventários: de Antonio da Silva Macabello. *Códice 2*, Auto 26, 2º Ofício, 1714; Maria da Cruz. *Códice 50*, Auto 560, 2º Ofício, 1719; Manoel Marques. *Códice 41*, Auto 464, 2º Ofício, 1721; Lourenço de Almeida Costa. *Códice 33*, Auto 372, 2º Ofício, 1722; Antonio Marques. *Códice 21*, Auto 222, 2º Ofício, 1723; Francisco de Almeida Santiago. *Códice 12*, Auto 123, 2º Ofício, 1726; Paschoal Gonçalves Fazenda. *Códice 52*, Auto 584, 2º Ofício, 1726; Pedro Alves Chaves. *Códice 52*, Auto 585, 2º Ofício, 1733. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência.

de Vila Rica. Os inventariados, uma mulher e sete homens, integravam o extrato de proprietários, embora houvesse diferenças significativas de posses. Todos, sem exceção, possuíam escravos, tendo o maior proprietário 24 cativos e o menor, 2. Cinco deles moravam em distritos ou na zona rural, um no córrego do Padre Faria e os outros dois, provavelmente, residiam também no termo da vila, embora não haja referência na documentação.

É certo que cinco dos inventariados possuíam roça, ainda que a maioria se dedicasse também à mineração. A figura do minerador-agricultor era bastante comum entre os proprietários nas Minas. Atraídos inicialmente pelo ouro, muitos se ocuparam também com a agricultura e a criação, fosse para a subsistência, fosse para o comércio local. A relação dos instrumentos de trabalho nos documentos delinea esse quadro de atividades conjugadas. Enxadas, machados, foices, prensa de fazer farinha ou forno para torrã-la aparecem arrolados junto a bateias, alavancas, almocafres, marrões, balanças de pesar ouro e cavadeiras.

Apesar de proprietários, o universo material que se descortina nos inventários é bastante modesto e restrito. Móveis, utensílios, objetos de uso pessoal eram em número reduzido e pouco variados. As peças de vestuário e os instrumentos de trabalho, embora em maior quantidade, não chegam a sinalizar para um quadro de abundância. Não se pode esquecer que tais inventários são um retrato do período da “cidade improvisada”, no qual o abastecimento irregular e a grande mobilidade e fluidez da sociedade eram incompatíveis com a idéia de acumulação de objetos e bens.

A considerar o mobiliário registrado nos documentos, predominava, no interior das casas, um ambiente de acentuado despojamento. Mesas, bancos, baús ou canastras eram peças obrigatórias nas casas, enquanto os móveis de quarto eram raros. Quanto aos utensílios de cozinha, sem grande diversidade nos inventários, compunham-se de tachos de cobre e pratos de estanho que se somavam, curiosamente, a poucas colheres de prata, um ou outro garfo também de prata e raramente alguma faca ou copo. Aparecem também arrolados candeeiros de latão, muito usados na iluminação das residências, e bacia pequena de pé de cama e barris de serventia da casa, usados para a higiene.

As roupas de cama e mesa não fugiam à regra: eram poucas, limitando-se às toalhas de mesa, guardanapos e, às vezes, lençóis. Ao contrário, as peças de vestuário de uso pessoal aparecem, em maior número e diversificadas. São citados vestidos, capotes, véstias, camisas, capas, casacas, além de acessórios e peças íntimas como chapéus, boldrié, meias, toalhas de pescoço, perucas, sapatos, calções e ceroulas. Há referência, ainda, a alguns objetos de uso pessoal, como uma cruz de ouro, livro de *Exercícios Cristãos*, *Horas Portuguesas*, espelhos de albigeira, frascos, caixinhas, agulhas de fazer meias.

O número de armas, por sua vez, era surpreendente; todos inventariados, exceto a mulher, possuíam, geralmente, espadas, muitas com punho de prata, e armas de fogo. Os utensílios relacionados com a montaria também aparecem com freqüência: selas, esporas, arreios, tesoura de crina. É curioso o arrolamento em dois inventários — 1721 e 1726 — de quantidades de sal, produto raro e de alto custo nas Minas.

Em seu conjunto, os objetos evidenciam uma maneira de conceber o cotidiano na qual o que importava era suprir necessidades imediatas. O ambiente doméstico era dominado por peças de caráter utilitário, não tendo, em regra, ambições decorativas, artísticas ou mesmo de propiciar o cultivo da intimidade.

Em meio a essa simplicidade, entretanto, é possível identificar alguns objetos que sinalizam uma busca de privacidade, conforto e até de refinamento do ambiente familiar. O arrolamento de talheres de prata, ainda que em número reduzido, é registro de uma preocupação com a aparência e a elegância à mesa. Tal costume irá se consolidar, chamando a atenção de viajantes estrangeiros, no século XIX, surpreendidos com o apuro dos serviços de mesa. Pratos, colheres, garfos e facas eram marcas de distinção, não apenas por serem, em sua maioria, utensílios de ourivesaria, mas, sobretudo, por testemunharem a adoção de novos hábitos entre a elite, surgidos a partir da preocupação com a limpeza e a individualidade. Entretanto, o número reduzido de talheres e pratos leva a crer que eram objetos usados apenas pelos donos da casa ou em ocasiões especiais. Certamente, persistia o costume de se compartilhar o mesmo utensílio ou de se levar a mão ao prato comum.<sup>100</sup>

<sup>100</sup> A respeito da adoção de novas maneiras à mesa a partir do século XVIII, com o uso de utensílios individualizados ver: CHARTIER, Roger. op. cit. p.267-272.



Convém ressaltar que, a despeito dos requintes à mesa, a alimentação do homem nas Minas era bastante simples. Exceto alguns produtos importados, compunha-se de carne bovina, suína e peixes secos, toucinho, milho, feijão, mandioca, frutas, açúcar e sal. Os escravos tinham uma alimentação mais restrita, cuja base era o milho, o feijão e às vezes o toucinho. Consumiam também muito fumo e cachaça, considerados estimulantes para o trabalho.<sup>101</sup>

Ao lado dos utensílios de mesa, o item vestuário também marcava uma certa busca de refinamento. A roupa era um elemento de diferenciação social, um sinal distintivo de classe, daí sua incidência nos inventários. Havia uma flagrante preocupação com a moda e o luxo, compreensível em uma sociedade que organizava e reforçava sua estrutura hierárquica através da aparência e das exposições públicas.

Segundo Beatriz Ricardina de Magalhães, é surpreendente o número, a qualidade e a variedade de tecidos que circulavam na comarca de Vila Rica. Muitos eram importados, tendo, inclusive, alto custo. Havia também grande investimento em acessórios, sobretudo em jóias.<sup>102</sup> A taxaço dos serviços de sapateiro e alfaiate da Câmara de Vila Rica, em fevereiro de 1713, dá uma idéia dos trajes da época: sapatos de homens e chinelas de marroqui ou couro, com salto, sapatos de mulher lisos ou de marroqui, com saltos de pau, casaca de pano, de baeta ou draguete, capote de pano ou forrado de baeta, timão de baeta ou de seda, saia de seda, guardape de seda ou serafina, gibão de mulher de baeta ou seda, véstia de mulher, calção de homem, carapuças para mulher. Aparecem também peças para a casa: cortinado de damasco ou outra seda e cortinas para portas.<sup>103</sup>

Se os utensílios de mesa e o vestuário se prestavam à exibição e aparência, alguns objetos expressavam um sentido de intimidade conquistada no âmbito da casa. O baú e a canastra, por exemplo, além de utilizados para roupas e valores, serviam para a guarda de segredos, relíquias, objetos caros à lembrança. Alguns objetos religiosos

<sup>101</sup> MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. A demanda do trivial: vestuário, alimentação e habitação. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte: UFMG, n. 65, p. 153-199, jul. 1987; ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1990. p.174-176; SCARANO, Julita. op. cit. p.38-51.

<sup>102</sup> MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. op. cit. p.171-180.

<sup>103</sup> ATAS da Câmara de Vila Rica. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1927. n.49, p.261-262.

como o livro *Exercícios Cristãos* e a cruz de ouro do Senhor dos Passos, citados nos inventários, ou a coleção de oratórios, que integra o acervo do Museu da Inconfidência, testemunham a existência de práticas de uma devoção privada, em meio ao processo de evangelização da Igreja Católica, predominantemente marcado pelas demonstrações coletivas da fé.<sup>104</sup>

É certo que a falta de privacidade constituía a regra nas sociedades coloniais. A proximidade das casas, que facilitava a comunicação entre os vizinhos, o número excessivo de pessoas sob o mesmo teto, originando um convívio promíscuo, o desdobramento da moradia em lugar de trabalho, cujo espaço era partilhado pela família e pelos escravos, formavam o quadro mais comum no universo doméstico.<sup>105</sup> Se nos primeiros decênios os habitantes de Vila Rica, incluindo a classe de proprietários, viviam em ambientes pobres e pouco confortáveis, sendo, inclusive, raros os objetos indicativos do cultivo de uma vida privada, a análise de três inventários de 1785<sup>106</sup> sugere um processo crescente de valorização do espaço da casa, no final do século XVIII. O enraizamento no núcleo urbano, associado a uma ambição de *status* econômico e social, resultou não apenas em construções residenciais mais sólidas, mas também em um maior cuidado com o interior das residências, que passam a ser guarnecidas por um número expressivo de móveis e utensílios, correspondendo às novas exigências de conforto.

Todas as casas arroladas nesses documentos de 1785 tinham cobertura de telhas, elemento arquitetônico das casas de gente abastada, sendo que dois dos inventariados possuíam sobrados. A essas construções mais sólidas correspondiam interiores cercados por um universo material que, comparado àquele dos primeiros decênios, era a imagem da consolidação e permanência dos laços do grupo familiar.

<sup>104</sup> Sobre a prática da devoção privada ver: CHARTIER, Roger. op. cit. p.71-111.

<sup>105</sup> A respeito da falta de privacidade na sociedade colonial ver: ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993. p.71-82; FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Fontes textuais e vida material: observações preliminares sobre casas de moradia nos Campos dos Goitacases, séculos XVIII e XIX. *Anais do Museu Paulista*, 1993. v.1, p.107-126.

<sup>106</sup> INVENTÁRIOS de Fabiana Francisca de Faria. *Códice 48*, Auto 588, 1785; Manoel Gomes Laborinho. *Códice 109*, Auto 1388, 1785; Margarida Angélica de Matos, João Marques. *Códice 101*, Auto 1254, 1785. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência.

No item mobiliário, por exemplo, aparecem mesas simples ou com gavetas e chaves, tamboretas de madeira e assento de couro cru, bancos com ou sem encosto, caixas de madeira com molduras de jacarandá, cômoda de jacarandá com gavetas e gavetões, catres, leitos com armação torneada e com cortinas, espreguiçadeira e colchões. Quanto aos utensílios de cozinha, além dos tradicionais tachos de cobre, pratos de estanho e talheres de prata, estão arrolados potes de água, trempes de fogo e chocolateiras. Aparecem, ainda, candeeiros, objetos para iluminação e de serventia higiênica como barris para água, jarro e bacia de estanho, gamelas de banho e prato de bacia da Índia. As roupas de cama e mesa, por sua vez, se tornam mais requintadas: lençóis de linho bordados e com rendas, cobertores, travesseiros, toalhas de linho ou de algodão.

Autores como Sílvio de Vasconcelos e Augusto de Lima Júnior concordam que, a partir da segunda metade do século XVIII, o mobiliário tenha se multiplicado e se tornado mais apurado. Os baús, leitos e bancos toscos acabam cedendo lugar a móveis de fabricação mais requintada, quando não com toques artísticos. Cômodas, contadores, tamboretas, mesas, cadeiras, leitos entalhados ou torneados, cadeiras de alto espaldar, espelhos com molduras entalhadas, cabides de canto, caixas, papeleiras, *bufets* passam a guarnecer o interior das casas, compondo um *décor* com ares nobres e distintos. Os leitos, em particular, eram os móveis mais opulentos, chegando a chamar atenção dos viajantes no início do século XIX. A evolução do simples catre à cama com dossel parece resultar de uma progressiva valorização da intimidade noturna, em oposição à promiscuidade em que se dormia nos ranchos-residência. Completavam, ainda, o cenário doméstico oratórios, baixelas e ornamentos de prata, louça das Índias, cortinas de damasco ou tafetá e candelabros.<sup>107</sup>

Paralelo aos cuidados dispensados à casa, os inventários de 1785 sugerem ter a ostentação na maneira de vestir se tornado regra entre a classe de proprietários. Acessórios como brincos e anéis de pedras finas, lacinhos de ouro, fivelas de sapato de prata figuram como peças comuns na indumentária das famílias abastadas. Mas, sobretudo, é o item tecidos que melhor ilustra o apego ao luxo e à aparência. As mer-

<sup>107</sup> Sobre o mobiliário ver: LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A Capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1978. p.117-120; VASCONCELOS, Sílvio de. op. cit. p.243-247; ZEMELLA, Mafalda. op. cit. p.187-188.

cadorias inventariadas na loja de fazendas de João Marques corroboram a tese sobre a riqueza e variedade das vestimentas e dos ornamentos em Vila Rica.<sup>108</sup>

É importante lembrar que as roupas dos escravos eram bastante pobres. O vestuário daqueles que lidavam na mineração se resumia à sunga de baeta ou outro tecido barato e, às vezes, chapéu de palha. Usavam também camisas de algodão e jaleco. Os escravos mais categorizados, as forras e prostitutas apresentavam-se em melhores trajés. Segundo Julita Scarano os negros, livres ou cativos, procuravam comprar roupas que lhes dessem distinção, seja com o ouro que extraviavam ou com o dinheiro de serviços prestados aos domingos, dias em que podiam trabalhar para si.<sup>109</sup>

Nesse quadro de melhorias indiscutíveis no padrão construtivo, de uma flagrante mentalidade centrada na ostentação e dos cuidados que passaram a ser dispensados ao interior das residências, a vida doméstica, entretanto, estava longe de ser um exemplo de conforto. A cidade colonial não oferecia serviços básicos, como o abastecimento de água e o escoamento de esgoto e de águas servidas. O uso das casas estava, por conseguinte, em estreita dependência do trabalho escravo, que compensava os serviços públicos inexistentes. A ausência de água encanada era remediada com o transporte e armazenamento, pelos escravos, em vasos e tonéis de água das fontes públicas. Algumas casas se abasteciam conduzindo a água das nascentes por bicames de madeira. Embora não haja referência específica em documentos, é provável que a solução para o esgoto fosse semelhante a de outras cidades coloniais. O esgoto era acumulado em barris, que eram transportados por escravos pelas ruas da cidade para locais destinados ao seu despejo. O arrolamento em vários inventários de “barris de serventia da casa” é um indício de que esse era o sistema adotado também em Vila

<sup>108</sup> Ao lado dos chamados panos ordinários, aparecem tecidos, não especificados, de Hamburgo, França, Inglaterra, Portugal e uma variedade de peças, das quais se destacam: lemiste fino, druguete, cetim comum e de seda, veludo, seda, fustão, durante, tafetá, cassa, chamalote, linho fino, bretanha, ruão, melania, duraque, baetas, chitas abrilhantadas, riscados, camelão inglês, além de acessórios e ornamentos como mantas e cobertores de Castela, lenços abrilhantados, de cassa ou de seda, meias de cassa de Paris ou de seda, chapéus de sol cobertos de tafetá, luvas, ligas para calção, gravatas, fivelas, holandinha, galão, passamanes de ouro, fitas, linhas de Guimarães.

<sup>109</sup> Sobre as vestimentas dos escravos ver: SCARANO, Julita. op. cit. p.94-113.

Rica. As águas servidas, por sua vez, escoavam em regos para os quintais ou eram lançadas nas sarjetas das ruas ou bueiros.<sup>110</sup>

Apesar de todas essas restrições, o espaço da casa se afirmava como lugar da família, da rotina, da intimidade, em oposição à rua, lugar do acontecimento público, dos encontros e transações entre pessoas. À medida que a casa se consolida como espaço distinto da rua, configura-se, por conseqüência, a ordem urbana de Vila Rica. Residências, edifícios públicos e religiosos, ruas e praças pouco a pouco vão construindo uma gramática urbana, alicerçada em uma arquitetura capaz de codificar as fronteiras e os intercâmbios, ainda que às vezes imprecisos e indistintos, entre o espaço público e o espaço privado.

Também os núcleos coloniais não eram nenhum exemplo de limpeza. Descrições de viajantes são unânimes ao se referirem à sujeira que reinava nas ruas.<sup>111</sup> Vila Rica não devia fugir à regra. Lixo, escoamento de águas servidas, o possível trânsito de barris de excrementos, somados à poeira ou à lama nas ruas, a maioria sem calçamento, tudo leva a crer na aparência de desleixo da vila, cujas condições sanitárias deviam oferecer riscos constantes para a saúde. A presença de animais pelas ruas era tal que o Senado proibiu, na década de 90, porcos andarem soltos, em decorrência de ataques sofridos por crianças enjeitadas. Aliás, menores abandonados eram cena comum nas ruas; há notícias de que, nessa mesma década, ultrapassavam o número surpreendente de 100.<sup>112</sup>

A rua era palco de práticas inusitadas como a de escravos que à procura de ouro estragavam as calçadas, muitos, inclusive, a mando de seus proprietários, ou a de se lavar roupa nos chafarizes públicos.<sup>113</sup>

Em 1743, medidas enérgicas procuravam coibir o comércio da “rua do Argel”, localizada nas imediações da capela velha do Padre Faria, famosa pelas suas transações ilícitas e pela concentração de negros fugidos. Uma representação dos moradores da Ponte de Antônio Dias, Água Limpa e Morro, afirmava: “Tudo [eram] vendas e casas de comissão em que se [recolhiam] os negros fugidos e se [consumia] todo o ouro dos

<sup>110</sup> VASCONCELOS, Sílvio de. op. cit. p.239-243; REIS FILHO, Nestor Goulart. op. cit. p.157-158.

<sup>111</sup> Ver a respeito ARAÚJO, Emanuel. op. cit. p.48-71.

<sup>112</sup> LOPES, Francisco Antônio. op. cit. p.187-188.

<sup>113</sup> *Ibidem*. p.158-159.

escravos.” Os negros escondiam-se nas vendas e fugiam pelos vários becos que nela havia.<sup>114</sup>

Todas essas informações descrevem uma imagem de desordem instalada em pleno coração da cidade, a despeito dos esforços do Senado no sentido de discipliná-la. Uma desordem que ia desde práticas que lesavam o erário público ou subvertiam a ordem social até o desprezo pelo espaço coletivo, expresso na sujeira e lixo que dominavam as ruas.

Até que Vila Rica se tornasse um núcleo urbano consolidado, é provável que a rua se limitasse a fazer a ligação entre os conjuntos de prédios, a exemplo da maioria das cidades coloniais. Caminho, trajeto de mercadores e tropeiros, tudo indica que ela fosse ocupada predominantemente por escravos, onde, apenas de passagem, circulavam cavaleiros e gente de alguma posse, transportada, por negros, em serpentinas e cadeirinhas de arruar.<sup>115</sup>

Era nos eventos cívicos e religiosos que as ruas, praças e adros de igrejas deixavam de ser apenas lugares de trânsito e se convertiam em cenários dos rituais coletivos, pontos de concentração e encontro das pessoas. Nessas festas foi comum a ornamentação das ruas, em especial, por meio de luminárias que consistia em ostentar luzes nas janelas das casas, recurso que criava uma atmosfera espetacular. Segundo Sílvio de Vasconcelos, os transeuntes noturnos de Vila Rica valiam-se de tochas em dias comuns e apenas os oratórios externos e alguns edifícios públicos contavam com uma iluminação permanente.<sup>116</sup>

Em particular, foram os acontecimentos religiosos que imprimiram à rua um sentido de uso e fruição coletiva, conferindo-lhe um papel socialmente significativo. É o exemplo da festa do Triunfo Eucarístico que deu ao espaço público *status* de palco de espetacularização do poder e de lugar de recreação e convívio social, ao conjugar as cerimônias religiosas com manifestações leigas, como representações teatrais, touradas, cavalhadas e serenatas. Nesses eventos, além da ornamentação, promovia-se a limpeza e alinhamento das ruas. Muitas vezes, o trajeto das procissões, os passos e oratórios

<sup>114</sup> REPRESENTAÇÃO ao Senado da Câmara de Vila Rica de 25 de maio de 1743. APM. Seção Colonial. *Códice CMOP* 49, fl.68.

<sup>115</sup> A respeito do uso restrito da rua ver REIS FILHO, Nestor Goulart. op. cit. p.131-132.

<sup>116</sup> VASCONCELOS, Sílvio de. op. cit. p.83.

externos chegavam até mesmo a definir o próprio traçado urbano. O espaço da rua estava tão associado às procissões que, por ocasião do Triunfo Eucarístico, foi aberta a Rua Nova do Sacramento para a passagem do cortejo.<sup>117</sup>

Se as manifestações religiosas contribuíram para a valorização do espaço urbano nas ocasiões excepcionais, o comércio teve o importante papel de fixar os pontos de reuniões e contatos cotidianos. Desde os primeiros decênios, Vila Rica apresentou um número surpreendente de lojas, vendas e toda sorte de serviços, espalhados por toda a cidade, embora a São José fosse a rua de concentração de comércio.<sup>118</sup>

Pouco a pouco, a intensificação da vida urbana dotou a rua de uma importância para além dos momentos excepcionais das festas, consolidando sua vocação de local de permanência e contato social. À medida que esses novos usos foram emergindo, o espaço público se tornou objeto de maiores cuidados, inclusive de preocupações com sua aparência. Exemplo disso é a ordem, de outubro de 1717, do Senado de Vila Rica, para que se fizessem caminhos e calçadas para a entrada de D. Lourenço de Almeida.<sup>119</sup> Uma providência que certamente procurava conferir à cidade uma aparência capaz de impressionar o novo governante. Apesar dessa determinação, tudo indica que somente a partir de 1741 o calçamento foi incrementado na cidade,<sup>120</sup> coincidindo com o que se pode chamar de fase áurea da urbanização daquele núcleo.

Ainda na década de 40, com a construção do Palácio dos Governadores, que irá delimitar o centro cívico-administrativo de Vila Rica, antigos caminhos tiveram seus traçados modificados e novas ruas foram abertas, dando acesso à praça do poder. No final do século XVIII, o desligamento das ruas da estrada tronco, caminho natural das tropas e mercadores,<sup>121</sup> assinalava, por fim, a autonomia adquirida pelas vias urbanas em relação ao trânsito e rota do comércio e passagem.

Se a casa testemunha a afirmação do grupo familiar, é na rua que as relações, hierarquias e ritos sociais se consolidam. Também é em seu espaço que os conflitos, muitas vezes degenerados em violência, se explicitam. Paradoxalmente a rua exhibe a

<sup>117</sup> D'ASSUMPÇÃO, Livia Romanelli. op. cit. p.137.

<sup>118</sup> Idem.

<sup>119</sup> ATAS da Câmara Municipal de Vila Rica. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 25, p.471, 1937.

<sup>120</sup> VASCONCELOS, Sílvio de. op. cit. p.120.

<sup>121</sup> Sobre a abertura e modificações das ruas ver: VASCONCELOS, Sílvio de. op. cit. p.102-122.

ordem e a trama cotidiana da desordem. É nela que a procissão reafirma os valores e o *status* do mundo colonial e onde, também, negros e desclassificados travam uma luta surda, às vezes sangrenta, contra a ordem estabelecida.

Procissões, cortejos e desfiles acabavam muitas vezes em barulhenta confusão, esboçando os limites tênues entre salvação e perdição. Ao promoverem a aglomeração de pessoas, as festas apresentavam-se como uma ameaça de sublevação contra a Coroa, pecado e profanação à Igreja, folia e liberação para os povos. Nas épocas de crise, os festejos possibilitavam ao povo extravasar seu ressentimento contra as elites e as autoridades, acertar contas de discórdias particulares, vinganças e desafios. Nas palavras de Mary del Priore:

As mesmas festas que eram motivo de alegria tornavam-se, de um momento para outro, razão de medo e dor, pois, em meio ao povo reunido, localizar rivais, contentores e desafetos, resolver negócios malfeitos ou traições era uma de suas características.<sup>122</sup>

Exemplo de festa que geralmente acabava em tumulto é o Entrudo, festejo anual que se iniciava no domingo imediatamente anterior à Quaresma, estendendo-se pelos dois dias seguintes, antes da quarta-feira de cinzas. Brincar o Entrudo significava, como nos afirma Emanuel Araújo, “participar de verdadeiras batalhas”.<sup>123</sup>

Em particular as festas dos escravos geravam violências e desordens nas ruas. Gomes Freire de Andrade escreveu à Câmara de Vila Rica pedindo providências para a “inquietação e desassossego que causa aos moradores dessa vila a assiduidade de negros em tantas partes com seus folguedos, sendo tão prejudiciais pelas armas que nele usam”.<sup>124</sup> Segundo o conde de Galvêas, os negros,

com o motivo de fazerem seus bailes, que [degeneravam] ordinariamente em bulhas, andavam tumultuariamente vagando de uma para outra parte com bastões grossos, porretes e paus compridos e outras armas, principalmente

<sup>122</sup> PRIORE, Mary del. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.120.

<sup>123</sup> ARAÚJO, Emanuel. op. cit. p.148.

<sup>124</sup> CARTA de Gomes Freire de Andrade aos oficiais da Câmara de Vila Rica, de 8 out. 1744. APM. *Códice SC 84*, fl.53.



nos domingos e dias santos, sem que os seus mesmos senhores os [pudessem] conter ...<sup>125</sup>

A violência envolvendo os negros não se limitava às ocasiões festivas. Das devassas tiradas *ex-officio* entre os anos de 1741 e 1748, a grande maioria referia-se a tentativas de assassinatos de escravos, com armas de fogo e brancas, na maior parte das vezes bem sucedidas. Foram também comuns defloramentos de crianças negras, incêndios, arrombamentos e destruição de propriedades provocados por bandos de negros armados.<sup>126</sup>

Tamanha era a desordem que, em 1748, os moradores de Vila Rica escreveram à Câmara solicitando medidas contra os escravos e quilombolas que praticavam “... grandes extorsões e prejuízos, mortes e roubos ...”<sup>127</sup> Para evitar tais tumultos, o trânsito de escravos armados nas lavras e vilas das Minas Gerais foi expressamente proibido, por bando de D. Lourenço de Almeida em maio de 1730, em virtude da ineficácia de proibições anteriores.<sup>128</sup>

Crimes, comércio ilícito, comemorações, batuques fizeram das ruas de Vila Rica, não obstante as diversas tentativas de normatização do Senado da Câmara, espaço de transgressão e violência cotidiana.

<sup>125</sup> CARTA do conde de Galvêas ao capitão-mor das ordenanças Antônio de Oliveira Paes, de 30 ago. 1734. APM. Seção Colonial. *Código SG 37*, fl.59V.

<sup>126</sup> LIVRO de Devassas (1741-1748). APM. Seção Colonial. *Código CMOP 47*.

<sup>127</sup> TERMO de Acórdãos. 16 out. 1748. APM. Seção Colonial. *Código CMOP 52*, fl.202-203.

<sup>128</sup> BANDO de D. Lourenço de Almeida para todas as vilas deste governo das minas em 31 de maio de 1730. APM. Seção Colonial. *Código SG 27*, fl.65. Ver também a respeito BANDO de D. Pedro de Almeida de dez. 1717. APM. Seção Colonial. *Código CMOP 06*, fl.2-3; CARTA de Bartolomeu de Souza Mexia para o conde de Assumar de 24 mar. 1720. APM. Seção Colonial. *Código SG 16*, fl.80; CARTA de Gomes Freire de Andrade ao rei de 26 ago. 1733. APM. Seção Colonial. *Código SG 35*, fl.176.

## As festas e as irmandades

As festas coloniais, com suas cores, movimento, forma, luz, som e ritmo, compunham o cenário de encantamento dos sentidos, momento de introdução e reafirmação de valores que justificavam papéis sociais estabelecidos, numa tentativa de acomodar as inquietações que atormentavam os povos coloniais. Para Afonso Ávila,

um aspecto comum a todas as manifestações do barroco nas Minas do século XVIII, seja na área da criação artística ou na órbita mais ampla do estilo de vida, é a preocupação do visual, a busca deliberada da sugestão ótica, a necessidade programática de suscitar, a partir do absoluto enlevo dos olhos, o embevecimento arrebatador e total dos sentidos.<sup>129</sup>

Oficiais, religiosas ou relacionadas a manifestações do povo na colheita, estações do ano e para proteção contra infortúnios, as festas eram tradição popular da cultura barroca. Tudo era motivo de festa. Emanuel Araújo comenta que nos centros urbanos “tem-se a forte impressão de que entre um festejo e outro se trabalhava. E trabalhava-se cansado da festa passada, mas poupando-se, está visto, para a próxima. O ócio fatigava.”<sup>130</sup>

No âmbito oficial, além dos festejos obrigatórios à Câmara, uma profusão de outras tantas podiam ser decretadas pelas autoridades para comemorar desposórios, batizados, coroação e morte da família real e seus colaterais. Estratégia eficiente incorporada às práticas do poder para reforçar o *status* dos representantes da Coroa e reacender, perante a população, a força e grandeza do rei.

Na Igreja, festejavam-se os santos patronos, a conclusão de obras, a trasladação do Santíssimo, eventos que se estendiam por vários dias. As festas dos santos padroeiros,

<sup>129</sup> ÁVILA, Afonso. *Resíduos seiscentistas em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967. v.1. p.85.

<sup>130</sup> ARAÚJO, Emanuel. op. cit. p.130.

solenizadas pelas irmandades, difundiam preceitos católicos de maneira lúdica, tornando-se momento privilegiado de diversão e convívio social. Em linhas gerais apresentavam dois momentos: o primeiro, ditado pelo encaminhamento litúrgico da cerimônia, era organizado e solene; o segundo, espontâneo e menos rígido, incluía música, fogos, luminárias, danças e teatro.<sup>131</sup> Ocorrendo em igrejas e palanques armados em locais públicos, as procissões eram os momentos mais aguardados pela população, exibindo um espetáculo visual com variedade de máscaras, carros alegóricos, fogos, músicas, tecidos, danças e teatro. Luminárias nas fachadas de casas e prédios públicos proporcionavam uma atmosfera fantasmagórica nas vilas habituadas à escuridão.

As “Cartas Chilenas” registram observações irônicas sobre as despesas, realizadas por ocasião em que foi celebrado o desposório de D. João VI com Carlota Joaquina, em 1786.

Já no sereno céu resplandeciam  
As brilhantes estrelas, os morcegos  
E as toucadas corujas já voavam,  
Quando, prezado amigo, nas janelas  
Do nosso Santiago se acendiam,  
Em sinal de prazer, as luminárias;  
Ardem, pois, nas janelas de palácio  
Duas tochas de pau, e sobre a frente  
Da casa do Senado se levanta  
Uma extensa armação, a quem enfeitam  
Quatro mil tigelinhas. Meu Alberga,  
Aqui o prêmio tem, de teu trabalho:  
Tu farás, de torcidas e de azeite,  
Aos tristes camaristas contas largas;  
E as arrobas de sebo, que não arde,  
Desfeitas em sabão, mui bem te podem  
Todas a roupa lavar por muitos anos.<sup>132</sup>

<sup>131</sup> AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Vila Rica dos confrades; a sociabilidade confrarrial entre negros e mulatos no século XVIII*. São Paulo: FFLCH-USP, 1993. p.219-220. (Dissertação, mestrado).

<sup>132</sup> LAPA, Rodrigues. *Obras completas de Tomás Antônio Gonzaga*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1942. p.283-284.

À profusão das luzes vinha somar-se o “notório foguetório”, propiciando um clima mágico, misto de perplexidade e ufanismo. Danças de corporações de ofício, cavalhadas e touradas enriqueciam o universo das festas. O ajazamento dos cavalos e as vestes de montaria cuidadosamente ornadas faziam o requinte das festividades, numa adaptação pobre das tradições medievais, que na escrita de Gonzaga fica assim caracterizada: “Em vez de touros, mansos bois e vacas.”<sup>133</sup>

Ao misturar práticas sacras e profanas, a festa colocava em suspenso as contradições existentes no sistema colonial, igualando, num primeiro momento, brancos e negros, pobres e ricos. Trazia, no entanto, contradição intrínseca ao lembrar e reforçar as hierarquias, o que evidenciava os papéis sociais distintos no corpo dessa sociedade. Proporcionando elementos unificadores da diferença e criando um sentido explicativo para aceitação da realidade, “espaço de múltiplas trocas de olhares, de tantas leituras e de tantas funções políticas e religiosas, a festa e o seu calendário transformaram-se, no período colonial, na ponte simbólica entre o mundo profano e o mundo sagrado”.<sup>134</sup>

Também os ritos de passagem assumiam ares de festa pela excessiva pompa com que eram celebrados. João José Reis,<sup>135</sup> referindo-se à morte como espetáculo, afirma que, na Bahia, “morte e festa não se excluía”. A esse respeito comenta Adalgisa Arantes Campos:

... a morte é motivo de exaltadas cerimônias, merecedora de uma encenação crivada de imagens, alegorias e símbolos (...) Ela é uma das cerimônias mais requintadas, porque o funesto possui uma rede de convenções respeitadas, ou até criadas socialmente, pelas irmandades. A pompa pode faltar à vida, mas nunca na morte, último momento de existência ...<sup>136</sup>

<sup>133</sup> LAPA, Rodrigues. op. cit. p.276.

<sup>134</sup> PRIORE, Mary del. op. cit. p.27.

<sup>135</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.137.

<sup>136</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A vivência da morte na Capitania das Minas*. Belo Horizonte: UFMG, 1986. p.80. (Dissertação, mestrado).

As cerimônias oficiadas por ocasião da morte ficavam a cargo das irmandades, entidades que proliferaram na Capitania, reduzindo as funções que tradicionalmente as Santas Casas de Misericórdia assumiam, a exemplo dos enterramentos. Cabia às irmandades acompanhar os irmãos nas horas finais, tomando todas as providências, de modo a garantir aos confrades o que se entendia como uma boa morte. As variações na pompa das celebrações corriam por conta do prestígio social do morto.

Responsáveis não apenas pela maioria das celebrações e festas, coube às irmandades promover a associação dos habitantes das vilas, participando de maneira decisiva para a construção do viver nas Minas. Geradoras da sociabilidade, exerciam o papel de núcleos de difusão da ideologia e cultura do colonizador, no contexto da contra-reforma, contribuindo para a formação das visões do mundo que povoaram a alma do homem setecentista e que contagiaram suas práticas sociais. Não se pode, assim, falar da vida cultural nas Minas sem compreender o papel de tais agremiações.

A proibição das ordens seculares nas Minas deve-se ao temor da Coroa de que o clero viesse a favorecer o contrabando e estimular os povos ao não pagamento dos impostos. A instabilidade inerente ao mundo minerador fez com que o habitante das Minas buscasse alternativas para vivenciar sua religiosidade, utilizando-se de mecanismos assistenciais baseados na solidariedade grupal. Reunindo-se em associações leigas de auxílio mútuo, amparavam-se uns aos outros, realizando obras caritativas, dever de todo cristão. As irmandades e confrarias foram o “único caminho lícito para o exercício da espiritualidade coletiva e organização da vida católica”.<sup>137</sup>

Já nos primórdios da ocupação, entre 1712 e 1730 foram eretas 15 irmandades, número revelador da importância que essas agremiações tiveram como centros aglutinadores da população. Mais do que isso elas tornaram-se instrumentos de ordenação social, colaborando estreitamente com os esforços da Coroa em disciplinar a sociedade mineradora. Conforme Caio César Boschi,

os reis afirmavam sua autoridade também sobre os negócios eclesiásticos e lançavam mão da Igreja para a implementação de seus projetos coloniais. Dessa

| <sup>137</sup> FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória*. Rio de Janeiro: José Olímpio; Brasília: Edunb, 1993. p.152-153.

forma, a Igreja passou a integrar a própria política colonizadora e foi fator decisivo no êxito da empresa mercantil-colonial.<sup>138</sup>

Espécie de “organismos de classe do século XVIII”, as irmandades tiveram sua organização baseada em critérios éticos segregacionistas. As ordens de brancos não admitiam o ingresso de “judeus, cristãos novos, mulatos e negros”, rigorosamente proibido em estatuto. Embora também se procurasse restringir a presença de brancos em associações de negros e mulatos, alguns cargos administrativos de relevância foram ocupados por brancos que defendiam os privilégios daqueles frente às demais ordens, atuando como interlocutores de um grupo que lutava para afirmar sua identidade. Para essa população marginalizada de pardos, negros e brancos, viver em sociedade, onde a disputa era regra, faziam-se indispensáveis mecanismos de proteção e segurança. Foi preciso compartilhar com os iguais as diferenças e os riscos desse mundo. Nas palavras de Marcos Magalhães de Aguiar,

as irmandades apareciam como condução privilegiada, fornecendo práticas sociais, linguagem e formas de ação coletiva para setores da sociedade em busca de um lugar de reconhecimento dos seus interesses, valores, atitudes, visões de mundo enfim.<sup>139</sup>

Se as confrarias eram aliadas ao Estado no empreendimento colonizador, ao propiciarem o agrupamento de segmentos excluídos do processo social em torno de interesses comuns, constituíram também ecos de descontentamento, injustiças e revoltas.

<sup>138</sup> BOSCHI, Caio César. op. cit. p.2.

<sup>139</sup> AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Vila Rica dos confrades*. São Paulo: USP, 1993. p.289. (Dissertação, mestrado).

## O universo barroco

Colonizar o Novo Mundo não significou apenas implantar um sistema econômico articulado à Metrópole, compatível com a demanda de geração de riqueza, capaz de alimentar o intenso comércio internacional. Tratava-se, também, de transplantar elementos da cultura européia, de modo a assegurar, no território americano, o domínio de valores, estilos de vida, modos de ver e representar o mundo do colonizador.<sup>140</sup>

Embora se saiba que o processo de formação cultural contou com o cruzamento de três importantes referências — portuguesa, negra e indígena —, foi a cultura do colonizador que se tornou hegemônica, deitando suas raízes na vida cotidiana da população. De fato, o encontro das três culturas delineou, na maior parte das vezes, um processo desequilibrado, sem reciprocidade, no qual o colonizador incorporava elementos africanos e indígenas, de modo a favorecer o processo de dominação.

É a cultura barroca, forjada no processo da Contra-Reforma, que irá se impor na Colônia, desencadeando uma experiência inédita de ideologização dos povos. Fruto da reação romana ao protestantismo, preocupada em manter a supremacia da religião católica, a cultura barroca encontrará na América terreno propício à sua afirmação e consolidação, numa operação que buscava arrebatar, pela fé, a consciência dos colonizados. Aportando, no Novo Mundo, desde os primórdios do século XVII, o barroco persistirá ao longo do Setecentos, período em que alcançou sua fase madura na região mineradora, a despeito das inovações laicizantes, introduzidas naquele século pela Ilustração européia.

Compreender a sociedade mineradora requer, portanto, entender o modo de vida gerado a partir de tal modelo cultural. Formas de morar, vestir, rezar, morrer tinham como referência um repertório tipicamente barroco, presente nos ritos da vida cotidiana

| <sup>140</sup> BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.26-37.

e nas representações que a sociedade fazia de si e do mundo. Embora tenha nascido da transplantação de um padrão europeu, a dinâmica local acabou por imprimir à cultura nas Minas feições específicas, conferindo-lhe um caráter relativamente autônomo, manifesto na formulação de valores, conceitos e soluções artísticas próprias.<sup>141</sup>

Mais que isso, o barroco mineiro seria identificado como semente do que se pode chamar da cultura nacional. Se até a segunda metade do século XVIII a produção cultural na Colônia não passava de um apêndice da experiência européia, a vida urbana nas Minas ensejou um ambiente propício à maturação do barroco, capaz de sediar um processo ambivalente de absorção e ruptura com os valores e modo de ser do colonizador. Sem ignorar os padrões europeus, foram desenvolvidas formas genuínas do barroco, amalgamando-o à realidade local. Delineia-se, por conseguinte, um universo cultural que irá refletir e expressar, de maneira até então inédita, o processo social em curso nas vilas mineradoras.

Segundo Afonso Ávila, quando, em 1786, as festividades em alusão ao casamento do futuro D. João VI marcaram um dos momentos de efusão barroca na sociedade mineiradora, a Capitania figurava na liderança da inteligência da Colônia. Ela era responsável por uma intensa produção artístico-cultural, que se manifestava, em diferentes áreas, de forma regular e simultânea. Vila Rica, em particular, tornara-se um centro civilizado, com uma população afeita a hábitos tipicamente citadinos.<sup>142</sup> Tamanha expressividade cultural deve ser creditada ao processo peculiar das Minas de consolidação de uma rede urbana, fazendo emergir um quadro de civilidade favorável à interação entre as pessoas, à circulação de informações e idéias, à produção intelectual e aos desejos de construção de símbolos e representações sociais.

As sucessivas festas, que nem mesmo a ameaça da decadência econômica foi capaz de arrefecer, dão mostras da predisposição daquela sociedade não apenas em cultivar a diversão e a sociabilidade públicas, bem como em mobilizar extraordinários recursos criativos para a realização desses eventos. As diferentes artes participavam das festividades, oferecendo um panorama pródigo das manifestações culturais daquela

<sup>141</sup> MACHADO, Lourival G. *Barroco mineiro*. São Paulo: Edusp/Perspectiva, 1969. p.78-99.

<sup>142</sup> ÁVILA, Afonso. op. cit. p.90-93, 178-180.



sociedade. O esmero e requinte da ornamentação e da iluminação das ruas, os carros triunfais, com alegorias móveis, danças coreográficas, representações teatrais, torneios poéticos, óperas públicas, batuques, tudo concorria para o inebriamento dos sentidos.

De fato, a aparência festiva era uma característica da sociedade mineradora. A ostentação, a representação e a inclinação para os ritos sociais não eram convenções exclusivas das festas, mas permeavam e intermediavam a vida cotidiana, constituindo códigos de civilidade, como convinha ao estilo barroco de viver. Como descrito em outra parte do trabalho, a elite colonial, apegada às demonstrações de *status* e prestígio, não dispensava o apuro no vestir, os requintes no mobiliário ou no serviço de mesa.

Partilhava, ainda, uma vida cultural próxima à dos grandes centros urbanos, cultivando o ócio e os prazeres do espírito, através da organização de reuniões, leitura dos clássicos ou frequência ao teatro e espetáculos beneficentes, que, ao que tudo indica, eram comuns em Vila Rica. A própria paisagem urbana, de inegável apelo plástico, apresentava riscos arquitetônicos elegantes em templos e edifícios públicos, na segunda metade do Setecentos.

O ambiente de civilidade urbana e de efervescência criativa acabaria por conferir novo teor ao universo da cultura colonial. Nesse cenário despontam, de maneira orgânica, talentos e obras expressivas nos diferentes segmentos da arte.

Seguindo a tradição portuguesa, a produção artística, na Capitania, organizava-se através de corporações que agregavam os chamados ofícios de natureza manual e mecânica, sendo o mulato figura predominante em seus quadros, inclusive na categoria dos artistas. É provável que as irmandades, como principais financiadoras do trabalho de pintores, músicos, escultores, arquitetos, tenham contribuído para a circulação de informações e idéias estéticas, ao permitir o estreito contato desses artífices com a elite branca e letrada, agrupada nas associações religiosas. O certo é que a arte produzida no período atesta uma sólida formação de seus produtores, com exemplos indiscutíveis de erudição.

Trabalho de caráter eminentemente coletivo e anônimo, geralmente a cargo de homens pobres e mulatos, segmento sem prestígio na sociedade escravista, alguns artistas se projetaram para além de suas corporações no final do século XVIII. É o caso de Aleijadinho, Ataíde, Xavier de Brito, Servas, Marcos Coelho Neto e Lobo de Mesquita que, ao lado de artesãos e artistas que ficaram no anonimato, conferiram às Minas padrão artístico-cultural com características inovadoras, seja pela incorporação de materiais ou técnicas locais, ou pela formulação de estilos e linguagens peculiares.<sup>143</sup>

Foi nesse ambiente propenso ao movimento simultâneo de absorção e inovação cultural que surgiu o grupo de escritores mineiros, articulados entre si por afinidades sociais, literárias e políticas, quadro intelectual vigoroso, que faria tradição no país. Segundo Antonio Candido, o grupo formado por eles não era

apenas virtual ou simbólico, construído a posteriori; foi uma realidade histórica e estética atuante, que definiu uma espécie de rede. Mesmo quando não estavam em contato direto, os escritores de Minas, na segunda metade do século XVIII, se ligavam por variados fios e de grande atuação de maneira a construírem a “vida literária”, que se define de maneira tangível pelo relacionamento pessoal, pela influência, pela oposição polêmica, pela comunidade de consciência estética.<sup>144</sup>

A instalação da Arcádia Ultramarina, provavelmente em 1768, além de assegurar essa sociabilidade literária, representou para esses intelectuais a possibilidade de entrarem em contato com a cultura ocidental européia. Sobretudo de se colocarem em uma posição social e cultural semelhante à do colonizador, ensejando uma “consciência de equivalência”, que teria conseqüências políticas.

Ao permitir o debate e o intercâmbio de idéias, a agremiação arcádica favoreceu a difusão dos ideais da Ilustração, conduzindo o grupo de literatos a partilharem também de preocupações político-ideológicas. Embora se apropriassem de temas, linguagens

<sup>143</sup> As análises do barroco se baseiam em ÁVILA, Afonso. op. cit. p.105-233.

<sup>144</sup> CANDIDO, Antonio. Os poetas da Inconfidência. *Anuário do Museu da Inconfidência*, Ouro Preto: MINC/IBPC, n.9, p.132-133, 1993.

e padrões estéticos do arcadismo, os escritores deram expressão a elementos da realidade das Minas, manifestando de forma inédita as aspirações e o inconformismo dos que viviam na Colônia. É nesse conjunto de experiências literárias, eivadas de debate político, e que se colocava em questão a condição colonial, que se deve entender o envolvimento de Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa e Alvarenga Peixoto, e outros homens de cultura na Inconfidência Mineira.

O desenvolvimento do barroco genuíno e autônomo e a experiência da Inconfidência sugerem que o final do Setecentos constituiu momento condensador de um processo lento, porém ininterrupto, de desobediência das gentes das Minas e de sua tendência à ruptura com o universo do colonizador, expressa tanto nas manifestações artísticas como na política.

## Inconfidência Mineira

### Os fatos

A maioria das revoltas nas Minas eclodiu em razão da cobrança exagerada de tributos pela Coroa portuguesa, não obstante outras motivações terem contribuído para o levantamento dos povos.

O exacerbado fiscalismo de Portugal, imposto à região, explicava-se pelas necessidades financeiras da Metrópole abalada pelos gastos com a guerra contra a Espanha, no seu processo de Restauração; pela desorganização da área de produção açucareira, após a expulsão dos holandeses do Brasil; e pela sujeição às cláusulas do Tratado de Methuen, assinado, em 1703, com a Inglaterra. A onipresença da ordem pública nas Minas, exteriorizada no elevado número de órgãos e agentes metropolitanos, visava debelar a resistência cotidiana da população ao fisco e controlar núcleos de poder privado constituídos pelos homens poderosos da Capitania, garantindo, assim, a arrecadação para o Real Erário.

Após a Guerra dos Emboabas, as manifestações de rebeldia recrudesceram. Os motins, como eram designadas as revoltas pela Coroa, tornaram-se cada vez mais freqüentes. Esses movimentos foram motivados tanto em razão do volume e da forma da tributação metropolitana, quanto da busca dos potentados em preservar seus interesses.<sup>145</sup> Foram inúmeras revoltas, algumas de menor importância, sob os mais variados pretextos. Dos motins da primeira metade do século XVIII, destacam-se os

<sup>145</sup> Sobre o assunto ver: ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes*. Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

de Pitangui (1719-1721), o de Vila Rica (1720), conhecido como a Revolta de Filipe dos Santos, os do sertão do São Francisco (1736) e os do rio Sapucaí (1746).

Ao lado destas rebeldias intermitentes, revoltas escravas contra seus senhores eram debeladas com violência pelas autoridades da Capitania. Os negros fugidos formaram um sem número de quilombos na área mineradora: na serra do Caraça (1719), em Mariana (1733), em Congonhas do Campo (1738), sendo o mais conhecido o Quilombo do Ambrósio, nome de seu líder, situado na serra da Canastra e destruído em 1746. Os quilombolas participavam também das quadrilhas de salteadores, aterrorizando os viajantes nos caminhos para as Minas. A mais famosa delas, o Bando da Mantiqueira, levou o pânico à região nos últimos anos do século XVIII.

De acordo com Laura de Mello e Souza, desde 1717 falava-se de revolta em Minas, “seja do lado do poder estabelecido, seja do lado dos colonos descontentes”,<sup>146</sup> inserindo-se a Inconfidência em um quadro mais amplo de rebeldia: “Na Inconfidência — revolta formal — a declaração se fizera secreta; no dia-a-dia tenso das revoltas informais, nos pasquins pregados nos muros das vilas, ela se fazia pública.”<sup>147</sup>

Nas últimas décadas do século XVIII, a população das Minas estava ainda mais inquieta. O ouro escasseava. A Coroa portuguesa buscava alternativas para garantir a arrecadação dos tributos. Nunca é demais ressaltar que as circunstâncias sob as quais vivia a Colônia modificavam-se rapidamente. Da Europa, as idéias da Ilustração chegavam e difundiam-se no Brasil. Segundo Rouanet, com estas idéias o mundo passou a ser percebido

segundo categorias descritivas extraídas do direito natural e do empirismo, sobre um fundo normativo que incluía pressupostos subjacentes e não questionados, como a autonomia e a universalidade da razão, o poder da educação para arrancar os homens da treva, a perfectibilidade do homem, a onipotência da política e a fé na dignidade e liberdade do homem.<sup>148</sup>

<sup>146</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.362.

<sup>147</sup> *Ibidem*. p.364.

<sup>148</sup> ROUANET, Sérgio Paulo. As Minas iluminadas: a Ilustração e a Inconfidência. In: NOVAES, Adauto. op. cit. p.330.

Os iluministas criticavam o Absolutismo, o Mercantilismo e a organização da sociedade baseada em tradições e privilégios. Acreditavam na necessidade da substituição do monarca todo poderoso do Absolutismo por um governo representativo, na forma de uma Monarquia constitucional ou de uma República democrática. Condenavam as práticas intervencionistas do Estado, exteriorizadas no Mercantilismo, defendendo uma política econômica liberal, regida pelo livre funcionamento do mercado.

A bem sucedida Revolução de 1776 e a Revolução Francesa criavam expectativas na sociedade colonial. Ainda segundo Rouanet, a influência americana foi decisiva no repúdio ao colonialismo europeu:

Os inconfidentes se nutriam de teorias francesas, mas o exemplo prático vinha dos americanos. A fascinação dos mineiros pelos Estados Unidos vinha de longe, como demonstram os contatos entre José Joaquim da Maia e Jefferson. José Álvares Maciel foi o grande divulgador no Brasil das constituições americanas [...] Certa vez, o visconde de Barbacena hospedou Maciel em sua casa e por duas vezes entrou no quarto do hóspede sem aviso prévio: das duas vezes, o imprudente estava mergulhado na leitura das constituições americanas.<sup>149</sup>

Na Colônia, a crise da economia mineradora reiterava os problemas econômico-financeiros da Metrópole que se somavam à crise da Monarquia Absoluta portuguesa. No nordeste colonial, especialmente Pernambuco, as rivalidades entre produtores e comerciantes tornavam-se cada vez mais agudas. Os proprietários de terras, esmagados sob o peso da exploração comercial portuguesa, rejeitavam veementemente o exclusivo metropolitano.

Essas novas circunstâncias possibilitaram que os movimentos de rebeldia do final do século XVIII e início do século XIX no Brasil adquirissem uma feição mais explicitamente autonomista, buscando o rompimento do pacto colonial e a separação da Colônia de sua Metrópole.

| <sup>149</sup> ROUANET, Sérgio Paulo. op. cit. p.335.

Com a morte de D. José I, rei de Portugal, em 1777, o marquês de Pombal, secretário do soberano, que havia defendido desde 1750 relações mais flexíveis entre a Metrópole e a Colônia, foi destituído pelas cortes portuguesas, interessadas na adoção de uma política mais dura com relação às colônias.

D. Maria I, sucessora de D. José no trono, enviou à turbulenta Capitania das Minas Gerais no ano de 1788 o visconde de Barbacena que trazia instruções para verificar os motivos do declínio da arrecadação do ouro e para aplicar a derrama, caso a dívida dos mineradores com a Coroa não fosse liquidada.

O revigoramento da opressão metropolitana com as políticas adotadas por D. Maria I fortalecia a idéia de tornar a Capitania independente de Portugal. Um grupo de homens ricos e influentes de Minas Gerais planejou o movimento que tomaria o nome de Inconfidência Mineira. Mineradores, fazendeiros, grandes proprietários de escravos, esses foram os personagens do movimento de 1789 na Capitania. Como afirmou Guimarães,

a elite (agrária e mineradora) que forneceu os elementos articuladores do movimento de 1789 nas Minas Gerais está indissolivelmente ligada a uma base econômica constituída pelo sistema escravista.<sup>150</sup>

Em uma fazenda de 162km<sup>2</sup>, com sítios de casa, engenho, paiol grande, moinho, tudo coberto de telhas e senzalas cobertas de capim, 44 escravos, reinava Alvarenga Peixoto.<sup>151</sup> O inconfidente era ainda proprietário de extensas áreas de mineração nas quais empregava grande número de escravos. Cento e trinta e dois foram os seus escravos confiscados no seqüestro de bens. Coronel do Regimento de Cavalaria Auxiliar da Campanha do Rio Verde a partir de 1785, envolveu-se com o movimento desde o início, participando ativamente das reuniões. Fazendeiros eram também Cláudio Manoel da Costa, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, José Aires Gomes, José Resende Costa.

<sup>150</sup> GUIMARÃES, Carlos Magno. Inconfidência, estrutura agrária e escravidão. *Varia Historia*, Belo Horizonte: UFMG, 9, p.161-179, 1989.

<sup>151</sup> *Ibidem*. p.166.

Até mesmo Tiradentes era proprietário de escravos e, segundo Caio César Boschi, “... oriundo de família com certo nível sócio-econômico, proprietária de bens de considerável valor ...”<sup>152</sup> Dos seus bens confiscados, constava um sítio na paragem de Porto do Menezes com casas de vivenda, senzalas e monjolo, tudo coberto de capim, com todos os seus pertencentes de matos virgens, capoeiras em que se compreendem oito sesmarias, de uma e outra parte do Paraibuna, com todas as terras e águas minerais compreendidas dentro das ditas sesmarias. Segundo Carlos Magno Guimarães, não obstante os bens de Tiradentes fossem menores do que os dos outros inconfidentes, continuavam expressivos, principalmente se for considerada a dimensão da sua propriedade.<sup>153</sup>

Os personagens da Inconfidência Mineira foram reunidos em três grupos: os ativistas, representados por Tiradentes, Francisco de Paula Freire de Andrade, José Álvares Maciel, padre Toledo, Inácio José de Alvarenga Peixoto, padre Rolim; os ideólogos do movimento, Tomás Antônio Gonzaga, Luís Vieira da Silva, Cláudio Manoel da Costa e os contratadores Domingos de Abreu Vieira, Joaquim Silvério dos Reis e João Rodrigues de Macedo, homens muito ricos, mas que deviam grandes fortunas ao Real Erário.

As razões da trama ficam bem nítidas no depoimento de Tiradentes na devassa:

... porque poderia assim suceder que esta terra se fizesse uma República, e ficasse livre dos governos que só vêm cá ensopar-se em riquezas de três em três anos, e quando eles são desinteressados sempre têm uns criados, que são uns ladrões, e que as potências estrangeiras se admiravam, de que a América portuguesa se não subtraísse da sujeição de Portugal ...<sup>154</sup>

Para a eclosão do movimento, esperava-se que o governador decretasse o início da derrama, cobrança compulsória do montante total das dívidas dos mineradores. Uma vez iniciada a derrama, o comandante do Regimento da Cavalaria, Paula Freire,

<sup>152</sup> BOSCHI, Caio César. Tiradentes. In: MEDINA, João (Org.). *História de Portugal*. Barcelona: Ediclube, 1993. v.II. p.184-186.

<sup>153</sup> GUIMARÃES, Carlos Magno. op. cit. p.166.

<sup>154</sup> AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982. v.5. p.33.



mandaria cartas aos vários líderes da Inconfidência, com a senha combinada para desencadear o movimento: “Tal é o dia do batizado.”

O plano dos inconfidentes previa a morte do governador das Minas e a instalação de uma Junta Provisória para governar a Capitania, sendo publicada de pronto uma declaração de independência de Minas Gerais. Entre as medidas que seriam adotadas após a independência, constavam a transferência da capital para São João del-Rei, a implantação de manufaturas, a instalação de uma universidade em Vila Rica.

Enquanto se esperava o início da derrama, Joaquim Silvério dos Reis, um dos contratadores participantes da trama, delatou o movimento ao governador das Minas, em março de 1789, em troca do perdão de suas dívidas. Informado do movimento, imediatamente o governador suspendeu a derrama. Sem o principal pretexto para levante, o movimento chegou ao seu fim sem sequer ter eclodido.

As autoridades iniciaram a prisão dos envolvidos e a abertura das devassas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Devido à existência das duas devassas, o ministro do Ultramar em Portugal, Martinho de Melo e Castro, determinou a criação de uma comissão suprajudicial e extraordinária para julgar especificamente a Inconfidência. Uma Carta Régia nomeou a Comissão Especial de Alçada sobre a Inconfidência Mineira, em julho de 1790, com a posse de seus membros em janeiro do ano seguinte.

A Comissão de Alçada, mesmo antes de proceder aos interrogatórios, já havia determinado quais as sentenças que seriam impostas aos inconfidentes. A Coroa estava disposta a ser clemente com os sediciosos, com exceção de Tiradentes, que deveria ser severamente punido como exemplo aos rebeldes povos das Minas.

Os inconfidentes foram sentenciados com o banimento para a África. O alferes Joaquim José da Silva Xavier, “por alcunha o Tiradentes”, foi condenado

... a que com barão e pregão seja conduzido pelas ruas públicas ao lugar da forca e nela morra morte natural para sempre, e que depois de morto lhe seja cortada a cabeça e levada a Vila Rica, onde em o lugar mais público dela será pregada, em um poste alto até que o tempo a consuma; e seu corpo será dividido em quatro quartos e pregado em postes, pelos caminhos de Minas, no sítio

de Varginha e das Cebolas, onde o réu teve as suas infames práticas, e os mais sítios de maiores povoações até que o tempo também os consuma; declaram o réu infame, e seus filhos e netos, tendo-os, e os seus bens aplicam para o fisco e Câmara Real, e a casa em que vivia em Vila Rica será arrasada e salgada, para que nunca mais no chão se edifique, e, não sendo própria, será avaliada e paga a seu dono pelos bens confiscados, e no mesmo chão se levantará um padrão, pelo qual se conserve a memória desse abominável réu.<sup>155</sup>

Em 21 de abril de 1792, Tiradentes foi executado no Largo da Lampadosa, no Rio de Janeiro. Como rezava a sentença, o seu corpo foi esquartejado “e pregado em postes, pelos caminhos de Minas (...) onde o réu teve as suas infames práticas ...”, exibido à execração pública até que o tempo o consumisse.

Aos rebeldes moradores das Minas, as partes de Tiradentes deveriam lembrar que ameaças à ordem colonial, como fora a Inconfidência Mineira, não seriam toleradas pela Coroa. Sua morte, como a de outros tantos revoltosos ou amotinados, insere-se em um cerimonial judiciário, no qual a punição, dramática e cruel, tinha grande valor simbólico. O suplício, tendo como alvo o corpo, tornava-se um espetáculo público capaz de provocar temor à população, dando a conhecer a todos a presença do poder e do risco que se corria à menor ruptura de lealdade ao mesmo. Tratava-se de um rito político, no qual a morte violenta do condenado resultava da manifestação física e direta do poder.<sup>156</sup>

A espetacularização da morte, inclusive das execuções capitais, deve ser entendida no contexto de uma cultura inclinada a estetizar as relações entre os homens. Nessa perspectiva, a morte cruel de Tiradentes, cercada, inclusive, de pompa e teatralização, como mostra Adalgisa Arantes Campos, não constituiu fato excepcional. Ela ocorreu de acordo com o disposto na legislação da época, marcada pela ritualização. A exibição do cadáver retalhado ajustava-se ao espírito barroco:

<sup>155</sup> AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit. v.7. p.235-236.

<sup>156</sup> A respeito da prática punitiva nessa época ver: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes. p.33-65.

Trata-se do gosto que essa cultura teve pelas cenas de martírio, crueldade, que encontramos em diversas manifestações: artes plásticas, teatro, sermônica, ritos, etc. O cadáver esquartejado se transformou no *supremo adereço cênico*, e, emblemático, foi o grande ícone do Barroco. Nele os santos penitentes, os martirizados, o Cristo no tempo da Via Sacra, os despojos dos sentenciados invadiram o mundo.<sup>157</sup>

Ao analisar a morte de Tiradentes no contexto da pompa barroca, a autora resalta a maneira “profundamente contrita” com a qual o Alferes assumiu seu destino. Homem devoto, afeiçoado à Santíssima Trindade, cujo símbolo dera forma à bandeira do movimento, mostrou, no cadafalso, atitude de desligamento, demonstrando que, àquela altura, era já “uma alma anulada em Deus”. A renúncia de Tiradentes ao mundo terreno, a ânsia da salvação, características do drama barroco, assumiram uma densidade em Joaquim José da Silva Xavier.<sup>158</sup>

Após a execução, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro convocou a população a usar luminárias nas residências, em sinal de alegria pelo malogro do movimento. Também providenciou cerimônias, na capela do Carmo, em agradecimento a Deus e como forma de manifestar lealdade à Coroa, ocasião em que se realizou um *Tè Deum Laudamus*, hino ambrosiano usado para momentos de regozijo. Em Vila Rica, foram realizadas, na matriz de Nossa Senhora do Pilar, cerimônias semelhantes, exemplo seguido por várias câmaras na Capitania.

<sup>157</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes. Execuções na Colônia: a morte de Tiradentes e a cultura barroca. *Tempo Brasileiro*, 110, p.146, 1992.

<sup>158</sup> *Ibidem*. p.153-154.

## As visões

Para se entender os desdobramentos e a importância assumidos pela Inconfidência Mineira na história nacional, a discussão não deve ater-se apenas a uma análise intrínseca da Conjuração. É necessário discutir como a Inconfidência foi sendo apropriada pelo Estado Imperial e Republicano, passando a condensar, no universo relacional e simbólico, elementos fundadores da nação brasileira. Isto pressupõe acompanhar os relatos contemporâneos aos fatos, seguido das abordagens formuladas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — IHGB — chegando até a instalação da República, processo em que foram sendo tecidas as bases para a consolidação mitificadora do movimento e de seus atores, identificando-os, em definitivo, com a formação da nacionalidade.<sup>159</sup>

Ao mapear os documentos-relatos da Inconfidência Mineira, torna-se referência obrigatória o processo-crime denominado *Autos de Devassa*, versão oficial constituída a partir da apuração do crime de lesa-majestade que narrou o que se supunha a exatidão dos fatos. Fundava-se ali a história-memória<sup>160</sup> da Inconfidência, formulada a partir da versão criada pelos oficiais da Justiça, visão autorizada da Coroa portuguesa, que não esteve isenta de controvérsias. Na própria elaboração do processo, chegou-se a suspeitar da idoneidade de alguns membros da comissão de inquérito, sendo denunciados os recursos e as coações utilizados para obtenção de depoimentos. É necessário considerar as intenções subterrâneas que moveram e deram suporte a essa abordagem inaugural do movimento.

<sup>159</sup> Embora esse tema seja muito discutido, a argumentação aqui desenvolvida tem como referência os estudos de CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. P:55-73: Tiradentes: um herói para a República; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Seminário Tiradentes hoje: imaginário e política na República brasileira*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. P:77-89: O pensamento iluminista e a idéia de republicana; MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.34, p.9-24, 1994.

<sup>160</sup> Sobre o conceito conferir NORA, Pierre. Entre memória e história; a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p.7-28, 1993.

Inúmeras questões poderiam ser colocadas quanto a validade dos *Autos* como peça processual e como expressão real dos acontecimentos.<sup>161</sup> Desde a instauração do inquérito para verificação dos culpados, cerca de quatro anos, procedimentos atípicos ocorreram: duas devassas foram abertas, correndo paralelas em Minas e no Rio de Janeiro. Essa disputa de poder e de jurisdição seria determinante para que em 1790 fosse nomeado um tribunal especial — a Alçada — designado para unificar o processo e promover a conclusão dos *Autos*. Indícios de que não haveria concordância na condução jurídica da investigação, as medidas deixam antever que a pretensa isenção do relato oficial documentada através da devassa não se sustentaria nem sob aspecto formal.

Feitas rapidamente algumas considerações para tentar situar o lugar em que se produziu o documento oficial, onde repousaria a versão “original” do fato histórico Inconfidência, passemos à análise dos relatos contemporâneos à Conjuração.

O primeiro de que se tem notícia foi escrito no início de maio de 1792 por um dos religiosos que prestou assistência espiritual aos inconfidentes.<sup>162</sup> Na abertura, o frei elogia a rainha, e por extensão o sistema monárquico, que permite perdoar a “perfidia” de seus ingratos vassallos. A idéia de nação que aparece nesse relato está em perfeita consonância com o sistema político absolutista português, que sabe acomodar-se às sucessões reais, onde “tudo floresce debaixo de seus olhos: armas, letras e comércio; e a verdadeira liberdade”.<sup>163</sup> Também exalta a necessidade de deixar registrado o ocorrido para que a “memória dos homens” não se esqueça do que pode acontecer àqueles que faltarem com as obrigações de bom vassallo, realçando, paralelamente, a grandeza da clemência e de quem a concedeu.

Ao se referir a Tiradentes, pondera: “Este homem indigno é das nossas memórias, mas se ficar de todo no esquecimento nenhum fruto tiraremos do seu exemplar

<sup>161</sup> PIRES, Ariosvaldo Campos. O processo jurídico da Inconfidência. *Anuário do Museu da Inconfidência*, Ouro Preto: MINC/IBPC, n.9, p.82-95, 1993.

<sup>162</sup> DESTERRO, José Carlos de Jesus Maria do (Frei). Memória do êxito que teve a Conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro desde 17 até 26 abr. 1792. In: *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977. v.9. p.95-118.

<sup>163</sup> *Ibidem*. p.97.

castigo.” Mas um pouco adiante acrescenta: “Consolarei ao cristão que me houver de ler com a certeza das boas disposições do seu espírito”,<sup>164</sup> ou seja, o crime de traição era imperdoável, porém o sujeito que o cometeu era um ser humano que possuía também qualidades. A partir daí o autor se concentra em fixar uma imagem do Tiradentes cristão, e extrai, para descrever sua execução, elementos de semelhança ritual presentes na cena bíblica da morte de Cristo, enfatizando o que há de comum na representação de ambas. O caráter pedagógico e o recurso simbólico de aproximar a execução da encenação cristã confirmariam a perspicácia do autor desse relato ao construir tal memória do fato. Homem de sua época, o frei registrou o seu olhar sem saber que estava criando, com sua argumentação, um dos mais eficientes discursos sobre a sublevação das Minas.

Na seqüência dos registros de época, aparece o discurso proferido em 22 de maio de 1792 pelo vereador da Câmara de Vila Rica, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, nas comemorações festivas que se fizeram nesta vila pelo malogro da Inconfidência.<sup>165</sup> Menos preso à narrativa do acontecimento e mais enfático quanto às vantagens da Monarquia, esse discurso apresenta-se como um elogio à sujeição e à fidelidade para garantir a prosperidade dos estados, fundamentando a legitimidade do sistema monárquico, baseado no modelo paterno como “o mais próprio e o mais acomodado à natureza”.<sup>166</sup> Alguns títulos da sua fala demonstram que se tratava de pessoa erudita da sociedade local, conhecedor das idéias iluministas e dos benefícios da razão. Ao saudar os portugueses como nossos progenitores, homens lutadores e raros que deram feição nova a essa região, deixa transparecer seu conceito de civilização:

Esta vasta Capitania, hoje povoada de gente civilizada, de modelos de perfeita arquitetura e das belezas da arte, era inculta há cem anos, coberta de ásperos e

<sup>164</sup> DESTERRO, José Carlos de Jesus Maria do (Frei). op. cit. p.107.

<sup>165</sup> CÂMARA - sessão solene: fala do vereador dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, de gratidão à rainha e regozijo pelo fracasso da Inconfidência. In: *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977. v.9. p.133-146.

<sup>166</sup> *Ibidem*. p.135.

densos matos, residência de fera; e se alguns homens a habitavam não tinham religião, ignoravam a civilidade, as ciências, as artes, a agricultura; não conheciam leis, costumes, nem comércio — tão bárbaros, enfim, como ainda hoje são os índios, seus descendentes, que vedes muitas vezes entre nós.

E mais adiante complementa:

Admiram-se os progressos da indústria e do saber, a grosseiros instintos substituem civis costumes, leis sábias, instituições políticas. Já respira geralmente o asseio, a propriedade, o ornato e a magnificência.<sup>167</sup>

Também registrou sua crítica aos governos populares e à República, enaltecendo as “delícias da subserviência” ao príncipe. Em todo o depoimento as palavras são laudatórias, com efusivos elogios à rainha e aos serviços prestados à Colônia, atitude compreensível uma vez que o vereador esteve sob suspeita, sendo chamado a depor na devassa.<sup>168</sup>

A memória seguinte foi elaborada por outro frei que acompanhou os últimos momentos dos inconfidentes, provavelmente em fins de junho de 1792.<sup>169</sup> Embora tenha limitado sua narrativa aos procedimentos da execução, através de algumas ponderações permite-se entrever a humanidade dos réus; a indecisão para se chegar a um julgamento do caso; e a força do perdão como elemento muito mais decisivo para firmar o direito de vassalagem do que o próprio castigo determinado pela justiça. Ao se referir a Tiradentes comenta:

Este homem foi um daqueles indivíduos da espécie humana que põem em espanto a própria natureza. Entusiasta, com o aferro de um quaker; empreendedor, com o fogo de um D. Quixote; habilidoso, com um desinteresse filosófico; afoito e destemido, sem prudência às vezes, e temeroso ao ruído da recaída de uma

<sup>167</sup> CÂMARA - sessão solene: fala do vereador dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos... op. cit. p.137.

<sup>168</sup> Ibidem. p.144. (Nota 1).

<sup>169</sup> PENAFORTE, Raimundo da Anunciação (Frei). Últimos momentos dos inconfidentes de 1789 pelo frade que os assistiu em confissão. In: *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977. v.9. p.162-184.

folha. Mas o seu coração era bem formado, como se deixará ver no decurso desta narração.<sup>170</sup>

Somam-se a esse perfil traçado de Tiradentes, que ultrapassa a condição de traidor, a idéia de um réu “padecente”, “convertido” e pronto para a morte, identificando-o como homem “dócil”, “fervoroso”, “contrito”, cioso de seus erros e resignado com a sentença que prescreve punição máxima ao cabeça da rebelião, evocando novamente a semelhança de sua morte à de Jesus.

Das interpretações religiosas transpira algo de profético e teleológico, uma intencionalidade de exemplificar e de recomendar aos povos que estavam submetidos ao regime monárquico português o quão tênues poderiam ser as fronteiras entre obedecer e desobedecer o soberano. Se circunscritos à visão cristã possível daquela época ou se instrumentos políticos-pedagógicos que fixaram a condição de vassalagem, ou até um pouco de cada um, a constatação inquestionável é que foi dessas memórias que mais se extraiu o material e os subsídios para apropriações e construções míticas posteriores.<sup>171</sup>

Outro relato, atribuído ao ex-intendente de Vila Rica, Francisco Gregório Pires Monteiro Bandeira, foi escrito em novembro de 1792.<sup>172</sup> Esse documento avaliava a fragilidade de um movimento “fantasma”, uma sublevação tramada muito mais no campo das idéias do que no das ações, pela impossibilidade concreta de vir a se realizar: “É também certo que semelhantes discursos nunca chegaram a um projeto de empreendimentos pelos grandes inconvenientes e invencíveis dificuldades que em todo o tempo se lhe podem opor.”<sup>173</sup> Enquanto minimiza o potencial do levante, utilizando o argumento de “falta de luzes” e “loucura” para adjetivar seu principal articulador, levantava duras acusações contra o caráter dos membros da justiça que conduziam o processo sob métodos escusos, empregados nas inquirições. Frente a bajulação de algumas dessas autoridades

<sup>170</sup> PENAFORTE, Raimundo da Anunciação (Frei). op. cit. p.178.

<sup>171</sup> Cf. a respeito CARVALHO, José Murilo de. op. cit. p.55-73.

<sup>172</sup> EXPOSIÇÃO sobre a repressão e julgamento dos réus da Inconfidência Mineira. In: *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977. v.9. p.253-262.

<sup>173</sup> *Ibidem*. p.253.



para obterem vantagens em cargos, registra ainda sua indignação, acentuando o desânimo que se abateu sobre a população de Vila Rica ao ver premiados e seguros “os parciais da impostura, da ambição e do orgulho”.<sup>174</sup>

A última das memórias contemporâneas à Conjuração data de 16 de novembro de 1793, de autoria do capitão de infantaria do Regimento dos Estremoz, Domingos Álvares Branco Moniz Barreto. Ele argumenta sobre a legitimidade das posses coloniais pelos portugueses, tendo em vista que os índios, primeiros senhores do Brasil, transferiram “voluntariamente” o domínio, avassalando-se por livre e espontânea vontade, sem violência ou constrangimento. Também aparece nesse relato a questão da raça “de cor alva”, “não degenerada” dos progenitores portugueses que deram origem aos nacionais do Brasil. Reitera, ainda, que as diferenças entre europeus e americanos eram apenas de naturalidade, o que não respaldaria o infeliz plano dos inconfidentes para uma nova República.<sup>175</sup>

A característica comum de todas essas memórias reside no fato de que as narrativas se autoconfirmam autênticas e verdadeiras porque passíveis da observação de quem assistiu e acompanhou o desencadear dos acontecimentos, mesmo que essas versões tão diferenciadas espelhassem os olhares e os lugares sociais dos sujeitos que as construíram. Conforme Eliana Regina de Freitas Dutra, ao procurar registrar a memória da Inconfidência, cada um desses homens se baseou na sua visão do acontecimento:

... ao fazê-lo, eles traçam o contorno do fato Inconfidência Mineira e, sobretudo, atribuem especial importância a este episódio, do qual constroem uma primeira interpretação, o que, somado aos *Autos de Devassa*, que enquanto ato de poder já sobrevive como um depósito de memória, garante a montagem e a sobrevivência histórica do acontecimento.<sup>176</sup>

<sup>174</sup> EXPOSIÇÃO sobre a repressão e julgamento dos réus da Inconfidência Mineira. op. cit. p.259.

<sup>175</sup> OBSERVAÇÕES sobre a Inconfidência Mineira e o direito da Coroa de Portugal sobre o Brasil. In: *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977. v.9. p.274-296.

<sup>176</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. O pensamento iluminista e a idéia de republicana, p.83.

Essas memórias traziam no seu cerne o desejo de rememoração, anunciada na certeza de que esses depoimentos iriam ultrapassar o limite do tempo breve para se dar a conhecer às futuras gerações. A evidência até então possível de ser deduzida é que a memória constituiu o suporte por excelência para as interpretações, validada pela sinceridade do relato de quem vivenciou aquele episódio. Portanto, se havia naquele momento alguma intenção de história ela só poderia existir nos limites da chave da memória, história enquanto narrativa de memória, o que garantiria aos sujeitos que deram corpo a uma determinada versão a total liberdade quanto a abordagens e enfoques.

Assim a categoria de memória que aparece nesses primeiros registros pode se enquadrar no que chamaríamos uma transição de uma memória individual latente, que é “condividida” e acionada pelo outro que vivenciou simultaneamente o acontecido, para um outro tipo de memória não espontânea, que necessita de mecanismos externos que garantam sua sobrevivência no grupo. Seria uma espécie de memória bruta que intrinsecamente já começava a dar sinais de permanência via narrativas contemporâneas, mas que ainda passaria por uma fase de migração para novo estado de memória que viria a ser constituída; a memória nacional que por se apresentar unificadora e integradora está situada na ordem da ideologia.<sup>177</sup>

Por isso mesmo, no curto intervalo que separa a Inconfidência e a Independência, parece existir uma espécie de memória em mutação que não deve ser confundida com ausência de memória. Imanente, esta memória se apresentava impregnada na lembrança do povo através de vestígios quase mudos, mais em atitudes do que em palavras. Indício significativo desse fato se encontra na hostilidade aos delatores por parte dos habitantes das Minas. Joaquim Silvério dos Reis teve que alterar seu nome e mudar para região distante, passando a residir em São Luís do Maranhão, mesmo tendo recebido benefícios oficiais pela sua delação: honrarias, perdão de dívidas e remuneração pelos serviços de lealdade prestados à Coroa. Também os denunciante Basílio de Brito Malheiro do Lago e Inácio Corrêa Pamplona não pude-

<sup>177</sup> Para propor essas categorias de memória estamos nos baseando na divisão estabelecida por MENEZES, Ulpiano Bezerra de. op. cit. p.14, 15.

ram ali se estabelecer sem enfrentar o ódio que lhes devotavam os moradores da Capitania.<sup>178</sup> É também representativa a decisão do governo provisório mineiro que, entre os primeiros atos após sua posse, em setembro de 1821, mandou demolir o padrão de ignomínia erguido no terreno da casa onde residiu Tiradentes em Vila Rica.

Mesmo considerando a fluidez dos indícios e cientes das limitações de qualquer generalização, ainda assim arriscaríamos afirmar que essas memórias em fragmentos, confusas e opacas em suas formas de exteriorização, guardam sinais de que o imaginário popular achava meios de reavivar um pouco mais do que simpatia pela Inconfidência e seus protagonistas, mantendo, na ordem da vivência, a identificação direta com o fato. O silêncio destes anos talvez esteja mais para um testemunho de cumplicidade do que de esquecimento quando se entende que a memória viva oscila, flutua e recorta de maneira muito peculiar o que se quer guardar, num permanente processo de construção e reconstrução da realidade. Guimarães Rosa nos lembra que

... contar é muito dificultoso. Não pelos anos que já se passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas de fazer balancê, de se remexerem dos lugares.

(...)

A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros acho que nem não misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância.<sup>179</sup>

Após o momento de produção de memórias contemporâneas ao fato, seguiu-se um período de silêncio, que poderíamos qualificar de ostracismo, no qual não se registram escritos significativos sobre o levante das Minas. E foram através de visões limitadas de observadores estrangeiros, fragmentadas e áridas, que a Inconfidência gradativamente começava a fazer o seu retorno. Não era mais a partir de relatos daqueles que a presenciaram e sim pelas narrativas dos que souberam “de ouvir dizer” que passava a ser escrita a história da Conjuração.

<sup>178</sup> AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977. v.8. p.253. (Nota 6).

<sup>179</sup> ROSA, J. Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 30.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p.82.

Durante os 26 anos que separam o relato-memória do capitão Domingos Álvares Branco Moniz Barreto da historiografia que começava a ser produzida sobre a Inconfidência, a única notícia que se conhece foi dada pelo londrino George Staunton que esteve de passagem pelo Rio de Janeiro em 1792. Em aproximadamente dois parágrafos de seu livro, publicado em 1797, registra que o espírito de revolta contra os abusos do governo português na Colônia havia possibilitado que se tramasse um motim, cujas conseqüências não foram fatais por terem sido reprimidas a tempo, o que, somado à política de clemência, se mostraram eficazes providências para o abafamento do conflito. Também informava o envolvimento de altos funcionários do governo, atribuindo como causa a distância que os fazia esquecer a pátria de origem, permitindo surgir uma afeição pela terra em que serviam.<sup>180</sup>

Em 1819, foi o historiador inglês, Robert Southey, ao publicar o terceiro tomo de sua *História do Brasil* na Inglaterra, quem inaugurou a abordagem historiográfica do movimento. Dedicou à Conjuração referência especial por considerá-la a “primeira aparição de princípios e práticas revolucionárias no Brasil (...) que pretendia estabelecer uma República independente”,<sup>181</sup> tentativa de ruptura frente ao sistema de dominação colonial, delineando-a com mais contorno, devido a facilidades obtidas pelo acesso a documentos da história de Portugal e seus domínios ultramarinos, até então mantidos sob reserva.

Em linhas gerais, esse autor se posicionava favorável à conduta portuguesa para lidar com a Insurreição e tentava minimizar sua importância, com o argumento de que “os conspiradores portaram-se como loucos” ao acreditar que o descontentamento do povo com excessivos impostos equivaleria também a disposição para mudança de governo.

Para Robert Southey, os motivos que aglutinaram homens influentes da sociedade devia-se a insatisfações em torno da cobrança de imposto, havendo articulações inclusive

<sup>180</sup> MATHIAS, Herculano Gomes. A documentação da Inconfidência Mineira. *Anuário do Museu da Inconfidência*, Ouro Preto: MINC/IBPC, n.9, p.32-49, 1993.

<sup>181</sup> CONSPIRAÇÃO em Minas Gerais no ano de 1788 para a Independência do Brasil. *Revista do IHGB*, p.299, 1867. O texto foi traduzido do original em inglês de Robert Southey quando o IHGB solicitou a José Resende Costa o seu relato dos acontecimentos.

no Rio de Janeiro com um grupo de negociantes a favor da revolução, explicação que convergia com o argumento principal dos *Autos de Devassa*, endossando as razões econômicas, elemento central para agregação dos inconfidentes. Ao se referir a José Álvares Maciel, que acabava de concluir seus estudos na Europa, insinua seu provável contato com revolucionários franceses tendo em vista suas “mais retas e benévolas intenções ao progresso da humanidade”, sugerindo a influência de idéias iluministas no projeto de uma nação republicana que se pensava para o país independente.<sup>182</sup> Sucederam-lhe diversos estudiosos europeus que em viagens científicas pelo Brasil também comentaram a sublevação: 1821, Ferdinand Denis; 1830, Saint-Hilaire; 1835, David Warden; 1836, John Armitage; 1859, Charles Ribeyrolles; 1868, Richard Francis Burton.<sup>183</sup>

Foram porém fatores de âmbito interno, relativos à conjuntura política, que desencadearam o processo de consolidação da Inconfidência Mineira como acontecimento histórico fundador da nação brasileira. A proclamação da Independência em 1822, mudança na esfera político-administrativa do país, colocou em evidência a necessidade de desenvolvimento de uma identidade nacional que conseguisse amalgamar o projeto da nação, onde estaria reservado à história papel de destaque: caber-lhe-ia assegurar a passagem regular do passado para o futuro, fundado na idéia de continuidade estrutural.<sup>184</sup> Segundo Manoel Luís Salgado Guimarães,

... uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a nação brasileira, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das nações, de acordo com os novos princípios da vida social do século XIX.<sup>185</sup>

<sup>182</sup> CONSPIRAÇÃO em Minas Gerais no ano de 1788 para a Independência do Brasil. op. cit. p.300-301.

<sup>183</sup> MATHIAS, Herculano Gomes. op. cit. p.37-41.

<sup>184</sup> Ver a respeito importante discussão feita por GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização no trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, n.1, p.5-27, 1988.

<sup>185</sup> *Ibidem*. p.6.

Desde a instauração da Monarquia, ações pontuais tentavam dirimir as cicatrizes da Inconfidência: a lei de 1832 determina que se proceda à devolução dos bens confiscados na Província de Minas em função da rebelião de 1789. Ficava cada vez mais evidente a necessidade de uma política para institucionalizar um *locus* onde se faria a produção e sistematização de um conhecimento específico que revelasse a feição histórica da nação brasileira. E nesse sentido vai-se empreender um esforço enorme para se definirem os acontecimentos e atores sociais que comporiam a memória da nação, buscando construir uma versão homogênea e unívoca de história cuja sensação de pertencimento deveria ser capaz de encontrar ressonância em todo o território nacional.<sup>186</sup> Tal posicionamento iria se refletir diretamente na construção de um certo tipo de historiografia, que passaria a ser produzida em institutos de saber, criados com objetivo de sistematizar as questões nacionais, imprimindo-lhes uma profunda marca elitista, ligada às tradições do Iluminismo.<sup>187</sup>

Para implementar tal proposta de construção da nacionalidade, em 1838, foi efetivada medida oficial decisiva. É criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o objetivo de promover a escrita dos “fatos relevantes da história do Brasil”, reunindo a elite política e intelectual da época. Ao investir numa proposta orgânica e natural “como forma de unir, de transmitir um conjunto único e articulado de interpretações do passado”,<sup>188</sup> o Instituto propõe trabalhar com a hipótese da transição sem ruptura para explicar a passagem do sistema colonial para o sistema monárquico. Assim o IHGB torna-se o principal articulador desse projeto de nacionalidade, construindo uma história da nação que se sustentava em idéias de linearidade, centrada numa perspectiva eurocêntrica de civilização,<sup>189</sup> onde o progresso aparece sob foco do presente e do futuro. A relação com o passado se estabeleceria num duplo sentido: enquanto superação do atraso e da barbárie e, paradoxalmente, como a raiz, o alicerce, o mito de origem que nos irmanava numa ancestralidade comum.

<sup>186</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. op. cit. p.5-6.

<sup>187</sup> Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P.99-140: Os institutos históricos e geográficos: guardiães da história oficial.

<sup>188</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. op. cit. p.17.

<sup>189</sup> Ver a respeito SCHWARCZ, Lília Moritz. op. cit. 1995.

E foi na busca dos mitos de origem histórica da nação que a Inconfidência Mineira, desde a implantação do IHGB, vai ganhar o estatuto de “um dos baluartes da história pátria”. Medida representativa para concretizar essa intenção era tomada em 1840, quando a comissão que selecionava os fatos relevantes da história do Brasil, na tentativa de fazer documentar as “impressões verdadeiras do movimento”, solicitou aos inconfidentes ainda vivos, José Resende Costa (filho) e padre Manoel Rodrigues da Costa, o relato das experiências vividas. Também dirigiu correspondência ao oficial que presenciou a execução de Tiradentes, Baltazar da Silva Lisboa, a fim de que prestasse seu depoimento. Na mesma ocasião propõe que sejam iniciados os contatos diplomáticos para o repatriamento das ossadas dos “ilustres desterrados” da Inconfidência. A partir de então, é crescente o número de artigos relacionados à Inconfidência e aos inconfidentes que aparecem publicados nas revistas do IHGB,<sup>190</sup> sobretudo na medida em que ocorre o acirramento dos debates entre monarquistas e republicanos.

O que importa ressaltar é que houve, nesse momento, um retorno à concepção de história como memória. Por isso mesmo há uma revalorização dos relatos de memória, quando se busca novamente constituir provas materiais da “verdade”, tomando como garantia de autenticidade a experiência em si, uma vez que se entendia que o verdadeiro acesso ao ocorrido só seria dado a conhecer via as narrativas daqueles sujeitos que vivenciaram os fatos. Outro ponto curioso de se notar é que foi pelo viés erudito da Inconfidência que se buscou inicialmente a reapropriação do fato, através do realce da atuação dos membros intelectuais do grupo: Cláudio, Gonzaga e Alvarenga.

É provável que nesses dois pontos estejam delimitadas as balizas que nos permitem compreender a abordagem da Inconfidência feita no Império brasileiro. A história-memória que se estava restituindo apresenta-se com uma roupagem bem mais

<sup>190</sup> 1841, Extractor da correspondência de Thomaz Jefferson; 1846, Conspiração em Minas Gerais no ano de 1788 para a Independência do Brasil; 1849, Tomás Antônio Gonzaga; Cláudio Manoel da Costa; 1850, Tomás Antônio Gonzaga; 1867, Documentos sobre a Conjuração de Tira-Dentes ...; Tomás Antônio Gonzaga; Inácio José de Alvarenga Peixoto; 1869, Correspondência oficial do vice-rei Luís de Vasconcelos acerca da Conjuração ...; Correspondência oficial do vice-rei conde de Rezende ...; Cláudio Manoel da Costa; 1872, 10ª sessão/ 27 de setembro; 1874, Correspondência da Corte de Portugal com o Brasil; 1877, Cópia do ofício do visconde de Barbacena ...; 1881, O Tiradentes perante os historiadores oculares de seu tempo; 1884, Idéias de Independência do Brasil em fins do século passado; 1889, 5ª sessão/ 26 de abril. Ver também: O INSTITUTO histórico e os inconfidentes. *Revista do IHGB*, p.75-90, 1936.

sofisticada devido ao caráter de manipulação aí presente. Amparava-se no discurso científico de uma abordagem historiográfica que se estruturava em uma triangulação apoiada por três vértices: depoimentos dos que vivenciaram os acontecimentos, transcrição de documentos como provas irrefutáveis e comentários de ilustres observadores estrangeiros. Aqui não se estaria mais lidando com relatos de memórias da experiência vivida, mas com categorias de memória bem mais elaboradas, com o propósito deliberado de torná-las instrumento ideológico para a construção de uma idéia de nação brasileira, a nação brasileira imperial.

Quando a historiografia mais recente aponta Tiradentes como um herói da República, sugerindo que no período imperial a Conjuração foi tratada de forma tímida, em decorrência dos constrangimentos que poderia causar à família imperial,<sup>191</sup> uma questão imediatamente se formula: acreditar nesse argumento não significa estar seduzido pela eficácia da versão republicana?

Para pensar esse processo, Pierre Nora aponta sugestão interessante quando situa a nação-memória como a última encarnação da história-memória, fase onde haveria uma relação de circularidade complementar entre história, memória e nação para compor o quadro unitário da identidade nacional, o que investiria o passado, e a memória nele depositária, de um conteúdo de sacralidade.<sup>192</sup> Foi sustentando-se na lógica da história-memória que o Estado Imperial se empenhou em construir seu discurso sobre a Inconfidência, tendendo enfatizar o viés erudito do movimento, o que não assegurava ressonância equivalente na sociedade, que interagia com seus próprios meios de interpretação, seguindo percurso que escapava ao prescrito pelo Instituto, encarregado de produzir e difundir a história oficial da nação.

Talvez essa seja uma das chaves que nos possibilite explicar a variedade e, ao mesmo tempo, compreender a disparidade das abordagens que emergiram para tratar da Conjuração. De enfoques historiográficos às versões românticas, um leque enorme de abordagens disputava o tratamento a ser dado à Inconfidência. O que em momento algum se chegou a colocar em cheque foi sua condição de elemento histórico fundador

<sup>191</sup> CARVALHO, José Murilo de. op. cit. p.59.

<sup>192</sup> NORA, Pierre. op. cit. p.10-12.



da nação brasileira. O Estado Imperial soube articular, manter e assentar a Inconfidência como acontecimento matriz da identidade nacional.

Pode-se considerar que versão oficial foi apresentada por Francisco Adolfo Varnhagen, historiador orgânico do Império, que ao escrever a história geral do Brasil entre 1854-1857 teve que revisar a segunda edição de sua obra, ampliando as páginas dedicadas à Conjuração. Também Joaquim Manoel de Macedo, ao lançar seu manual educativo de história pátria em 1861 — *Lições de História do Brasil* —, dedicou um capítulo à Conjuração Mineira onde atribuía “a alguns estudantes” a prioridade das primeiras idéias de independência no Brasil.<sup>193</sup> Nos romances e lendas editados sobre a Inconfidência, a ênfase recaía nos protagonistas principais, sendo que o tom dessas narrativas, influenciadas pelo Romantismo, trazia forte dose de ficção e fantasia, o que também se aplicava à produção teatral sobre o tema.<sup>194</sup>

Na Província de Minas, iniciativas oficiais também se empenhavam na constituição de monumentos de memória. Em 1867, foi erguido um obelisco na praça da capital, a Coluna Saldanha Marinho, que guardava em seu alicerce um baú com objetos portadores de valores simbólicos, pequenas relíquias da Inconfidência Mineira. A identificação do levante como marco de origem na luta pela liberdade e independência parecia consolidada em meados do século XIX, conforme registrava o primeiro *Almanaque Mineiro*:

... outra fatal época veio encher de horror e contristar o povo de Vila Rica. Luiz Antônio Furtado de Mendonça, visconde de Barbacena (...) deixou-se arrastar por intrigas a ponto de, sob pretexto de infernal revolução, mandar aferrolhar

<sup>193</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. *Lições de história do Brasil para uso de escolas de instrução primária*. 10.ed. Paris/Rio de Janeiro: Garnier, 1907. p.267-268.

<sup>194</sup> Romances: 1851, *Gonzaga, ou a Conjuração de Tira-Dentes*, de Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa e 1872, *A cabeça de Tira-Dentes*, de Bernardo Guimarães.  
Teatro: 1853, *Tiradentes, ou a Inconfidência em Minas Gerais*, de Cândido José da Mota; 1861, *Tiradentes ou amor e ódio*, de José Ricardo Pires de Almeida; 1867, *Gonzaga ou a Revolução de Minas*, de Antônio de Castro Alves; 1869, *Gonzaga, drama histórico em 3 atos*, de Constantino do Amaral Tavares; 1877, *Bárbara de Alvarenga ou os inconfidentes*, de Francisco Antônio Pessoa de Barros; 1890, *A voz de Tiradentes*, de Damasceno Vieira; 1893, *A Redenção de Tiradentes*, de Fernando Pinto de Almeida Júnior; 1894, *Tiradentes, o mártir da República*, de Francisco Moreira de Vasconcelos.

nas prisões os ilustres e primeiros mártires da liberdade e Independência do Brasil.<sup>195</sup>

É possível perceber, pelo mapeamento da Conjuração nas inserções historiográficas e nas manifestações artísticas e literárias do período imperial, que a resignificação do fato como elemento primordial da história nacional se deu nos limites possíveis da relação do Estado com aquela sociedade. Destaca-se nas interpretações correntes desse período uma abordagem ainda global do movimento, oscilante no tratamento dado a Tiradentes, que tendia a realçar o caráter nobre e ilustrado da sublevação e, por isso mesmo, encontrava pouca acolhida na sociedade.

Foi a obra de Joaquim Norberto de Sousa Silva, *História da Conjuração Mineira*, lançada em 1873, que imprimiu novo ritmo aos debates sobre a figura de Tiradentes, desencadeando o processo de revisão das apropriações até então construídas sobre a Inconfidência. Para Maria Efigênia Lage de Resende, esse autor resgatava a Inconfidência nos marcos da ideologia imperial, afinando-se com o IHGB, e ao colocá-la como acontecimento exemplar para a formação da nacionalidade, afirmando sua importância, acabava por exaltar seu malogro.<sup>196</sup> Acalorados debates suscitados por esta publicação, especialmente em torno da atuação de Tiradentes, forneceram subsídios ideológicos aos republicanos, que o elegeriam como mártir e herói.

O que parece ter ocorrido naquele momento foi que na disputa polarizada entre monarquistas e republicanos, Tiradentes torna-se figura emblemática, sendo apropriado de forma eficaz pela vertente vitoriosa. José Murilo de Carvalho observa que Tiradentes viria suprir a ausência de um herói com a cara da nação, em função de agregar as características ideais que atendiam às exigências políticas do novo conceito de Estado-Nação que se inaugurava com a República. Ao elegê-lo símbolo do movimento, a corrente republicana recriava uma nova abordagem para a Inconfidência, epicentrada em Tiradentes, que passaria a personificar a síntese das aspirações republicanas no

<sup>195</sup> MARTINS, A. de Assis, OLIVEIRA, J. Marques de. *Almanaque administrativo, civil e industrial da Província Mineira*. Rio de Janeiro: Tip. Atualidade, 1864. p.57.

<sup>196</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Inconfidência Mineira: leituras e releituras ou Para ler a história da Inconfidência. *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v.4, n.2-3, p.89, 1989.

universo simbólico, apropriando-se, sobretudo, das memórias de época narradas pelos religiosos, para dali extrair os verdadeiros valores que representariam os parâmetros fundadores da nação e nacionalidade brasileira.

Dos muitos pronunciamentos do período alguns são expressivos para nos informar como a exaltação de Tiradentes e a da Inconfidência se aproximavam de um culto cívico, buscando fixar o caráter aurático do herói, identificando em suas ações os sinais de elementos míticos da nacionalidade:

... tivemos-lo sempre abrigado ao conchego de nosso coração; se foi ele no passado o guia, no presente foi-nos ainda a força, que nos susteve nos falecimentos, a coragem que reanimou a nossa fraqueza, o lema que nos conduziu aos combates, aprendendo em seu exemplo, meditado durante esse longo século de usurpações e de injustiças em que se abastardava o caráter nacional, a cordura na vitória, o congraçamento no triunfo, que fazem a excelência do credo republicano e firmaram a glória singular da nossa revolução.<sup>197</sup>

Ou ainda, “[a Inconfidência] não era um sonho de poetas mas sim um processo positivo, prático, racional para a Independência do Brasil sob a forma republicana”.<sup>198</sup>

Se os recentes estudos históricos são categóricos em datar a República marco referencial no processo de consolidação de Tiradentes como herói nacional, algumas considerações devem ser feitas para não incorrerem no risco de uma comparação linear reducionista, em que a apropriação da Inconfidência realizada pelo Império se apresente de forma pouco significativa no processo de implantação da nação brasileira.

Nas mais diversas abordagens da Inconfidência desde as memórias contemporâneas até as reapropriações formuladas na instalação da República, fossem elas positivistas, românticas ou político-partidárias, uma característica comum perpassa todas as versões: são unânimes em identificar as origens da Independência ao movimento de 1789. Desde as formas de instauração do processo que culminaria em castigo público e exemplar, estavam criadas as condições para a sobrevivência histórica do acontecimento. Contudo, se coube a uma elite identificada com a Monarquia a primazia de

<sup>197</sup> O JORNAL DE MINAS. Ouro Preto, 24 abr. 1890. n.89, p.1.

<sup>198</sup> TREZE DE MARÇO. Ouro Preto, 31 jan. 1893. n.11, p.1.

formular estratégias de reinterpretação da Inconfidência, foi o movimento republicano quem demonstrou maior eficácia ao construir sua narrativa da Conjuração, tendo em vista que até hoje parece ser esta versão dominante no imaginário nacional que a resignifica permanentemente.

Para além desse contexto de disputas, o que interessa é ressaltar como a Inconfidência Mineira conseguiu agregar elementos simbólicos de forte carga emotiva, que se prestaram até mesmo a apropriações divergentes e opostas, estabelecendo vinculações diretas com a memória nacional construída pelo Estado-Nação do Império e da República. Em razão do levante não ter sido efetivado em ações concretas, o que não exclui a existência de um planejamento efetivo, ele pôde condensar uma potencialidade simbólica que ultrapassava os limites da narrativa histórica.<sup>199</sup> De acordo com Francisco Iglésias, a lição a se tirar da Inconfidência está na fecundidade das idéias que lhe garantem eficácia histórica de permanência e sobrevivência ao longo do tempo, campo aberto de possibilidades e de interpretações que cria condições para a mitificação e fertilização de heróis.<sup>200</sup> E foi por estar circunscrita ao mundo dos possíveis que se abriu espaço para as mais variadas leituras do acontecimento.

<sup>199</sup> Cf. PAULA, João Antônio de. A Inconfidência Mineira: revoluções e limites. *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v.4, n.2-3, p.37-49, 1989.

<sup>200</sup> JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 16 abr. 1989. Caderno B Especial, p.8.

## Imagens de Ouro Preto

### Ouro Preto e a literatura dos viajantes<sup>201</sup>

A crônica colonial do século XVIII é farta em exaltações da abundância do ouro e da opulência das Minas. Em contraposição a essa visão, o século seguinte irá produzir a imagem da decadência em face da sensível queda da produção aurífera. Foram certamente os relatos de viajantes estrangeiros uma das principais fontes responsáveis pela convicção da pobreza e penúria daquela sociedade que, acreditava-se, havia experimentado uma riqueza lendária no passado.

De diferentes nacionalidades e em sua maioria naturalistas, os viajantes do século XIX produziram relatos preciosos, nos quais se registrava toda sorte de informações sobre os lugares por onde passavam. Suas rotas eram semelhantes, percorrendo sempre as vilas do ciclo do ouro, onde verificavam o refluxo da atividade mineradora e faziam considerações sobre a vida cotidiana e as possibilidades econômicas da região. Como observou Christopher Hill, referindo-se aos viajantes ingleses, essa literatura de viagem tinha objetivos não apenas científicos, mas também comerciais. Afinal, aquele foi o século do domínio comercial da Grã-Bretanha no mundo, inclusive no Brasil.<sup>202</sup>

Importantes fontes para a historiografia, os relatos narram aspectos da vida social e da paisagem natural, documentando o olhar estrangeiro sobre o país sempre a

<sup>201</sup> Essa parte do trabalho teve a colaboração de Edilane Maria de Almeida Carneiro.

<sup>202</sup> HILL, Christopher. Introdução. In: WELLS, James W. *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. p.21-32.

partir de um enfoque eurocentrista.<sup>203</sup> Imbuídos de uma determinada visão de mundo e partilhando de outras culturas, os viajantes vêem o país com estranhamento e às vezes com preconceito.

Ouro Preto constituía ponto obrigatório das rotas, especialmente na primeira metade do século XIX. Os relatos são semelhantes, convergindo quase sempre para uma visão negativa da cidade. Durante a estadia procuravam conhecer o núcleo urbano, suas principais edificações e ruas, relacionar-se com as autoridades e moradores ilustres e observar os costumes de seus habitantes. Interessavam-se, sobretudo, em explorar os arredores da cidade e inventariar sua riqueza natural, fazendo anotações sobre a botânica, a zoologia, a mineralogia e a geologia da região. A população indígena também despertava-lhes curiosidade, motivando difíceis jornadas mata adentro para conhecê-la.

Homens de sua época, os viajantes se referiam aos negros e às mulheres numa abordagem impregnada pelo evolucionismo social predominante no pensamento do século XIX. Segundo John Luccock, a aparência e as maneiras do povo de Vila Rica eram péssimas:

... a maior parte da população consiste de negros e mulatos, raça de gente que demonstra possuir uma mistura de sangue de várias origens e eu me sinto propenso a crer que toda e qualquer mistura resulta num aviltamento do espírito humano ...<sup>204</sup>

Quase todos registram a reclusão das mulheres, ausentes às reuniões e às recepções dos visitantes às suas casas. Para Johann Emanuel Pohl, tal fato se justificava uma vez que a maioria delas não podia ser apresentada “... sob o prisma favorável quanto à moralidade e aos costumes ...”<sup>205</sup>

<sup>203</sup> Ver a respeito SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; SCHWARCZ, Lilia Moritz. op. cit. 1995.

<sup>204</sup> LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. p.338.

<sup>205</sup> POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. p.398.

Embora alguns relatos descrevam atividades sociais, como reuniões noturnas e saraus, com música, danças e jogos de carta,<sup>206</sup> para os padrões europeus Vila Rica estava longe de exibir elementos de urbanidade. A impressão dos viajantes é de um lugar inulto, carente de hábitos e instituições do mundo civilizado; enfim, uma cidade que não correspondia às expectativas de vida urbana dos europeus. Em visita ao país no início da década de 1850, Hermann Burmeister comenta:

Os ricos ficaram pobres, as minas secaram, os funcionários reais caíram no olvido e o ouro que ainda se extrai não vai mais para as algibeiras dos mineiros nem dos seus imperiais visitantes, mas sim para o bolso dos ingleses... Por tantos motivos, a vida interna e intelectual de Ouro Preto nada de interessante oferece. É uma cidade que a opulência passou a um mal disfarçado estado de miséria e perdeu sua vitalidade, conservando somente os representantes da vida diária e chã — o pobre operário e o artífice — sem animação nem espírito de empreendimento. Nas cidades brasileiras isso acontece tanto mais porque a individualidade portuguesa nunca se sentiu inclinada para as grandes atividades intelectuais e nunca mostrou talento nesse terreno... O brasileiro como o português, somente de passagem é capaz de um grande esforço e de uma atividade intensa. Em pouco tempo esmorece e entrega-se aos prazeres para nunca mais abandoná-los. Daí o pouco interesse pela vida coletiva e pelas coisas públicas que notamos nas cidades do Brasil. Ainda que Ouro Preto fosse rica como nas eras passadas, nem por isso haveria de possuir locais para divertimentos públicos, sociedades recreativas ou círculos literários, pois tais instituições são contrárias à índole luso-brasileira.<sup>207</sup>

Saint-Hilaire, três décadas antes de Hermann Burmeister, fazia a mesma reclamação, afirmando que em Ouro Preto não havia “... um único passeio público, nenhum café passável, nenhuma biblioteca, nenhum gabinete literário, nenhum

<sup>206</sup> SAINT-HILAIRE. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938. 2V, t.1. p.141-142; POHL, Johann Emanuel. op. cit. p.398.

<sup>207</sup> BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p.226.







Vista de Vila Rica – Óleo sobre tela, atribuído a Armand Julien Pallière.  
Em torno de 1820 – Foto: Rômulo Fialdini

centro de reunião, e os estrangeiros nem [tinham] o recurso de aí encontrar uma hospedaria suportável”.<sup>208</sup>

Assim como o universo social, a paisagem urbana de Ouro Preto também foi desprezada pelos viajantes. Na melhor das hipóteses, julgavam a cidade pitoresca, mas o predominante eram relatos depreciativos. A topografia era apontada como difícil, originando um núcleo urbano mal situado, irregular, pouco imponente. As ruas, sem simetria, eram tortuosas, estreitas, mal calçadas, impróprias ao transporte sobre rodas. O clima da região, por sua vez, era considerado rude e insalubre, sendo responsável por doenças como o bócio e a tísica pulmonar.

Com exceção das igrejas e alguns edifícios públicos, a exemplo do prédio de Câmara e Cadeia, os estrangeiros partilhavam de uma certa aversão pela arquitetura local. Para eles, as casas tinham construções ligeiras, eram mal conservadas, amontoavam-se nos morros, não tinham boa aparência e nem davam mostras de limpeza e comodidade. Segundo Hermann Burmeister, havia poucos testemunhos da antiga riqueza e opulência da cidade, sendo a maioria das casas sem vidraças e com mobília pobre.<sup>209</sup> O desprezo pela arquitetura é flagrante em um comentário de Richard Francis Burton na chegada de Ouro Preto, “... avistamos um santuário branco, a Igreja do Alto da Cruz, que, ao crepúsculo, parecia um Frankenstein, ameaçador e gigantesco, deitado de costas, com as duas pernas para o ar”.<sup>210</sup>

Nessas narrativas, Ouro Preto não oferecia uma vista atraente, tendo, mesmo, um aspecto sombrio e melancólico. Johann Emanuel Pohl chega a referir-se à sua estada “na triste cidade de Vila Rica”.<sup>211</sup> Outros autores sugerem uma imagem fantasmagórica e abandonada, resultado da decadência do ouro. O declínio da atividade mineradora não apenas despojara a região de sua riqueza, como deixara para trás o rastro da devastação.

<sup>208</sup> SAINT-HILAIRE. op. cit. p.138.

<sup>209</sup> BURMEISTER, Hermann. op. cit. p.221-223.

<sup>210</sup> BURTON, Richard Francis. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. p.286.

<sup>211</sup> POHL, Johann Emanuel. op. cit. p.406.



Vista de Vila Rica – Aquarela sobre papel, de Henry Chamberlain.  
Primeiro terço do século XIX – Foto: Rômulo Faldini

Contam-se em Vila Rica cerca de duas mil casas. Essa vila floresceu enquanto os terrenos que a rodeiam forneciam ouro em abundância; à medida, porém, que o metal se foi tornando raro ou a extração mais difícil, os habitantes foram pouco a pouco tentar fortuna em outros lugares, e, em algumas ruas, as casas estão quase abandonadas. A população de Vila Rica, que chegou a ser de 20 mil almas, está reduzida a 8 mil, e essa vila estaria deserta ainda se não fosse a capital da Província, a sede da administração, e a residência de um regimento.<sup>212</sup>

E mais adiante:

Por todos os lados tínhamos sob os olhos os vestígios aflitivos das lavagens, vastas extensões de terra revolvida, e montes de cascalho (...) Os morros que a rodeiam são cobertos de uma relva pardacenta, e exibem a imagem da esterilidade.<sup>213</sup>

Nas expedições aos arredores de Ouro Preto, além das anotações científicas, os viajantes registravam as possibilidades econômicas da região. Segundo Alcides d'Orbigny, “a região de Vila Rica não oferece, ao que parece, grandes possibilidades para a agricultura: o terreno, seco e montanhoso, presta-se mal ao cultivo. As riquezas metalúrgicas, para compensar, são importantes.”<sup>214</sup> Apesar do declínio da extração do ouro, acreditava-se que a mineração, explorada com métodos e técnicas adequadas, poderia constituir-se em uma saída econômica. Para Charles James Fox Bunbury:

... operações (...) conduzidas pela maneira inábil e desmazelada habitual do Brasil e por muitos anos passados a riqueza mineral desta região tem parecido estar esgotada, se bem que, talvez, com perícia e espírito de empreendimento, se pudesse descobrir que tais aparências são falsas.<sup>215</sup>

<sup>212</sup> SAINT-HILAIRE. op. cit. p.130-131.

<sup>213</sup> Ibidem. p.142-143.

<sup>214</sup> ORBIGNY, Alcides d'. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. p.150.

<sup>215</sup> BUNBURY, Charles James Fox. *Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais. 1833-1835. Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1940-1942. v.62, p.71.

Todos esses relatos, ricos em impressões e julgamentos, contribuíram decisivamente para consolidar, ao longo do século XIX, uma imagem negativa da cidade. O modo de ver do viajante europeu, arraigado à cultura do colonizador, acabou por conferir-lhe o estigma de lugar decadente, inculto e pouco agradável. Segundo Richard Francis Burton, a antiga Vila Rica não passava de uma aldeiota, cidade provinciana como tantas em Minas, fisicamente indigna de comandar aquela vasta Província. O autor chega a advogar a idéia de mudança da capital.<sup>216</sup>

O discurso desfavorável a Ouro Preto, predominante na literatura dos viajantes, será interiorizado, vindo a se refletir nas falas de governantes e administradores da Província. Se, no século XIX, Ouro Preto não experimentava um período de prosperidade, também estava longe de ser a expressão absoluta da decadência. Entretanto, a idéia de uma cidade-capital inadequada acabou ganhando força real, o que deu impulso ao projeto de transferência da sede do governo de Minas.



Imperial Cidade de Ouro Preto – Gravura de August Chenot  
Ilustração do periódico literário O Recriador Mineiro.  
Em torno de 1845 - Foto: Francisco da Costa

| <sup>216</sup> BURTON, Richard Francis. op. cit. p.296.

## Ouro Preto e a mudança da capital<sup>217</sup>

A idéia de mudança da capital de Minas era antiga. Já os inconfidentes faziam planos de transferir a sede do governo para São João del-Rei. Durante o Império, por diversas vezes, a questão veio à tona, aparecendo nos relatos de viajantes, nas falas de autoridades, que alegavam a inadequação de Ouro Preto para ser sede do poder e da administração da Província.

Mas foi com a instalação da República que a idéia ganhou vigor nos meios políticos, sendo, então, concretizada. Os primeiros anos do novo regime, marcados por uma atmosfera de incerteza política, por intenso debate político-ideológico e pela necessidade de legitimar a República, instaurada por um golpe militar, constituíram o momento propício para que as elites mineiras realizassem a transferência da capital do Estado. Planejada e construída entre 1894 e 1897, a nova capital foi uma aventura ousada, fruto desse momento de imprecisão político-institucional, figurando como uma cidade-cenário, que se prestaria perfeitamente para símbolo da República recém-instalada.

A questão ocupou o Congresso Constituinte Mineiro, em 1891, em um debate acalorado, decorrente de disputas entre adeptos e contrários à mudança da capital, bem como entre os políticos defensores da indicação de suas respectivas regiões para a construção da cidade. Em face dessas disputas, assegurou-se nas disposições transitórias da Constituição apenas a transferência da capital. A decisão do local se arrastou até 1893, quando o Congresso, em uma reunião extraordinária, em Barbacena, designou, por um arranjo político, Belo Horizonte.

A mudança da capital, tema que mobilizou não apenas políticos mas a imprensa e o meio intelectual, de fato, constituía um projeto em torno do qual as elites mineiras depositavam as expectativas de modernização. Sabe-se que a República não significou

<sup>217</sup> Parte desse texto, com algumas modificações, integra originalmente: JULIÃO, Leticia. *Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1992. (Dissertação, mestrado em Ciência Política).

uma mudança radical na sociedade brasileira, mas é certo que consolidou-se uma representação daquele momento como marco de uma nova temporalidade na vida do país. O regime republicano apresentava-se como uma oportunidade para que a nação rompesse com seu passado, identificado com o atraso econômico e cultural, e desse um salto em direção ao progresso, assegurando seu lugar no mundo civilizado.

O espaço urbano era descoberto como horizonte da nova ordem. Daí a convicção de políticos de que a mudança da capital significaria um impulso material e simbólico em direção à modernidade, uma estratégia salvacionista diante das dificuldades vividas pelo Estado, às voltas com uma relativa estagnação econômica e ameaças de separatismo regional. Associou-se à futura capital a idéia de progresso material e moral, de desenvolvimento de novas formas de riqueza e trabalho, de consolidação de um poder vigoroso, de unidade política do Estado, de lugar rico em recursos naturais, higiênico e atraente.

Toda a produção discursiva sobre a futura capital foi profundamente marcada por essas determinações. Para consolidar o vínculo da cidade com o novo tempo, recorreu-se, com frequência, a noções dicotômicas, contrapondo o novo ao antigo, o progresso ao atraso. A idéia de modernidade estabelecia-se mediante a instituição do seu contrário. Os discursos, fossem eles cépticos, adeptos ou críticos do projeto, articulavam-se sempre nos limites desse antagonismo.

O avesso da imagem moderna da capital era a representação da Ouro Preto arcaica e desajustada às forças do progresso. Afinal, que lugar poderia ocupar no presente uma cidade com fortes laços com a tradição, quando se tratava, justamente, de livrar-se do fardo do passado? A fala do deputado Monte Razo é exemplar da rejeição por Ouro Preto, definida como incapaz de reter talentos e capitais:

Muitos mineiros que podiam prestar seus serviços à terra natal procuram centros mais civilizados e mais adiantados, como o Rio de Janeiro e São Paulo etc. onde melhor podem empregar suas atividades, porque a nossa capital infelizmente nos inspira desprazer e tédio.<sup>218</sup>

<sup>218</sup> MONTE-RASO, José Fecundo. Pronunciamento. *Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 4 de maio de 1891. p.95.

e às ameaças de separatismo regional. Um artigo de jornal dizia que, para prosperar, o Estado

necessita, como principal elemento, de um centro onde se concentre a parte pensante do seu povo, manifestada pela sua indústria desenvolvida, o seu comércio adiantado, os seus estabelecimentos de ensino modelo, as suas artes e todas as demais manifestações da inteligência, hoje, infelizmente, arredias de um centro como Ouro Preto, a atual capital de Minas.<sup>223</sup>

O desejo das elites mineiras em acertar o passo com o mundo moderno presupunha a destruição da antiga ordem. Tratava-se de enfrentar, com urgência, o desafio do desenvolvimento, tarefa para a qual Ouro Preto não estava apta, chegando mesmo a ser um empecilho. A nova cidade-capital deveria acolher a experiência e os valores mais caros da era do progresso europeu: a ampliação da produção de bens e da circulação de mercadorias; a valorização do trabalho e da ciência; a formação do indivíduo-cidadão em substituição ao súdito/escravo e a moral e a cultura burguesas de bases racionais e seculares.

Sem o *status* de capital e, conseqüentemente, sem o estímulo da vida oficial, capaz de animar a vida urbana em seus diferentes aspectos, Ouro Preto poderia vir a enfrentar um verdadeiro declínio e abandono. Era previsível que a cidade se mobilizasse para manter-se como sede de governo. É exemplo disso a atuação dos políticos anti-mudancistas no período entre a realização do Congresso Constituinte, em 1891, e a Sessão Extraordinária em Barbacena, em 1893, e os protestos populares, como o comício em Ouro Preto em 1890.

Entre 1891-1893 iniciativas da Câmara Municipal tentam realizar melhoramentos urbanos, procurando dotar ou ao menos demonstrar a viabilidade da antiga capital. Foram previstas a abertura de bairros, ruas e avenidas, edificações de casas, teatro,

<sup>219</sup> MONTE-RASO, José Fecundo. Pronunciamento. op. cit.

<sup>220</sup> GAMA CERQUEIRA, Eduardo Ernesto da. Pronunciamento. *Anais do Congresso Constituinte de Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 9 de maio de 1891. p.172-173.

<sup>221</sup> CAMARATE, Alfredo. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v.36, p.132, 1985.

<sup>222</sup> BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Edunb, 1982. p.10-11.



Ainda o mesmo deputado afirmava: “Debaixo do ponto de vista higiênico, a capital de Minas vai se tornando um foco de graves moléstias, principalmente depois do serviço de esgotos. As moléstias pulmonares são aqui endêmicas (...)”<sup>219</sup>

Surgida espontaneamente, em função da atividade mineradora, para os mudancistas Ouro Preto, além de apresentar uma topografia difícil, inadequada ao assentamento humano, tinha um clima insalubre, nada recomendável para uma capital. Somava-se a isso um verdadeiro desprezo pela arquitetura colonial. Ansiava-se por abandonar o “gosto” barroco, o excesso de ornamentos, o traçado urbano irregular, de ruas estreitas adaptadas à “natureza ingrata” e “topografia detestável” de Ouro Preto.<sup>220</sup> O repúdio à arquitetura colonial se evidencia em uma crônica de Alfredo Camarate, membro da Comissão Construtora da Nova Capital:

A estética moderna já não admitiria as amaneiradas formas de um Churriguera, cujo estilo barroco, constrangido e caprichoso, se alastrou, durante anos, pela Espanha, por Portugal, no Brasil e sobretudo no Estado de Minas (...) <sup>221</sup>

Como observa Georges Balandier, o todo poder político procura deixar suas marcas nos territórios e cidades, para atender demandas econômicas e sociais, mas também para perpetuar-se no tempo.<sup>222</sup> Ouro Preto era a marca do Absolutismo português, portanto, pouco apropriada para o espetáculo republicano. A nova capital deveria imprimir uma aparência vigorosa, moderna e estável ao poder emergente e ainda não consolidado, de modo a conferir-lhe legitimidade. Tratava-se de erguer uma cidade em consonância com as novidades européias, adotar um novo *décor* capaz de criar a ilusão de que se desfazia do anacronismo colonial e de sua estética barroca.

Somavam-se a esses argumentos contra Ouro Preto, sua decadência econômica, aliada à dificuldade de transportes, isolamento do restante das regiões de Minas e, conseqüentemente, sua inadequação para exercer o papel de centro aglutinador de diversos interesses, de modo a contribuir, de fato, para a unidade política do Estado. O discurso mudancista vinculava os destinos de Minas à mudança da capital. Havia uma percepção angustiada do atraso, particularmente em relação à estagnação econômica

| <sup>223</sup> O CONTEMPORÂNEO. Sabará, 25 jun. 1893. p.2.

mercado, matadouro e instalação de linhas de bonde.<sup>224</sup> Apesar do esforço da municipalidade em assegurar o *status* de capital a Ouro Preto, tais propostas não foram levadas adiante.

Algumas vozes se insurgiram contra o discurso implacável dos mudancistas. Eram falas, sobretudo, indignadas com a República que condenava ao esquecimento e abandono não apenas uma cidade, mas a sobrevivência de uma tradição. Diogo de Vasconcelos, em artigo contundente, expressava perplexidade e amargura frente a esse gesto que lhe parecia próximo à barbárie: “Parece-me que assistimos ao cerimonial, às danças e aos tambores alegres da tribo que tem por virtude enterrar vivos seus velhos.”<sup>225</sup> Também Estevam Lobo, em artigo publicado no dia da inauguração da nova capital, lamentava o aniquilamento da memória. A velha Ouro Preto, dizia ele, iria tornar-se:

... uma página esmaecida e morta do enevoado passado, não mais compreendida então! (...) Quando as crianças de amanhã crescerem nessas ruínas amadas; (...) não compreenderão talvez as cantilenas que as meigas velhinhas irão modulando, à lembrança dos dias que pompearam aqui, à reminiscência, não apagada ainda, das festas triunfais, das sagradas núpcias da liberdade, tão formosamente comemoradas.<sup>226</sup>

Ambas as falas expressam uma consciência do risco socialmente degradante do progresso. Ouro Preto e sua história estavam ameaçados de reduzirem-se a uma reminiscência sem valor ou sentido, porque incompreensível para uma sociedade que rompia seus vínculos com a experiência coletiva acumulada ao longo dos tempos. O ritmo excessivamente acelerado das transformações criaria um verdadeiro abismo entre as gerações. O passado se tornaria, então, irreconhecível para uma geração futura, incapaz, em meio à demanda incessante de mudanças, de assimilar a memória comum.

<sup>224</sup> Ver a respeito VASCONCELOS, Diogo de. *Edificações e asilos*. Ouro Preto: [s.n.], 8 jul. 1892; BRETAS, Randolpho et al. *Indicação*. Ouro Preto: [s.n.], 27 de maio de 1893; PALMELLA, José. *Ouro Preto e seus progressos atuais*. *Minas Gerais*, Ouro Preto, 5 jan. 1892. p.4; MINAS GERAIS. *Ouro Preto*, 17 nov. 1891. p.2; e documentos da Câmara Municipal de Ouro Preto: Sessão de 25 abr. 1892 e de 30 jan. 1893.

<sup>225</sup> A FOLHA. Barbacena, 29 jun. 1893. p.1.

<sup>226</sup> MINAS GERAIS. 12 dez. 1897. p.2.

Mais enfático, Xavier da Veiga aponta a contradição do regime republicano ao condenar justamente a cidade que abrigara importantes movimentos e demonstrações em favor da liberdade:

... seria realmente triste que o velho Ouro Preto, edificado pelo despotismo português, e que, não obstante, tornou-se pouco depois o berço glorioso da primeira tentativa em prol da liberdade brasileira, tivesse que ser destruído pela República no alvorecer da sua dominação (...)

Não senhores! Ouro Preto, em tempo algum de sua gloriosa existência, jamais fez guerra à liberdade!

Ao contrário, aqui tem sido o asilo dela em todos tempos; desde o período colonial, na fase histórica e célebre da Inconfidência, até bem recentes dias da nossa vida política e social ...<sup>227</sup>

Para os mudancistas, entretanto, não se tratava de desconhecer ou desprezar a tradição histórica que Ouro Preto encarnava. Seus discursos convergiam para a construção de uma representação da antiga capital como patrimônio da história mineira. Cenário da Inconfidência, o deputado Viriato Mascarenhas chega a compará-la a um lugar sagrado, como convinha à construção do mito de Tiradentes, próximo da simbologia religiosa:

Ouro Preto por suas gloriosas tradições que a história registra com orgulho impor-se-á sempre à veneração principalmente do povo mineiro, como Jerusalém impõe-se à veneração do mundo católico.

Se Jerusalém faz lembrar Cristo, o mártir sacrificado em prol da humanidade, Ouro Preto recordará sempre Tiradentes, o mártir cujo sangue generoso foi o gérmen fecundo que brotou a República para a felicidade da nossa Pátria!<sup>228</sup>

<sup>227</sup> VEIGA, José Pedro Xavier da. Pronunciamento. *Anais do Congresso Constituinte de Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial. 7 jun. 1891. p.421, 424.

<sup>228</sup> MASCARENHAS, Viriato. Pronunciamento. *Anais do Congresso Constituinte de Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 9 de maio de 1891. p.418.

Não faltam exemplos de reconhecimento de Ouro Preto como guardiã da memória nos discursos favoráveis à transferência da capital. Se era uma forma de enaltecer a velha capital, em meio a tantas observações depreciativas, é certo que também continha um sentido negativo, uma vez que a identificação de Ouro Preto com o patrimônio da história, naquele momento, significava o mesmo que desautorizá-la a partilhar da força criadora dos novos tempos, congelando-a na galeria do passado, como monumento de recordação, sem qualquer vínculo com o presente.

Ao identificarem Ouro Preto como patrimônio da história de Minas, os discursos enfatizavam a Inconfidência, em especial a figura de Tiradentes. E nem poderia ser diferente, uma vez que a Inconfidência era considerada um movimento precursor do novo regime, assim como Tiradentes o protomártir da República. Como já foi abordado anteriormente, ao longo do século XIX, a memória da Inconfidência foi recuperada pela literatura, historiografia e pelo movimento republicano.

Mas é no novo regime que ocorre uma apropriação intensificada da Inconfidência e do culto a Tiradentes. Como observa José Murilo de Carvalho, o novo regime precisava, no processo de sua legitimação, construir sua imagem de modo a atingir o imaginário popular. Para tanto lançará mão de símbolos, mitos, rituais, capazes de criar uma identidade social. A instituição do mito de Tiradentes, transformado em herói republicano, com forte apelo popular, representava a possibilidade da criação de uma consciência cívica patriótica dos cidadãos.<sup>229</sup> Tratava-se, como afirma Eliana Regina de Freitas Dutra, da construção “de uma história-memória que pretendeu formar uma consciência nacional” e que tinha em Tiradentes o herói exemplar.<sup>230</sup> Não surpreende que o 21 de abril tenha se tornado feriado em 1890, no limiar do novo regime e que, em 1894, tenha sido instalada a estátua de Tiradentes na praça de Ouro Preto.

Parece contraditório que políticos republicanos atacassem a antiga capital de Minas e, ao mesmo tempo, partilhassem política e ideologicamente da construção da memória da Inconfidência e do mito de Tiradentes. É preciso ressaltar que ambos constituíam respectivamente fato e personagem de um passado que parecia descolado do universo urbano-simbólico, representado por Ouro Preto.

<sup>229</sup> CARVALHO, José Murilo de. op. cit. p.10 e 55-73.

<sup>230</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. O pensamento iluminista e a idéia de republicana, p.85.

Símbolo de uma tradição negada pela República, Ouro Preto era desqualificado como constituinte da memória e identidade nacional. A aversão pela sua arquitetura colonial, partilhada, inclusive, por defensores de seu *status* de capital, constitui certamente a expressão mais contundente do desprezo que a elite política e intelectual alimentava pela cidade, na virada do século.

Ao se associar a República à noção de progresso, procurava-se, justamente, obliterar a memória histórica da sociedade brasileira. O seu passado colonial e escravista maculava a imagem civilizatória do novo regime, devendo ser, portanto, desprezado como fonte de identidade nacional. Configurou-se, por conseguinte, a busca de uma identidade que, contraditoriamente, não se fundava no passado, mas no futuro. Não importava, naquele momento, resgatar tradições ou mobilizar recursos concretos para mudar o país e sim averiguar, no presente, sinais da futura consagração do desenvolvimento e da razão, como se ambos fossem um fim inevitável da história.

O tema do progresso, portanto, corresponde a esse percurso de volta à “origem” que, no nosso caso, está à frente, no futuro. Ele diz menos da unanimidade quanto à necessidade de transformação real do país e quanto a valores coletivos a serem acionados para esse fim, e mais sobre a “moral” que fundamenta a vida republicana brasileira, isto é, sobre a valorização de um projeto, sobre a lógica do dever-ser.<sup>231</sup>

Nesse contexto mental, não se tratava de preservar e conhecer a história, mas eleger personagens que pudessem ser cultuados como heróis, a exemplo de Tiradentes. Sua trajetória e, em particular, as circunstâncias de sua morte conferiam-lhe o perfil apropriado para tornar-se o herói da República.

O relativo esquecimento de Ouro Preto, após a transferência da capital, acabou preservando-a de intervenções urbanas que pudessem descaracterizá-la, o que poderia acontecer se a capital ali tivesse permanecido. Se a Inconfidência e Tiradentes seguissem seus rumos na República, a cidade de Ouro Preto, com seu casario em estilo colonial, igrejas barrocas, só seria redescoberta na década de 20, quando da viagem dos modernistas a Minas, em 1924.

<sup>231</sup> CARVALHO, Maria Alice Resende de. República brasileira: viagem ao mesmo lugar. *Dados*, Rio de Janeiro: IUPERJ, v.6, n.11, p.320.

## A descoberta de Ouro Preto pelos modernistas<sup>232</sup>

Ouro Preto  
Vamos visitar São Francisco de Assis  
Igreja feita pela gente de Minas  
O sacristão que é vizinho da Maria Cana Verde  
Abre e mostra o abandono  
Os púlpitos do Aleijadinho  
O teto do Ataíde

Mas a dramatização finalizou  
Ladeiras do passado  
Esquartejamentos e conjurações  
Sob o Itacolomi  
Nos poços mecânicos policiados  
Da passagem  
E em alguns maus alexandrinos  
Só o Morro da Queimada  
Fala do conde de Assumar

*Oswald de Andrade*<sup>233</sup>

Os anos 20 foram palco das tentativas de se reelaborar novas bases para a nacionalidade, de se superar o atraso e garantir o ingresso do Brasil na era da modernidade.<sup>234</sup> A palavra de ordem era criar a nação. Já, em 1915, na conferência “A Unidade

<sup>232</sup> Agradecemos a Alexandre de Oliveira Ventura, que gentilmente nos cedeu material coletado para elaboração da sua dissertação de mestrado — *A viagem de descoberta do Brasil. Modernistas em Minas Gerais 1924. Roteiro de Minas* — desenvolvida no mestrado da PUC/SP.

<sup>233</sup> OURO Preto. In: *Obras Completas*. São Paulo: Globo, 1990. p.135.

da Pátria”, Afonso Arinos defendia uma campanha cívica destinada a criar a nação. A *Revista do Brasil*, lançada no ano seguinte, propunha-se a efetuar um reexame da identidade nacional e a criar um núcleo de propaganda nacionalista.

O tema da nação e seus desdobramentos vão repercutir no movimento modernista. Em um primeiro momento, ser moderno significou ser civilizado, cosmopolita, estar atualizado com o mundo. Todo o passado era combatido. A cidade era o tema privilegiado, o grande tema poético. A partir de 1924, ser moderno é ser brasileiro. A modernidade passa a ser buscada através da diferença, da singularidade. Segundo Mônica Pimenta Velloso, os intelectuais se auto-elegeram executores de uma missão: encontrar a identidade nacional rompendo com um passado de dependência cultural.<sup>235</sup>

Os modernistas passaram a se interessar pelo interior do Brasil, em busca do genuíno, dos elementos que compunham uma cultura nacional. Tratava-se não mais de operar uma ruptura, mas conciliar-se com a tradição, estabelecendo um amálgama entre o antigo e o novo.<sup>236</sup>

Foi decisivo neste processo a primeira viagem de Mário de Andrade a Minas, em 1919. Como resultado dessa experiência, publica um artigo na *Revista do Brasil* que, em busca de traços da identidade nacional, combate a imitação e defende a tese da originalidade da arte barroca de Minas. Exalta as igrejas setecentistas e a obra de Aleijadinho como constituintes do caráter nacional e critica as matrizes de São Paulo e Belo Horizonte, afirmando que ainda que belas não eram brasileiras, chegando mesmo a negar a tradição.<sup>237</sup>

<sup>234</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1990.

<sup>235</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 11, p.89-112, 1993.

<sup>236</sup> MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo revisitado. *Dados*, Rio de Janeiro: IUPERJ, v.32, n.3, p.220-238.

<sup>237</sup> ANDRADE, Mário de. Arte religiosa no Brasil. *Revista do Brasil*, 54, p.102-111, 1920.

Em 1924, a visita do grupo modernista a Minas Gerais consolidou a redescoberta do passado colonial. O grupo era formado por Mário de Andrade, Oswald de Andrade e seu filho Nonê, Tarsila do Amaral, D. Olívia Guedes Penteadó, René Thiollier e Godofredo Silva Teles. A viagem às cidades históricas havia sido planejada para que o francês Blaise Cendrars conhecesse o Brasil, sendo considerado “o mediador da descoberta do Brasil pelos brasileiros.”<sup>238</sup> A chegada a Ouro Preto é noticiada, em 30 de abril, pelo *Diário de Minas*:

O grupo de intelectuais paulistas que se acha atualmente em romaria artística, percorrendo as principais cidades históricas do Estado, ali chegou [Ouro Preto] sábado à noite e, na manhã seguinte, iniciou a sua visita aos sítios e monumentos mais interessantes da vetusta e legendária ex-Metrópole de Minas.<sup>239</sup>

Vindos de São João del-Rei, onde haviam passado a Semana Santa, na primeira manhã, ouviram missa na Igreja do Carmo e visitaram a casa de Marília. À tarde, foram conhecer a Igreja de São Francisco de Assis, acompanhados de Baeta Neves. No dia seguinte, foram a Padre Faria, viram a igreja, o campanário e o cruzeiro; visitaram o Palácio dos Governadores, à época Escola de Minas, e a matriz de Ouro Preto. Seguiram para Mariana e Congonhas do Campo.<sup>240</sup>

O *tour* dos modernistas a Ouro Preto ficou documentado pela pintura de Tarsila em diversos esboços feitos no decorrer da viagem, na qual a pintora afirmou ter recuperado as cores da sua infância. Ouro Preto e a obra de Aleijadinho foram considerados o ponto alto da viagem, causando forte impressão no grupo. Nas palavras de Oswald de Andrade, Aleijadinho nada ficava a dever aos monumentalistas do Vaticano. Afirma ainda que: “A arquitetura das cidades históricas está aí como uma censura viva aos inconscientes que pretendem transplantar para nosso clima o horror dos *bungalows* e das casas de pastelaria.”<sup>241</sup>

<sup>238</sup> AMARAL, Aracy A. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo: Ed. 34/FAPESP, 1977.

<sup>239</sup> A EXCURSÃO artística. *Diário de Minas*. Belo Horizonte, 30 abr. 1924.

<sup>240</sup> Idem.

<sup>241</sup> EMBAIXADA artística. Minas histórica através da visão de um esteta moderno. *Diário de Minas*. Belo Horizonte, 27 abr. 1924.



Até então o barroco havia sido considerado um estilo tropical tosco e desimportante e o Aleijadinho visto como “anódino escultor municipalista do período colonial”.<sup>242</sup> A releitura estética da arte colonial, promovida pelos modernistas, representou uma mudança de rumos frente ao pensamento intelectual predominante.<sup>243</sup>

No *Manifesto Pau-Brasil* estará explicitada a proposta de ruptura para com o processo de importação de padrões culturais em nome da recuperação dos “traços bárbaros da civilização brasileira”.<sup>244</sup> Negava-se o “lado doutor” do passado, o saber erudito que escondia “os fatos estéticos primitivos”: os casebres de açafão e de ocre nos verdes da favela; o azul cabralino; o carnaval e os cordões de Botafogo; a formação étnica rica.<sup>245</sup> O *Manifesto*, contudo, não escapou da crítica de Alceu Amoroso Lima que acusou Oswald de Andrade de ser importador de mercadoria deteriorada produzida pelo dadaísmo francês e pelo expressionismo alemão.<sup>246</sup> Não obstante a crítica, os modernistas utilizaram as tradições culturais e folclóricas com a pretensão de construir a identidade brasileira.

A valorização das tradições fez emergir, nos anos 20, a consciência da necessidade da preservação da cultura. Segundo Helena Bomeny “impregnava aquele grupo de intelectuais a convicção de que o Estado deveria ser responsável pelo estabelecimento de uma política de conservação e valorização do patrimônio histórico e artístico nacional”.<sup>247</sup>

Todo o ideário de construção de uma cultura nacional formulado nos anos 20 será incorporado pelo Estado no pós-30. Intelectuais passam a integrar a estrutura burocrática que irá filtrar e adequar propostas, dando curso à institucionalização de uma política para o patrimônio cultural. O projeto de construção da identidade nacional,

<sup>242</sup> NIGRI, André. A recuperação do passado histórico brasileiro. *O Tempo*. Belo Horizonte, 12 out. 1997. Engenho e Arte, p.4.

<sup>243</sup> DIAS, Fernando Correia. A redescoberta do barroco pelo movimento modernista. *Revista Barroco*, Belo Horizonte: UFMG, n.4, p.7-16, 1972.

<sup>244</sup> Idem.

<sup>245</sup> Idem.

<sup>246</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. op. cit.

<sup>247</sup> BOMENY, Helena. *Ideólogos do patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: IBPC, 1991. P.4: Patrimônios da memória nacional.

fincado na cultura e tradições, será consagrado pelo Estado Novo, com Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública.<sup>248</sup>

Esse processo definiu o destino das cidades históricas de Minas, em particular de Ouro Preto. Não por coincidência, a primeira lei federal sobre patrimônio, o decreto n.22.928, de 12 de julho de 1933, erigia Ouro Preto monumento nacional.<sup>249</sup> A antiga capital emergia de seu suposto esquecimento. Sua arquitetura e arte barrocas, assim como sua paisagem urbana colonial, desprezadas pela elite política na virada do século, vão ser consagradas, nos anos 30 e 40, paradigma do passado incorporado pela intelectualidade à frente do SPHAN, em um desdobramento inegável das reflexões iniciadas pelo movimento modernista.

Pode-se mesmo dizer que, somente nesse período, na conjuntura da era Vargas, o cenário urbano de Ouro Preto teve seu vínculo reforçado, para não dizer reconciliado, com o movimento da Inconfidência. São provas disso, além da declaração de Ouro Preto como monumento nacional, a criação do Museu da Inconfidência, em 1938, o repatriamento dos restos mortais dos inconfidentes, em 1936, posteriormente depositados no Panteão do Museu, em 1942.

Convém lembrar que à frente do Ministério da Educação e do SPHAN estavam intelectuais como Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, integrantes da primeira geração de modernistas mineiros, que desempenharam um papel crucial na definição e institucionalização de uma política cultural na era Vargas.<sup>250</sup> Segundo Sérgio Miceli, como herdeiros da elite mineira, divididos entre as obrigações burocráticas e as atividades literárias, esse grupo de políticos e intelectuais será responsável pelo processo de entronização do barroco, convertido, naquele momento, em centro da política de preservação do patrimônio, símbolo da identidade nacional. Em detrimento da proposta original de Mário de Andrade, de concepção “etnográfica generosa”, o SPHAN implementará uma política elitista preterindo a cultura e as experiências populares.<sup>251</sup>

<sup>248</sup> BOMENY, Helena. op. cit. p.1-14.

<sup>249</sup> SPHAN/Pró-Memória. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural do Brasil: uma trajetória*. Brasília: MEC/SPHAN/Pró-Memória, 1980. p.16.

<sup>250</sup> BOMENY, Helena. *Guardiães da razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994. p.17.

<sup>251</sup> MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro: SPHAN, n.22, p.44, 1987.

É, pois, neste contexto politicamente autoritário da era Vargas que Ouro Preto passa a ser reconhecida como patrimônio, monumento do passado. Institui-se um verdadeiro culto a Ouro Preto, ao barroco mineiro, ao Aleijadinho, fruto da própria atuação do SPHAN, cujas atividades se concentraram nas cidades históricas mineiras, em especial na antiga capital.

A orientação doutrinária da instituição, que concebia Ouro Preto como uma obra de arte, cujo valor estético se sobrepunha ao seu valor documental, ensejou intervenções que acabaram por consolidar uma imagem idealizada da cidade. Tratava-se de purificar o estilo, manter a estética colonial das edificações, mesmo que para isso fosse necessário desfazer-se de acréscimos ou até construções posteriores ao século XVIII. Ao mesmo tempo, eram adotados critérios de controle para construções particulares que buscavam manter a harmonia e tipologia da arquitetura colonial. A obsessão em congelar a arquitetura de Ouro Preto acabou por promover uma descaracterização e falsificação da paisagem urbana.<sup>252</sup>

Essa vertente de tratamento do patrimônio edificado compatibilizava-se perfeitamente com a política cultural levada a efeito pelo Estado Novo. A valorização do estilo, do monumental e o não reconhecimento de qualquer outra manifestação cultural senão aquela eleita como expressão da identidade nacional lograram construir um modelo de cultura, identidade e nacionalidade que não permitia a pluralidade. Processava-se, de fato, a construção de uma memória nacional hegemônica e unificadora, dentro de um modelo capaz de difundir certos valores, de modo a que pudesse servir aos propósitos do Estado.

Como se vê, o destino de Ouro Preto esteve ligado ao debate e estratégias formuladas pelas elites política e intelectual para alcançar a modernidade. Na passagem do século, o projeto de modernização preconizava o rompimento com o passado. Era, entretanto, um projeto fadado às aparências, uma vez que se dava em meio a um mundo eminentemente conservador, conciliando-se com instituições e práticas sociais tradicionais. Forjado de cima para baixo, o projeto se efetivava de forma distorcida e

<sup>252</sup> MOTTA, Lia. SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro: SPHAN, n.22, p.108-122, 1987.

desigual nos diferentes âmbitos da sociedade. Copiava-se o modo de vida cosmopolita, as instituições políticas burguesas, o *décor* das cidades européias, sem, no entanto, operar transformações radicais na sociedade. A modernização, nesse momento, alimentava-se mais da utopia e de um esforço das elites que de uma realidade social. O ideal de progresso pressupunha que ele iria instaurar uma nova ordem, capaz de apagar as mazelas do colonialismo. Obviamente que o cenário de Ouro Preto não condizia com aquele projeto perseguido pelas elites, o que condenou a cidade a um relativo abandono.

Ouro Preto sairá do esquecimento quando nos anos 20 modernistas enfrentam novamente a questão da modernidade. Para esses intelectuais o desafio de alinhar o país na ordem da modernidade, assegurando-lhe um lugar no “concerto das nações”, não poderia mais ser resolvido com a importação de modelos internacionais, especialmente de padrões culturais europeus. Tratava-se de viabilizar um projeto de modernização assentado nas tradições nacionais e cultura popular.

Todo o pensamento formulado pelos modernistas, na década de 20, ao ser incorporado pelo Estado pós 30 se prestará à construção de um universo mental capaz de legitimar o poder. Buscava-se, nesse momento, instituir a nação, incorporar os cidadãos na esfera pública, e, ao mesmo tempo, criar mecanismos de controle da participação popular na arena política. É nesse contexto que se constroem as noções de nacionalidade e identidade fincadas na idéia de uma cultura e um patrimônio comuns. São reinventadas tradições, criados rituais e mitos, enfim, práticas e signos socialmente integradores, capazes de instituir um sentimento de unidade de interesses entre os indivíduos, ocultando as diferenças e os conflitos.

De “cidade morta” Ouro Preto se converte em “teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d’arte, que merecem defesa e proteção”.<sup>253</sup> Essa e outras iniciativas similares que se seguiram ao decreto atestam o empenho do Estado, através do órgão de patrimônio, em reorganizar o passado, construir uma memória comum, de modo a criar uma pedagogia da nacionalidade.

| <sup>253</sup> DECRETO n.22.928, de 12 jul. 1933.